

DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

Mensagem Presidencial

Volume I

Ministério do
Planejamento





MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS
ESTRATÉGICOS

PLANO PLURIANUAL

2008-2011

Mensagem Presidencial

VOLUME I

Brasília
2007



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K – 3º andar
CEP: 70.040-906 – Brasília – DF

Fone: (61) 3224.1441

Site: www.planejamento.gov.br

© 2007, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/CGDI/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Plano plurianual 2008-2011 : projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília : MP, 2007.

540 p. ; v.2

1. Plano de desenvolvimento – Brasil 2. Programas de Governo
3. Plano econômico – Brasil I. Título

CDU – 338.26”2008-2011”
B823p

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidência da República
José Alencar Gomes da Silva

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Rousseff

Ministro de Estado da Justiça
Tarso Genro

Ministro de Estado da Defesa
Nelson Jobim

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes
Alfredo Pereira do Nascimento

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Reinhold Stephanes

Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad

Ministro de Estado da Cultura
Gilberto Passos Gil Moreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Carlos Lupi

Ministro de Estado da Previdência Social
Luiz Marinho

Ministro de Estado da Saúde
José Gomes Temporão

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Miguel Jorge

Ministro de Estado de Minas e Energia
Nelson Hubner

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Comunicações
Hélio Costa

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Marina Silva

Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva Junior

Ministra de Estado do Turismo
Marta Suplicy

Ministro de Estado da Integração Nacional
Geddel Vieira Lima

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel

Ministro de Estado das Cidades
Márcio Fortes de Almeida

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Patrus Ananias

Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social
Franklin Martins

Advogado-Geral da União
José Antônio Dias Toffoli

Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho

Secretário Especial de Direitos Humanos
Paulo de Tarso Vannuchi

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres
Nilcéa Freire

Secretário Especial de Aquicultura e Pesca
Altemir Gregolin

Secretário de Relações Institucionais da Presidência da República
Walfrido dos Mares Guia

Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Matilde Ribeiro

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo
Roberto Mangabeira Unger

Secretário Especial de Portos
Pedro Brito do Nascimento

Mensagem do Presidente da República



Senhores Membros do Congresso Nacional,

O Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 que apresento ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira responde ao desafio de acelerar o crescimento econômico, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais.

2. Os fundamentos da economia estão sólidos e a confiança da sociedade tem propiciado ambiente favorável aos investimentos privados e à ampliação dos investimentos públicos, com redução contínua da taxa de juros e controle da inflação. As reservas internacionais alcançaram patamar histórico, consolidando a estabilidade econômica.

3. O fortalecimento das infra-estruturas econômica, social e urbana vem ocorrendo simultaneamente com a implementação das principais políticas públicas, cujos resultados positivos já são visíveis.

4. O PPA 2008-2011 organiza as ações do Governo em três eixos: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade. O Plano estabelece as metas e as prioridades a serem cumpridas pelo Governo ao mesmo tempo em que são referências ao setor privado.

5. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é elemento essencial dessa estratégia. Com o PDE, pretendemos construir o início de um novo tempo, capaz de assegurar a primazia do talento sobre a origem social e a prevalência do mérito sobre a riqueza familiar. A busca pela melhoria da qualidade da educação representa a conjugação dos esforços das Unidades da Federação atuando em regime de colaboração com as famílias e a comunidade. Os investimentos em educação serão complementados com o Programa Universidade para Todos (ProUni) e a adoção da proposta de reestruturação das universidades federais, além de ampliar e modernizar o ensino profissionalizante, instalando escolas técnicas em todas as cidades-pólo do País. As metas de melhoria educacional prevêm que todas as escolas públicas do Brasil terão laboratórios de informática, além de conexão, via Internet, em todos os estabelecimentos de ensino médio, urbanos e rurais.

6. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) irá aproveitar o bom momento da economia e as chances criadas pelo Governo para promover o desenvolvimento do País. A história nacional confirma as premissas internacionais segundo as quais o desenvolvimento está atrelado ao investimento. Assim, este Governo está trabalhando vigorosamente para remover os obstáculos normativos e administrativos ao crescimento, estimular o investimento privado e reforçar o movimento crescente de inversões públicas em infra-estrutura. E não há outro meio de

promovê-lo senão por meio de um Plano Plurianual que aponte os projetos de parceria e assegure os meios para execução das metas fixadas.

7. Logo, o PPA 2008-2011 congrega um portfólio de obras públicas estratégicas para superar os gargalos no crescimento da economia e promover o desenvolvimento do País. A infra-estrutura econômica e social terá destaque nas ações prioritárias do Governo para os próximos quatro anos, reforçando ainda mais a recente tomada do crescimento econômico. Esta carteira de projetos terá o condão de aproximar as regiões e os países vizinhos, desenvolver as potencialidades locais de crescimento, abrir novas fronteiras e consolidar as atuais áreas de adensamento produtivo.

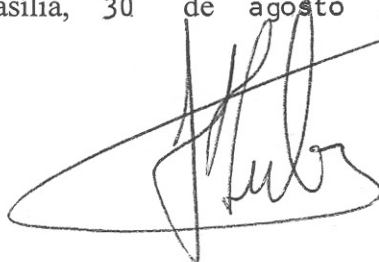
8. Para o alcance dos resultados do Plano, o Governo irá aprofundar o trabalho cooperativo, cruzando as fronteiras ministeriais e estabelecendo parcerias com o setor privado e os Governos Estaduais e Municipais.

9. A Agenda Social, além das mencionadas medidas na área da Educação, compreende um conjunto de iniciativas prioritárias mirando a parcela da sociedade mais vulnerável, tem ênfase nas transferências condicionadas de renda associadas às ações complementares, no fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos, na cultura e na segurança pública.

10. A construção deste Plano contou com a participação de segmentos representativos da sociedade efetivada em cerca de 40 Conferências sobre diversas políticas públicas, inúmeros fóruns e Conselhos. Essa participação ativa, que será fortalecida na avaliação das políticas a serem implementadas, aprofundará o controle social das ações de governo.

É assim que o Governo pretende, em articulação com os entes federativos e a sociedade, construir o Brasil, ampliando e reformando a nossa infra-estrutura, melhorando significativamente a qualidade da educação, consolidando assim o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

Brasília, 30 de agosto de 2007.



Sumário

A Estratégia de Desenvolvimento para o Período do PPA e as Políticas Públicas .	11
Agenda Social.	13
O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).....	16
Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	19
Cenário do Desenvolvimento (Contexto Macroeconômico).....	32
O Modelo do PPA 2008-2011	40
Princípios	40
A Metodologia do PPA 2008-2011	41
Gestão do Plano	42
A Estrutura do Plano.....	46
O PPA em Grandes Números	49
Metas Governamentais Prioritárias para o Período 2008-2011.....	57
Os Objetivos de Governo	64
1) Promover a inclusão social e a redução das desigualdades.....	64
2) Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.....	71
3) Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com eqüidade, qualidade e valorização da diversidade	74
4) Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos	82
5) Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional.....	91
6) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional	96
7) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana	102
8) Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica.....	105
9) Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos.....	110
10) Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da eqüidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização	113

Visão de Longo Prazo

“Um país democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada, todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer sua cidadania, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, a diversidade, em particular a cultural, é valorizada. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união entre os povos”.

(Agenda Nacional de Desenvolvimento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

A Estratégia de Desenvolvimento para o Período do PPA e as Políticas Públicas

Com as realizações do período 2003–2006, o Governo do Presidente Lula mostrou compromisso com uma agenda de desenvolvimento que estabiliza a economia, enfrenta a exclusão e a pobreza, reorienta econômica e socialmente o território, fortalece a democracia, a cidadania e o respeito aos direitos humanos e garante ao Brasil um lugar soberano e solidário no mundo. As políticas implementadas nesse período lançaram os alicerces de um desenvolvimento sustentável que permitirá ao Brasil ingressar em um círculo virtuoso capaz de combinar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e respeito ao meio ambiente

O novo período de governo reafirma o compromisso por um Brasil no qual: o crescimento econômico não esteja dissociado da distribuição de renda e do equilíbrio ambiental; a educação de crianças, jovens e adultos, a promoção da inclusão social e a redução da desigualdade estejam no topo das prioridades nacionais; a existência de infra-estrutura adequada induza os investimentos dos entes subnacionais e do setor privado; o desenvolvimento da cultura, da comunicação e da ciência e tecnologia sejam vistos como instrumentos do desenvolvimento; a democracia seja aperfeiçoada e ampliada permanentemente; o combate ao preconceito e à discriminação não encontre trégua; brasileiros e brasileiras possam ter garantia de segurança e de respeito aos direitos humanos; a inserção soberana no mundo obtenha êxito, com respeito à independência dos povos e à defesa intransigente da paz. Coerente com esse compromisso, o Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 articula e integra as principais políticas públicas para o alcance dos objetivos de governo e dá continuidade à estratégia de desenvolvimento de longo prazo inaugurada no PPA 2004-2007. Para o novo período, o Plano promoverá desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade.

Como forma de viabilizar a Estratégia de Desenvolvimento, o PPA 2008–2011 prioriza:

- a) as políticas públicas voltadas para o crescimento e a promoção da distribuição de renda;
- b) a elevação da qualidade da educação;
- c) o aumento da produtividade e da competitividade;
- d) a expansão do mercado de consumo de massa;
- e) a utilização da diversidade dos recursos naturais de forma sustentável;
- f) a melhoria da infra-estrutura, inclusive urbana (em particular nas regiões metropolitanas);
- g) a redução das desigualdades regionais;
- h) a segurança e o fortalecimento da democracia e da cidadania.

A sinergia resultante de tais políticas é, simultaneamente, pressuposto e resultado de uma estratégia de desenvolvimento que opera com base na incorporação progressiva das famílias no mercado consumidor das empresas modernas. O aumento da demanda por produtos dos setores modernos da economia amplia a utilização da capacidade já existente

e estimula maiores investimentos em bens de capital e inovação, que por sua vez conduzem a ganhos de produtividade e competitividade das empresas, ampliando espaço para as exportações. A elevação da produtividade gera maiores lucros e tende a beneficiar as famílias com aumento dos rendimentos auferidos do trabalho. Esses rendimentos se convertem em consumo continuamente ampliado, que mobiliza as forças produtivas para a expansão dos investimentos e o progresso técnico, caracterizando um círculo virtuoso capaz de promover o crescimento com inclusão social e distribuição de renda.

Esse modelo de crescimento via, ampliação do consumo de base popular, pressupõe simultaneidade entre o aumento dos investimentos, da produtividade e da competitividade e a transmissão do aumento de produtividade à renda das famílias trabalhadoras e ao lucro das empresas.

O aumento da produtividade, além da necessária expansão do investimento, exige forte promoção da inovação tecnológica na produção de bens e serviços e determina a qualidade do crescimento no longo prazo. Isso exige a implementação de políticas de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento e a setores e atividades intensivos em tecnologia, geradores e difusores de inovação. A adequada apropriação de padrões tecnológicos inovadores para o desenvolvimento do setor produtivo requer capacidade social só disponível com a evolução dos níveis educacionais da população. A promoção da inovação visando a melhor posicionamento competitivo do Brasil no contexto internacional requer entender a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação como um dos elementos centrais da Política de Estímulo ao Investimento Produtivo.

A preservação e valorização do meio ambiente devem estar presentes em qualquer processo de desenvolvimento que se pretenda sustentável. Essa é uma agenda obrigatória para a comunidade internacional e o Brasil, que detém um dos maiores patrimônios naturais do mundo, e é ator importante nesse debate. O desafio é unir crescimento econômico e desenvolvimento social com o uso sustentável dos recursos naturais. As ações do Governo Federal, no tocante ao meio ambiente, seguirão os princípios do desenvolvimento sustentável, da transversalidade, da participação e do controle social. A promoção do crescimento econômico no Brasil está condicionada ao uso sustentável dos recursos naturais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras na utilização desses recursos para satisfação das suas necessidades.

O desequilíbrio regional, resultado da incapacidade histórica do Estado de refletir a dimensão territorial no planejamento governamental, observável nas mais relevantes variáveis relacionadas à produção, ao consumo e ao bem-estar da população (educação, saúde, saneamento, moradia, etc), divide o mapa do Brasil entre duas frações do território, uma ao norte e outra ao sul.

O território terá um papel determinante na estratégia de desenvolvimento escolhida para o próximo PPA, pois carrega o conjunto das variáveis que interferem nas possíveis trajetórias a serem perseguidas pelo Brasil. As regiões não podem ser tratadas apenas como provedoras passivas de insumos ao desenvolvimento. Devem ser consideradas como estruturas sócio-

espaciais ativas nas quais o ambiente sócio-econômico e os traços histórico-culturais e sócio-geográficos sejam decisivos para o sucesso ou o fracasso de qualquer desenvolvimento. As políticas públicas encontram, nas escalas sub-regionais e locais, melhor possibilidade de articulação das ações com a gama variada de atores e demais grupos sociais, que assim obtêm melhor resposta aos problemas da agenda de desenvolvimento.

O PPA 2008-2011 incorpora a dimensão territorial no planejamento com o intuito de promover:

- a) a superação das desigualdades sociais e regionais;
- b) o fortalecimento da coesão social e unidade territorial;
- c) os potenciais de desenvolvimento sustentável das diferentes regiões;
- d) a valorização da inovação e da diversidade cultural e étnica da população;
- e) o uso sustentável dos recursos naturais;
- f) o apoio à integração sul-americana e o apoio à inserção competitiva autônoma no mundo globalizado.

O caminho que se oferece ao País forma um círculo virtuoso capaz de gerar crescimento com alteração do padrão distributivo na economia brasileira. Um caminho que integra a dinâmica de expansão econômica por consumo de massa com a dinâmica de inovação e competitividade, que converta ganhos econômicos em desenvolvimento real, em melhoria das condições de vida de todos os brasileiros e brasileiras em todas as regiões do País.

O ambiente macroeconômico estável oferece segurança à estratégia e foi consolidado por iniciativas orientadas para a responsabilidade monetária e fiscal e para redução da vulnerabilidade externa. A inflação segue sob controle, a política fiscal mantém a meta de superavit primário para o setor público consolidado em 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano, a expansão das exportações possibilita superavits expressivos na balança comercial e na balança de transações correntes.

Para impulsionar a estratégia de desenvolvimento escolhida, o Governo Lula reforça o conjunto dos programas finalísticos do PPA 2008-2011 e destaca três agendas prioritárias:

- a) Agenda Social;
- b) Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE);
- c) Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Agenda Social

A Agenda Social compreende um conjunto de iniciativas prioritárias, com ênfase: nas transferências condicionadas de renda associadas às ações complementares; no fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos; na cultura e na segurança pública. A prioridade é a parcela da sociedade mais vulnerável.

A evolução nos indicadores de renda entre a população mais vulnerável verificada na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e no crescimento com

índices superiores à média nacional nas regiões menos desenvolvidas é o resultado agregado das políticas de valorização do salário mínimo, da integração crescente do trabalhador ao mercado de trabalho formal, do aumento gradativo da escolaridade média da população e das políticas de transferência de renda, em particular, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família. A Agenda Social para o próximo período promoverá as alternativas de emancipação para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família por meio da integração de políticas de acesso à educação, à energia, aos produtos bancários, ao trabalho e à renda, viabilizando a continuidade da redução da pobreza e da desigualdade. O Programa atendeu, no fim de 2006, 11 milhões de famílias, número correspondente ao universo de famílias com renda per capita até R\$ 120,00, segundo estimativas baseadas na PNAD 2004. Em agosto de 2007, o valor dos benefícios foi reajustado em 18,25% e, para 2008, serão incorporados adolescentes de 16 e 17 anos ao Programa.

Será consolidada uma rede de proteção e promoção social, conjugando ações e programas voltados à garantia dos direitos de cidadania das famílias pobres. A meta é beneficiar o conjunto dos Municípios, dentre eles os mais vulneráveis com a expansão da rede de integração das ações de assistência social, segurança alimentar e nutricional, e transferência de renda, que geram impactos sobre a pobreza, a extrema pobreza e a desigualdade, provocam a dinamização de economias locais e estabelecem a garantia de direitos de cidadania. Em 2006, todos os Municípios contavam com pelo menos um benefício ou serviço ofertado no âmbito da rede, atendendo a aproximadamente 62 milhões de pessoas pobres.

O Brasil possui 50,5 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, dos quais 4,5 milhões não concluíram o ensino fundamental e estão fora da escola, segundo dados da PNAD 2005. No âmbito da Política Nacional de Juventude (PNJ) serão integradas as iniciativas para a faixa etária de 15 a 29 anos, com foco em três eixos: elevação da escolaridade; qualificação social e profissional e desenvolvimento humano, esse último conjugando ação comunitária, esporte, lazer, cultura e inclusão digital. Será premissa da PNJ assumir o jovem como protagonista, promovendo sua inclusão social. O Programa Bolsa Família, ao estender a faixa etária para até 17 anos de idade, é outra iniciativa que melhora as condições para a permanência do jovem na escola.

A inclusão social efetiva passa pelo fortalecimento da cidadania e difusão do reconhecimento e respeito aos direitos humanos. A Agenda Social destaca as iniciativas integradas para públicos historicamente expostos a situações de vulnerabilidade: criança e adolescente; pessoas com deficiência; quilombolas; mulheres e índios.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define como criança e adolescente a faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, hoje, correspondentes a 33% da população. A situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes à violência é grave no Brasil. Novecentos e trinta e dois Municípios são considerados territórios de exploração sexual e o trabalho infantil ocupa 1,9 milhão de crianças e adolescentes.

A Agenda Social destaca um conjunto de ações que, de forma articulada com intervenções em territórios de alta vulnerabilidade, promoverão o direito à sobrevivência, ao

desenvolvimento e à integridade física de crianças e adolescentes, entre as quais: implantação do Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; implantação do Cadastro Nacional de Adoção; instituição do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (SINASE); renovação das unidades de internação e semi-liberdade nos parâmetros do SINASE; implantação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e implantação do Disque-Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Segundo o Censo de 2000, 14,5% dos brasileiros têm alguma deficiência. A Agenda Social priorizará iniciativas voltadas para a acessibilidade na habitação de interesse social, nos transportes e nas escolas; atendimento de reabilitação e concessão de órteses e próteses no Sistema Único de Saúde (SUS); educação inclusiva e inserção no mercado de trabalho.

As políticas públicas para quilombolas serão priorizadas no âmbito da Agenda Social com o objetivo de articular as ações existentes por meio do Programa Brasil Quilombola, com o intuito de melhorar as condições de vida das comunidades quilombolas. As ações previstas abrangem iniciativas voltadas para a ampliação do acesso à terra; o registro civil e a documentação básica; o desenvolvimento e a assistência social; o fortalecimento institucional e controle social; o acesso à saúde, à educação e à cultura; a melhoria da infra-estrutura habitacional, de transporte e energia.

A inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas foi um dos grandes avanços nos últimos quatro anos potencializada, em grande parte, pela implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. No âmbito da Agenda Social, o foco será o enfrentamento da violência contra as mulheres, com a implementação de políticas em áreas estruturantes, integradas pelo Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

Os povos indígenas, com suas 220 etnias e 180 línguas, constituem outro grupo social priorizado pela Agenda Social, e serão beneficiados com a articulação de ações que promoverão a garantia de direitos, proteção das terras e promoção social dos índios, considerando as especificidades culturais e territoriais, valorizando sua autonomia.

Enquanto elemento transversal ao fortalecimento da cidadania, entre os grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, o registro civil de nascimento e a documentação civil básica compõem a Agenda Social com o objetivo de erradicar o sub-registro de nascimento e implantar uma estrutura que garanta a efetividade do direito ao registro civil de nascimento e expandir o acesso à documentação civil básica, com ênfase na população rural.

No contexto territorial, a Agenda Social destaca iniciativas para a área rural de forma a promover a superação da pobreza e a geração de trabalho e renda por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, no âmbito dos Territórios da Cidadania, formados até agosto de 2007 por um conjunto de 118 territórios rurais de identidade. Nos territórios selecionados, serão priorizadas ações para a inclusão produtiva das populações pobres; para a cidadania e o acesso a direitos e para a recuperação/qualificação de assentamentos.

O cenário cultural, em que mais de 90% dos Municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso, demanda o esforço concentrado de políticas públicas. Articuladas pela Agenda Social, essas políticas terão foco no indivíduo e na sociedade com o fortalecimento das ações culturais da sociedade, acesso à produção cultural e estímulo à leitura.

Os resultados almejados com a priorização de políticas no âmbito da Agenda Social enfrentarão, ainda, o desafio de mitigar o ambiente de violência e insegurança atualmente verificado em várias localidades do País. Diversas iniciativas serão orientadas no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), voltado para a prevenção, o controle e a repressão da criminalidade, atuando nas raízes sócio-culturais do crime e da violência e articulando ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, Estados e Municípios.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

A competitividade econômica, a equidade social e o desempenho cidadão são simultaneamente impactados pela educação. A educação de qualidade representa, portanto, um objetivo estratégico sem o qual o projeto de desenvolvimento nacional em curso não se viabiliza. Para isso, como parte da agenda estratégica, o Governo Federal coloca em execução o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que reúne um conjunto de iniciativas articuladas sob uma abordagem do sistema educativo nacional, cuja prioridade é a melhoria da qualidade da educação básica. Investir na melhoria da qualidade da educação básica passa por investimentos na educação profissional e na educação superior, pois, os diferentes níveis de ensino estão ligados, direta ou indiretamente. Significa mobilizar a sociedade para a importância da educação envolvendo pais, alunos, professores e gestores, em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola.

A mobilização social implica um movimento amplo de comunicação e coordenação de ações capaz de criar sinergia e cooperação nacional na construção da educação de qualidade. Para isso, o Governo Federal cria no PPA 2008-2011 o Programa Qualidade na Escola, com metas estabelecidas, que representa a conjugação dos esforços das Unidades da Federação atuando em regime de colaboração, com as famílias e a comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação.

Na área de financiamento da educação básica, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O novo fundo atende a toda a educação básica, da creche ao ensino médio. No Fundeb, o aporte do Governo Federal é de R\$ 2 bilhões em 2007; R\$ 3,1 bilhões em 2008; R\$ 4,9 bilhões em 2009 e 10% do montante da contribuição dos Estados e Municípios ao fundo a partir de 2010, alcançando cerca de 7,6 bilhões em 2010 e 8,4 bilhões em 2011.

O atendimento por meio da cooperação técnica e financeira da União a Estados, Municípios e escolas será redirecionado, de modo prioritário, às Unidades da Federação e

escolas com os menores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB com dados sobre fluxo escolar combinado com o desempenho dos alunos permitirá a pais, comunidades, escolas, Municípios e Estados acompanharem o desempenho das escolas, ao mesmo tempo em que fixará metas de curto, médio e longo prazo para a melhoria da qualidade da educação básica. Como meta de longo prazo espera-se que o IDEB nacional atinja o índice 6 para os anos iniciais do ensino fundamental até 2021 - índice médio atual para países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Atualmente, a educação básica brasileira tem uma média de 3,8 pontos, para os anos iniciais do ensino fundamental; 3,5, para os anos finais do ensino fundamental e 3,4, para o ensino médio, em uma escala de 0 a 10 Algarismos, conforme tabela abaixo, que mostra também o IDEB de cada região, bem como as metas para 2011:

Tabela 1. IDEB – Brasil e Regiões

Etapas da Educação Básica						
País/Região	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Meta 2011	Anos Finais do Ensino Fundamental	Meta 2011	Ensino Médio	Meta 2011
Brasil	3,8	4,6	3,5	3,9	3,4	3,7
Norte	3,1	3,8	3,2	3,6	2,9	3,2
Nordeste	3,0	3,7	2,9	3,3	3,0	3,3
Centro-Oeste	4,0	4,8	3,4	3,9	3,4	3,6
Sudeste	4,7	5,4	3,9	4,4	3,6	3,9
Sul	4,5	5,2	3,8	4,3	3,8	4,0

Fonte: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Censo Escolar 2005 - escolas públicas e urbanas – excluindo as escolas federais.

O PDE se organiza em quatro eixos de ação:

1. Educação Básica – tendo como objetivo prioritário a melhoria da qualidade da educação básica pública medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), enfrentando os problemas de rendimento, frequência e permanência do aluno na escola, a partir da mobilização social em torno do **Programa Compromisso Todos pela Educação**. Inclui ações visando à melhoria da gestão escolar, da qualidade do ensino e do fluxo escolar, valorização e qualificação de professores e profissionais da educação, inclusão digital e apoio ao aluno e à escola;

2. Alfabetização e Educação Continuada – tendo como objetivo reduzir a taxa de analfabetismo e o número absoluto de analfabetos, com foco nos jovens e adultos de 15 anos ou mais, com prioridade para os Municípios que apresentam taxa de analfabetismo superior a 35%. O **Programa Brasil Alfabetizado** tem por meta atender 1,5 milhão de alfabetizando por ano, assegurando a oportunidade de continuidade dos estudos para os jovens e adultos acima de 15 anos de idade egressos das turmas de alfabetização de adultos;

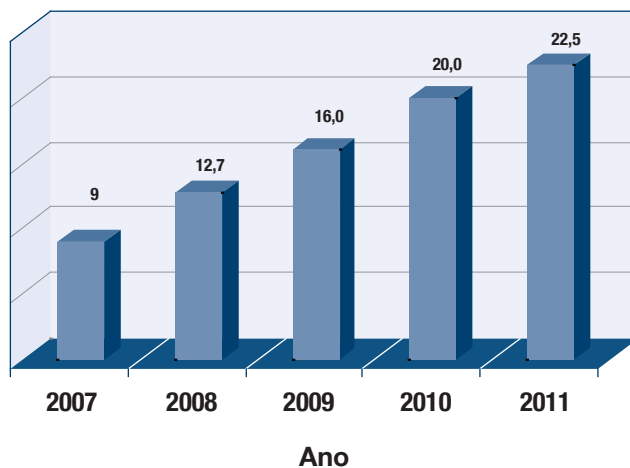
3. Ensino Profissional e Tecnológico – com o objetivo principal de ampliar a rede de ensino profissional e tecnológico do País, de modo que todos os Municípios tenham, pelo menos, uma escola oferecendo educação profissional. A expansão da oferta da educação

profissional e tecnológica se dará prioritariamente em cidades-pólo respeitando as vocações econômicas locais e regionais e reforçando a articulação da escola pública, em especial, o ensino médio e a educação de jovens e adultos, com a educação profissional em todas as modalidades e níveis;

4. Ensino Superior – com o objetivo de ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior no País por meio da ampliação das vagas nas instituições federais de ensino superior e da oferta de bolsas do **Programa Universidade para Todos (Prouni)**, articulado ao Financiamento Estudantil (Fies). Com a ação de apoio à **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)** as universidades apresentarão planos de expansão da oferta para atender à meta de dobrar o número de alunos nas Instituições Federais de Ensino (IFES) no Brasil em 10 anos. O Prouni será ampliado oferecendo 100 mil novas bolsas por ano e permitindo o financiamento de 100% das bolsas parciais do **Prouni** por meio do Fies.

Com a implementação do PDE, os recursos alocados pelo Governo Federal à Educação sofrerão um acréscimo nas despesas discricionárias de cerca de 150% até 2011 em relação a 2007, saltando de 9 bilhões (2007) para 22,5 bilhões (2011). A União aplicará, em educação, no período do PPA, cerca de 26,8% das receitas oriundas de impostos, representando aproximadamente 35,7 bilhões a mais do que o mínimo constitucional exigido.

Gráfico 1 – Previsão de Dispendios no Período do Plano (R\$ bilhões)



Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

O Presidente Lula, lançou em janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um conjunto de investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social nos setores de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação, além de diversas medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulos ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo.

As metas propostas pelo PAC envolvem expansão significativa do investimento público e, em decorrência, do investimento privado. A elevação do nível de investimento pelo setor público na resolução dos gargalos existentes na infra-estrutura logística e energética, aliada à continuidade das políticas inclusivas – essenciais à expansão do mercado interno –, é fundamental para a expansão da capacidade produtiva nacional e elevação da produtividade sistêmica da economia.

Estão previstos investimentos em infra-estrutura logística, em energia e em infra-estrutura social e urbana superiores a R\$ 500 bilhões, equivalentes em 2007 a cerca de 20% do PIB, com equilibrada distribuição territorial, de modo a reduzir as desigualdades regionais (tabela 2).

Tabela 2. Previsão de Investimento em Infra-Estrutura no PAC, por região e tipo de infra-estrutura (bilhões R\$)

Região	Logística	Energia	Infra-estrutura Social e Urbana	Total
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9
Nordeste	7,4	29,3	43,7	80,4
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5
Centro-Oeste	3,8	11,6	8,7	24,1
Nacional (*)	28,4	101,7	50,4	180,5
Total	58,3	274,8	170,8	503,9

*Nessa categoria reúnem-se obras que se estendem por mais de uma região ou ainda não identificadas geograficamente.

Em logística de transportes, os investimentos estão orientados para a recuperação e a manutenção da infra-estrutura existente, na eliminação de gargalos e para a diversificação dos modais de transporte, dado a forte interiorização do desenvolvimento em curso no Brasil.

Tabela 3. Logística de transportes

LOGÍSTICA		
Setor	Meta	Investimentos (R\$ bilhões)
Rodovias		33,4
- Recuperação	32.000 km	
- Adequação/Duplicação	3.214 km	
- Construção	6.876 km	
- Concessões rodoviárias	3.247 km	
Ferrovias	2.518 km	7,9
Portos		2,7
- Dragagem		1,4
Hidrovias		0,7
Marinha Mercante		10,6
Total		56,3

No modal rodoviário, consolidando política introduzida no âmbito do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), o foco, que era dirigido para a recuperação das principais rodovias federais, agora no PAC se estende a toda a malha federal, conferindo-lhe adequada trafegabilidade pela garantia de recursos para sua manutenção. Pretende-se ainda expandir a capacidade de escoamento das rodovias estratégicas para o transporte da produção, para o turismo e para as rodovias de integração nacional e com a América do Sul.

Grandes projetos de construção e pavimentação e de adequação ou duplicação de rodovias foram incluídos no PAC. A tabela 4 consolida as rodovias que serão beneficiadas:

Tabela 4 . Rodovias Federais – Construção, Pavimentação, Adequação e Duplicação

CONSTRUÇÃO OU PAVIMENTAÇÃO	ADEQUAÇÃO OU DUPLICAÇÃO
BR-135/BA	BR-040/MG
BR-135/MG	BR-050/MG
BR-135/PI	BR-060/DF-GO
BR-153/PR	BR-070/GO
BR-156/AP	BR-101/ES
BR-158/MT	BR-101/RN-PB-PE-AL-SE-BA
BR-158/RS	BR-101/SC-RS
BR-163/MT	BR-116/PR
BR-163/PA	BR-116/RS
BR-230/PA	BR-153/GO
BR-242/MT	BR-153/MG

CONSTRUÇÃO OU PAVIMENTAÇÃO	ADEQUAÇÃO OU DUPLICAÇÃO
BR-265/MG	BR-163-364/MT
BR-282/SC	BR-230/PB
BR-319/AM	BR-262/MG
BR-364/AC	BR-365/MG
BR-493/RJ (Arco Rodoviário)	BR-381/MG
Rodoanel de São Paulo	BR-386/RS
	BR-392/RS
	BR-470/SC

As ferrovias serão objeto de programa de eliminação de pontos de estrangulamento decorrentes das interferências com os aglomerados urbanos, a ser realizado em parceria com os respectivos concessionários. Novas ferrovias serão construídas e outras finalmente concluídas. A Ferrovia Norte-Sul deverá completar os trechos Araguaína-Palmas e Anápolis-Uruaçu em Goiás nos próximos anos. A Ferrovia Transnordestina se constituirá em nova fronteira de desenvolvimento para o semi-árido nordestino. Igualmente relevantes serão o Ferroanel de São Paulo, em seu tramo Norte, que permitirá a integração das ferrovias Ferronorte/Novoeste/Ferrobán aos portos de Santos e de Itaguaí, a variante de Guarapuava (PR), e o trecho da Ferronorte entre Alto Araguaia e Rondonópolis (MT).

As hidrovias terão sua utilização potencializada pela realização de investimentos em sinalização e balizamento, e dragagem e derrocamento quando necessários, de modo a permitir a navegabilidade em condições econômicas e seguras. As melhorias na hidrovia do São Francisco, entre Ibotirama e Juazeiro, na Bahia, conjugado ao acesso ferroviário ao porto de Juazeiro, permitirão o escoamento de parcela significativa da produção de grãos do oeste baiano. A navegação do Tocantins em direção aos portos de Belém (PA) será viabilizada com o término das eclusas de Tucuruí (PA) e de outras eclusas já em construção. Quarenta novos terminais portuários serão construídos na Amazônia e a hidrovia Paraná-Paraguai será viabilizada.

No setor portuário, foi definido amplo programa de dragagem com o objetivo de capacitar os principais portos concentradores do País de calado suficiente para receber os mais modernos cargueiros. A expansão da infra-estrutura portuária, pela construção ou ampliação de berços, também está proposta para os portos de Vila do Conde (PA), Itaqui (MA), Vitória (ES) e São Francisco do Sul (SC), que já se encontram saturados, assim como melhorias nos acessos terrestres aos portos de Itaqui (MA), Pecém (CE), Suape (PE), Salvador (BA), Itaguaí (RJ), Santos (SP) e Itajaí (SC).

A modernização e expansão da marinha mercante, mediante a ampliação dos recursos destinados ao financiamento da construção de embarcações, deverá servir de importante estímulo à navegação de cabotagem, atualmente, incipiente frente ao potencial que representa a nossa costa, como importante modal, seja para o comércio interno, seja para a concentração de cargas para exportação.

A infra-estrutura aeroportuária carece de expansão, seja para atender ao crescimento da demanda pelo transporte aéreo de pessoas e de cargas, seja para acompanhar o desenvolvimento tecnológico das aeronaves – cada vez de maior porte e a exigir pistas mais amplas e extensas –, assim como das condições de segurança dos aeroportos.

Serão investidos R\$ 4,6 bilhões em reforma/construção de 18 pistas de pouso e decolagem, três torres de controle (TWR), 17 terminais de passageiros (TPS) e quatro de cargas (TECA) e outros investimentos complementares. Serão aplicados também recursos da ordem de R\$ 2,5 bilhões na modernização e operacionalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Esses R\$ 7,1 bilhões permitirão ampliar a capacidade dos aeroportos e assegurar a circulação eficiente e segura ao tráfego aéreo no Brasil.

O quadro a seguir apresenta as principais obras a serem realizadas em aeroportos.

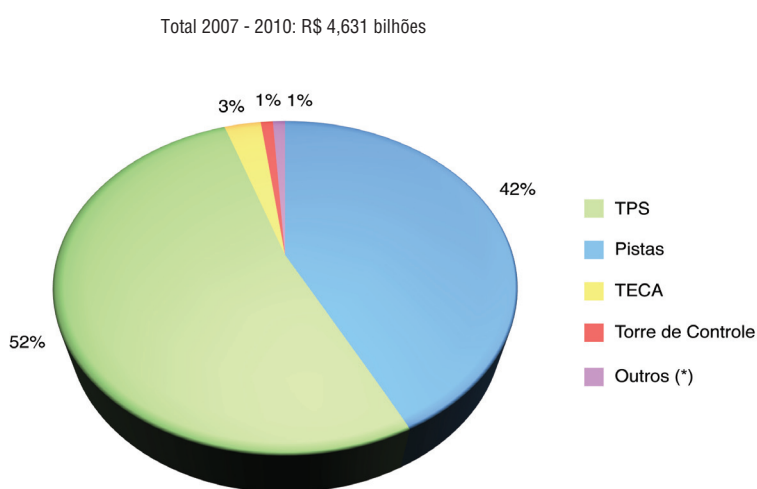
Tabela 5. Investimentos em Infra-estrutura Aeroportuária - PAC 2007-2010

Aeroporto	Obra	Total 2007-2010 (em R\$)
Brasília	Construção de Viaduto sobre Via de Acesso	168.500.000
	Construção do TPS Satélite Sul	
Campinas	Construção da 2ª Pista	270.000.000
	Recuperação e Reforço Estrutural dos Sistemas de Pistas	
Curitiba	Ampliação dos Sistemas de Pistas e Pátios	143.376.313
	Ampliação do TECA	
Florianópolis	Construção do TPS, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Acesso Viário	176.074.997
Galeão	Revitalização, Modernização e Manutenção do TPS 1	146.800.000
	Recuperação do Sistema de Pistas e Pátios	
	Reforma do TECA	
Goiânia	Construção do TPS, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário	239.520.809

Guarulhos	2ª Etapa das Obras de Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios	1.403.916.665
	Construção da 3ª Pista	
	Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios	
	Construção de TPS 3, de Pátio de Aeronaves e de Acesso Viário	
	Implantação do Sistema Automático de Inspeção de Bagagens Despachadas	
Porto Alegre	Construção de Novo TECA	222.780.000
	Ampliação da Pista de Pouso/Decolagem	
Santos Dumont	Reforma e Ampliação do TPS e do Sistema de Pistas e Pátios	146.562.461
Vitória	Construção de TPS, de TWR e de Sistema de Pista	348.720.718
	Construção do Novo TECA	
Demais Aeroportos	Adequação, Construção e Modernização de Pistas e de Terminais de Passageiros	1.364.525.639
Total		4.630.777.602

O gráfico abaixo apresenta ainda a distribuição dos investimentos por tipo de intervenção nos aeroportos brasileiros:

Gráfico 2. Investimentos por Intervenção



(*) Estacionamento de veículos, sistema de bagagens e acessos viários.

Quanto à política energética, o objetivo central é garantir o suprimento e a modicidade tarifária da energia elétrica. Nesse sentido, foram programadas no âmbito do PAC as construções de 62 usinas hidrelétricas, 21 usinas termelétricas e 55 pequenas centrais hidrelétricas, bem como 48 novas usinas eólicas e oito usinas à biomassa, as quais, no seu conjunto, ampliarão a capacidade de geração de energia em cerca de 12.400 MW até 2010 e em mais 27.500 MW após 2010. Além disso, serão realizados estudos de viabilidade técnica, econômica e de aproveitamento hidrelétricos com potencial de geração de mais 25.700 MW até 2010.

Tabela 6. Investimentos em Infra-Estrutura Energética

Setor	Meta	Investimentos (R\$ bilhões)
Energia Elétrica	ADICIONAL	78,4
- Geração	12.386 MW	65,9
- Linhas de Transmissão	13.826 km	12,5
Petróleo e Gás Natural		179,0
- Exploração e Produção		93,4
- Exploração	800 milhões de barris/dia	
- Produção	2,6 milhões de barris/dia	
- Refino, Transporte e Petroquímica	ADICIONAL	45,2
- Refino e Petroquímica	+ 450 mil barris/dia	
- Navios petroleiros	42 navios contratados 2 superpetroleiros	
- Gás Natural		40,4
- Produção	55 milhões de m³/dia	
- Gás Natural Liquefeito (GNL)	20 milhões de m³/dia	
- Gasodutos	ADICIONAL 4.526 km	
Combustíveis Renováveis		17,4
- Biodiesel	3,3 bilhões de litros/ano - 46 novas usinas	
- Etanol	23,3 bilhões de litros/ano - 77 novas usinas	
- Alcooldutos	1.150 km de dutos	
Total		274,8

Em consonância com a expansão da capacidade de geração, serão implantados sistemas de transmissão de energia elétrica, que crescerão até 2010 cerca de 14.000 km de novas linhas, atingindo-se após aquele ano mais 5.000 km, integrando os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Amapá ao Sistema Elétrico Nacional.

No setor de petróleo, gás natural e combustível renováveis, o objetivo é garantir a auto-suficiência sustentada a longo prazo, estabelecendo-se a meta de produção 20% superior ao consumo nacional e uma relação entre reserva e produção de petróleo de no mínimo 15 anos. O parque de refino deverá ser ampliado e modernizado para o aumento do processamento do

petróleo nacional, com melhoria da qualidade do combustível. A produção e a oferta de gás natural deverá ser acelerada, de modo a reduzir sua dependência externa.

Na área dos biocombustíveis, a meta é assegurar a liderança do Brasil, incrementando as exportações de etanol e expandindo a capacidade de produção de biodiesel.

A oferta mundial de etanol projetada para 2010 é de 68,7 bilhões de litros. Desse total, o Brasil produzirá mais de 23 bilhões de litros, dos quais 4,5 bilhões serão exportados para atender ao mercado internacional.

Com relação ao biodiesel, estima-se que a produção mundial desse combustível chegue a 13 milhões de barris/dia ainda em 2007. No Brasil, considerando os percentuais mínimos de mistura ao diesel estabelecidos na legislação, o mercado demandará uma média de 840 milhões de litros/ano até o final de 2007. Essa demanda passará a 1 bilhão de litros/ano entre 2008 e 2012 e, a partir de 2013, passará a 2,4 bilhões/ano.

O uso comercial do biodiesel terá forte apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Atualmente, a carteira do BNDES contempla 11 projetos com investimentos de R\$ 700 milhões e capacidade de produção de 1,1 bilhão de litros. O Ministério de Minas e Energia (MME) contabiliza capacidade instalada de usinas em operação, instaladas em fase de regularização, em construção e em fase de projeto no total de 2,1 bilhões de litros. Há ainda 19 interessados em produzir capacidade adicional de 950 milhões de litros. Portanto, em um curto período de tempo, houve um salto de um mercado inexistente para um mercado que deve atingir facilmente a meta de 840 milhões de litros de biodiesel (2%) em 2007.

Assim, se todos os projetos contabilizados pelo MME se efetivarem, haverá capacidade instalada superior à meta de 5% de mistura para 2013, com possibilidade de antecipação da meta ou exportação de excedente de produção.

Ressalta-se ainda a forte integração entre o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). Essa integração se constitui em importante estratégia de inclusão social, geração de emprego e renda e promoção do desenvolvimento regional. O principal instrumento de integração desses programas é o Selo Combustível Social, que garante benefícios às empresas que adquirem a matéria-prima de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, incentivando a produção consorciada de oleaginosas. Com o Selo Combustível Social serão beneficiadas, até 2011, 348 mil famílias de trabalhadores do campo que atuam na cadeia do biodiesel.

O aumento da oferta de água para consumo humano e para produção deverá permitir distribuição equilibrada de água, em especial, nas regiões mais críticas. Nessa direção, destaca-se o Projeto de Integração da Bacia do São Francisco que irá permitir a perenização de diversas vias fluviais, naturais ou artificiais, para o abastecimento da população da região do semi-árido nordestino. A revitalização das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba propiciará, além da proteção desses mananciais, a garantia hídrica de boa qualidade, saneamento básico e geração de trabalho e renda para a população ribeirinha.

Na irrigação, esforço será desenvolvido no sentido de incorporar à atividade produtiva áreas ainda ociosas dos perímetros públicos existentes e propiciar os meios necessários à transferência de sua gestão para os próprios irrigantes, mediante modelos de gestão adequados ao perfil de cada situação. Novas áreas para irrigação poderão ser incorporadas já no modelo de parceria público-privada ou outros arranjos que garantam a sua sustentabilidade pós-implantação.

Os investimentos nas áreas de habitação e saneamento ambiental são de fundamental importância para melhoria da qualidade de vida e resgate da cidadania de milhões de brasileiros que ainda não têm acesso à moradia digna, água potável e esgotamento sanitário. Tendo em vista esse passivo histórico do Estado com a sociedade, o Governo Federal dará prioridade a essas áreas, com ênfase no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social (comunidades indígenas, quilombolas e populações assentadas em áreas de risco, como palafitas, favelas e outros assentamentos subnormais).

Nesse sentido, estão previstos no PAC investimentos em habitação e saneamento de R\$ 78,6 bilhões do Governo Federal e 17,3 bilhões de contrapartida de Estados e Municípios distribuídos conforme a tabela a seguir:

Tabela 7. Investimentos em Saneamento e Habitação - PAC 2007-2010

	Habitação	Saneamento	TOTAL (R\$ bilhões)
Orçamento Fiscal e Seguridade	10,1	12,0	22,1
FGTS/FAT	36,5	20,0	56,5
Contrapartida Estados e Municípios	9,3	8,0	17,3
TOTAL	55,9	40	95,9

Esses investimentos deverão beneficiar:

- 7 milhões de famílias com abastecimento de água tratada;
- 7,3 milhões de famílias com esgotamento sanitário;
- 3,96 milhões de famílias com melhoria e construção de moradias e urbanização de assentamentos precários.

Dos R\$ 78,6 bilhões que cabem ao Governo Federal, 24,3 bilhões serão destinados à implementação de mais de 1.200 projetos em saneamento e habitação, definidos após um amplo processo de negociação com Estados e Municípios. Essa primeira carteira de projetos prioriza o atendimento às capitais, regiões metropolitanas e grandes aglomerados urbanos (Municípios com mais de 150 mil habitantes). São regiões em que o modelo de urbanização brasileiro produziu, nas últimas décadas, cidades caracterizadas pela precariedade e exclusão territorial da maioria da população urbana, gerando um crescimento urbano periférico desordenado, que se expressa principalmente em alto número de assentamentos precários.

A tabela a seguir demonstra a alocação dos recursos, por região e modalidade de intervenção, para o atendimento das capitais dos Estados, principais regiões metropolitanas e cidades com mais de 150 mil habitantes:

Tabela 8. Recursos, por região e modalidade de intervenção – PAC 2007-2010

Região	Modalidade	Valor Orçamento da União	Valor FAT/FGTS	Total (R\$ mil)
Centro-Oeste	Abastecimento de Água	229.332	443.502	672.834
	Esgotamento Sanitário	362.977	258.891	621.868
	Manejo de Águas Pluviais	0	27.246	27.246
	Saneamento Integrado	163.835	29.858	193.693
	Urbanização de Assentamentos Precários	295.230	75.291	370.521
Sub-Total		1.051.374	834.788	1.886.162
Nordeste	Abastecimento de Água	448.199	423.583	871.783
	Esgotamento Sanitário	1.194.205	722.181	1.916.386
	Manejo de Águas Pluviais	0	91.000	91.000
	Saneamento Integrado	865.711	134.609	1.000.320
	Urbanização de Assentamentos Precários	1.430.836	436.639	1.867.475
Sub-Total		3.938.952	1.808.012	5.746.963
Norte	Abastecimento de Água	179.566	415.835	595.401
	Esgotamento Sanitário	283.967	419.286	703.253
	Manejo de Águas Pluviais	0	207.729	207.729
	Saneamento Integrado	327.798	84.794	412.592
	Urbanização de Assentamentos Precários	440.749	591.278	1.032.027
Sub-Total		1.232.080	1.718.922	2.951.002
Sudeste	Abastecimento de Água	397.370	1.751.053	2.148.423
	Esgotamento Sanitário	296.310	2.241.945	2.538.255
	Manejo de Águas Pluviais	265.750	666.896	932.646
	Saneamento Integrado	1.449.364	555.939	2.005.303
	Urbanização de Assentamentos Precários	2.774.146	536.527	3.310.673
Sub-Total		5.182.941	5.752.360	10.935.300
Sul	Abastecimento de Água	5.360	436.369	441.730
	Esgotamento Sanitário	276.648	1.009.368	1.286.016
	Manejo de Águas Pluviais	0	155.748	155.748
	Saneamento Integrado	146.111	41.092	187.202
	Urbanização de Assentamentos Precários	419.931	312.409	732.340
Sub-Total		848.050	1.954.986	2.803.036
Total Global		12.253.396	12.069.068	24.322.464

Os problemas de habitação e saneamento básico não se restringem apenas às grandes aglomerações urbanas.

Nesse sentido, R\$ 3,66 bilhões do Orçamento da União serão destinados a projetos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para Municípios com população total de até 150 mil habitantes, além de investimentos no valor de R\$ 1 bilhão para atendimento a áreas indígenas, comunidades quilombolas, localidades rurais e áreas com risco epidemiológico, onde o acesso aos serviços de saneamento básico é fundamental para redução dos índices de incidência de doenças como malária, doença de chagas, esquistossomose, tracoma, febre tifóide, dengue e hepatite.

Outros R\$ 4 bilhões do Orçamento da União serão alocados ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para seleção pública de projetos estaduais e municipais destinados à produção ou melhoria de habitações e à urbanização de assentamentos precários para o atendimento de famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Para financiamentos a pessoas físicas com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estão previstos mais R\$ 32,5 bilhões, complementados com R\$ 900 milhões do Orçamento da União para subsídios.

O Governo Federal ainda investirá R\$ 120 milhões nas áreas de resíduos sólidos urbanos (coleta e disposição final adequada de lixo), apoio à elaboração de projetos, e melhoria institucional e operacional dos prestadores de serviços de saneamento básico, de modo a aprimorar a produtividade e qualidade dos serviços prestados.

Os recursos adicionais de financiamento (R\$ 12 bilhões) serão distribuídos ao longo do período do PAC, perfazendo o total de R\$ 78,6 bilhões de investimentos do Governo Federal nas áreas de saneamento e habitação.

Em paralelo ao esforço de investimento do setor público, o PAC tem como objetivo incentivar a ampliação do acesso aos recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), cerca de R\$ 42 bilhões, facilitando a promoção imobiliária, a ampliação das formas de captação de recursos e a inclusão de novos agentes, de modo a estender o atendimento à parcela da população em condições de arcar com a aquisição no mercado imobiliário mediante financiamento.

O problema da mobilidade nas cidades brasileiras tem se agravado, acompanhando o acelerado processo de urbanização verificado nos últimos anos. Um dos vértices do problema é a ineficiência dos sistemas de transporte público, caracterizados pelo estrangulamento de suas infra-estruturas, pela oferta insuficiente e precária dos serviços e pelos seus altos custos. Como consequência, sobretudo, nas grandes cidades, observa-se a crescente exclusão social, a redução da qualidade de vida e a ineficiência das economias, que apontam para a necessidade de investimentos crescentes no setor.

Neste sentido, estão previstos recursos de R\$ 1,51 bilhão no PAC em sistemas de transporte de grande capacidade. A estratégia adotada é concluir os projetos já iniciados em Belo Horizonte (MG), Recife, (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA) e São Paulo (SP), ampliando a capacidade desses sistemas em 600 milhões de passageiros por ano conforme o quadro abaixo.

Tabela 9: Investimentos em Sistemas de Transporte Coletivo - PAC 2007-2010

Sistemas	Obras	Custo Total (R\$ milhões)
Metrô Belo Horizonte	LINHA I: Ampliação da capacidade, conclusão de sinalização, modernização da frota e construção de terminal LINHA II: Conclusão das desapropriações, obras de infra-estrutura e obras de arte especiais.	187,9
Metrô Recife	LINHA SUL: Recuperação, duplicação e implantação do trecho LINHA CENTRO: Recuperação e ampliação do trecho	295,6
Metrô Fortaleza	LINHA SUL: Implantação do trecho LINHA OESTE: Recuperação e melhoramento do trecho	486,9
Metrô Salvador	LINHA CALÇADA-PARIPE: Recuperação e modernização do trecho LINHA LAPA-PIRAJÁ: Implantação do trecho	468,8
Corredor Expresso São Paulo	Implantação do Trecho Parque D. Pedro - Cidade Tiradentes	74,7
Total Geral		1.513,9

Os futuros investimentos em transporte público deverão estar fundamentados em uma política mais ampla de mobilidade, integrada às políticas de ocupação e uso do solo, e orientada por um planejamento em rede, que considera as potencialidades dos diversos modos de deslocamento. Para tanto, será elaborado o Plano Nacional de Apoio à Política de Mobilidade nas Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas Brasileiras, que orientará os investimentos do Governo Federal no setor, visando à sustentabilidade dos serviços prestados e ao desenvolvimento territorial ordenado.

O PAC, além da definição desse conjunto de investimentos, introduziu diversas medidas normativas, listadas a seguir:

Estímulo ao Crédito e ao Financiamento

O desenvolvimento do mercado de crédito é parte essencial do desenvolvimento econômico e social. Nos últimos anos, o Governo Federal adotou uma série de medidas que resultaram na expansão do volume de crédito e do mercado de capitais. O objetivo para os próximos anos é dar continuidade ao aumento do volume de crédito, sobretudo, do crédito habitacional e do crédito de longo prazo para investimentos em infra-estrutura. Dentre as medidas nessa área destacam-se:

- a concessão pela União de crédito à Caixa Econômica Federal (CEF) para aplicação em saneamento e habitação (R\$ 5,2 bilhões);
- a ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitação (R\$ 7 bilhões);

- c) a criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura com recursos do FGTS (R\$ 5 bilhões);
- d) a elevação da liquidez do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Melhoria do Ambiente de Investimento

O aumento do investimento também depende de um ambiente regulatório e de negócios adequado. Nesse sentido, o PAC inclui medidas destinadas a agilizar e facilitar a implementação de investimentos em infra-estrutura, sobretudo, no que se refere à questão ambiental, medidas de aperfeiçoamento do marco regulatório e do sistema de defesa da concorrência e de incentivo ao desenvolvimento regional, por meio da recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Destacam-se nessa área:

- a) a proposta de regulamentação do Artigo 23 da Constituição Federal, no que tange à definição de competências na área ambiental;
- b) a criação do marco legal das agências reguladoras;
- c) a Lei do Gás Natural;
- d) a reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário

O setor privado responde pela maior parcela do investimento no Brasil. Nesse sentido, o PAC contempla medidas de aperfeiçoamento do sistema tributário, bem como de desoneração do investimento, sobretudo, em infra-estrutura e construção civil, para incentivar o aumento do investimento privado. Além disso, cria incentivos ao desenvolvimento tecnológico e ao fortalecimento de pequenas e microempresas. Dentre as principais medidas destacam-se:

- a) a recuperação acelerada dos créditos de Programa de Integração (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em edificações com redução de 25 para 2 anos;
- b) a desoneração de obras de infra-estrutura com a suspensão da cobrança de PIS/Cofins para novos projetos;
- c) a desoneração dos fundos de investimento em infra-estrutura com isenção de Imposto e Renda Pessoa Física (IRPF);
- d) a criação do Programa de Incentivos ao Setor da TV Digital com a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/COFINS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e do Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores com isenção de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), IPI, PIS/COFINS e CIDE;
- e) aumento do valor de Isenção para Microcomputadores (de R\$ 2,5 mil para R\$ 4 mil);
- f) a desoneração da compra de perfis de aço com redução do IPI de 5% para zero;
- g) a criação da Receita Federal do Brasil (RFB);
- h) a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Medidas Fiscais de Longo Prazo

A sustentação do crescimento depende do aperfeiçoamento da Política Fiscal, com manutenção das conquistas sociais dos últimos anos. Nesse sentido, o PAC inclui medidas voltadas à sustentabilidade fiscal de longo prazo, com destaque para: o controle das despesas de pessoal para cada um dos Poderes da União; a criação de política de longo prazo de valorização do salário mínimo com regra de reajuste até 2011 e a instituição do Fórum Nacional da Previdência Social (FNPS). O PAC cria, ainda, medidas de aperfeiçoamento da gestão pública, incluindo melhoria da gestão previdenciária e de combate às fraudes; agilização do processo licitatório, promovendo alterações na Lei nº 8.666/1993; aperfeiçoamento da governança corporativa nas Estatais; extinção de empresas estatais federais em processo de liquidação Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE) e regulamentação da previdência complementar do servidor público federal.

A riqueza da estratégia de desenvolvimento para o PPA 2008–2011 está no fortalecimento do modelo de crescimento em vigor, amparado no consumo de massa, na manutenção da estabilidade econômica, na renovação de um conjunto poderoso de iniciativas voltadas à reorientação econômica e social do território, ao respeito ao meio ambiente, à magnitude das políticas públicas destinadas a públicos específicos como jovens, crianças, mulheres, índios, negros e idosos, à força da democracia e da soberania e ao impulso provocado pela combinação das três agendas, a Social, o Plano de Desenvolvimento da Educação e o PAC.

Cenário do Desenvolvimento (Contexto Macroeconômico)

Introdução

Durante o período do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 foram realizadas importantes transformações na economia brasileira, que alteraram significativamente o ambiente produtivo. Ao longo desses quatro anos, consolidou-se a estabilidade monetária, retomou-se o crescimento econômico, reduziu-se a vulnerabilidade a choques externos, recuperou-se o poder de compra dos trabalhadores e melhorou-se de forma significativa a distribuição de renda da população.

Esses fatores se resumem em um cenário ímpar na história econômica brasileira que reúne crescimento do PIB, redução da inflação e saldos positivos no Balanço de Pagamentos, com desdobramentos positivos sobre as demais variáveis econômicas e sociais.

Os grandes desafios para o PPA 2008-2011, no campo econômico, residem em assegurar o atual círculo virtuoso de crescimento, e direcionar as políticas públicas necessárias para elevar a produtividade e a competitividade da economia, assegurando que seus ganhos sejam distribuídos de forma equânime. Esses ganhos permitirão ampliar o mercado interno de bens e serviços, garantindo a afluência de uma parcela maior de consumidores, o que se refletirá em condições de vida mais favoráveis a expressivas parcelas da população.

Esse processo já se iniciou e vem ganhando impulso à medida que algumas das principais restrições como inflação e vulnerabilidade externa, por exemplo, foram sendo superadas durante o PPA 2004-2007. A melhora dos fundamentos permitiu que a dinâmica de crescimento da economia passasse a se assentar também no mercado doméstico, com um significativo crescimento do consumo das famílias.

Para assegurar que esse seja um círculo virtuoso de crescimento, com geração de emprego e renda, torna-se necessária a adoção de medidas que removam os gargalos existentes em pontos fundamentais da estrutura produtiva da economia brasileira.

Essas restrições são decorrentes da baixa taxa de investimento registrada nas últimas décadas e que afetaram sobremaneira a infra-estrutura do País, particularmente, em geração de energia, transportes e habitação. Adicionalmente, investimentos em inovação e educação e qualificação profissional são a garantia de expansão da capacidade de produção que se traduzirá em aumento da produtividade e da competitividade da economia.

As metas macroeconômicas de longo prazo, apresentadas a seguir, buscam balizar as ações e políticas a serem adotadas em cada momento. As metas são flexíveis e devem ser continuamente revisadas ao longo dos próximos quatro anos para adequar a estratégia de ação à evolução dos acontecimentos e às demandas da sociedade.

O Crescimento do PIB

Para o ano de 2007, as estimativas de crescimento do PIB apresentam revisões sistemáticas para taxas mais elevadas, superando inclusive a estimativa de 4,7% utilizada no orçamento. Para o PPA 2008-2011, o governo utiliza uma taxa de crescimento do PIB de 5% ao ano para todo o período. Embora o aumento do PIB possa oscilar ao redor desse número ao longo dos anos, essa será a maior taxa média de variação em quatro anos desde 1987, possibilitando uma elevação de 21,6% do produto no período. A estratégia para atingir essa meta consiste em elevar a Taxa de Investimento da Economia e manter a Taxa de Crescimento do Consumo das Famílias em compasso com a do produto.

Os principais obstáculos ao crescimento econômico, gerados pelo descontrole inflacionário, desequilíbrio das contas públicas e das contas externas, foram equacionados e removidos nos últimos quatro anos, o que criou um ambiente favorável ao crescimento do PIB. Para manter a continuidade desse quadro positivo, assegurar que a expansão da atividade produtiva não seja limitada pela infra-estrutura do País, obter uma maior sinergia dos investimentos públicos e privado, e elevar a taxa de investimento do País, o governo lançou o PAC.

No setor externo, as exportações deverão apresentar uma taxa de variação positiva, embora menor do que a dos últimos anos. Essa evolução possibilitará acomodar o aumento da demanda doméstica e o novo nível de equilíbrio da taxa de câmbio, que ocorre em patamar mais baixo, decorrente dos bons fundamentos econômicos. Por outro lado, as importações deverão crescer a uma taxa mais elevada, tanto para atender à demanda por bens de consumo quanto por bens de capital. Assim, espera-se uma redução dos superávits comerciais, os quais não deverão comprometer a solidez dos indicadores externos e serão suficientes para assegurar um volume adequado de reservas internacionais.

A tabela 10 apresenta as metas de crescimento real do PIB pela ótica da despesa, utilizadas como referência para o cenário macroeconômico de 2008-2011. A tabela 11 apresenta as metas de crescimento pela ótica do produto.

Tabela 10. Metas de crescimento real do PIB, para 2008-2011, segundo a ótica da demanda (taxa % ao ano)

Discriminação	2008	2009	2010	2011
PIB	5,0	5,0	5,0	5,0
Consumo das Famílias	5,7	5,49	5,14	5,0
Consumo do Governo	3,5	3,5	3,5	3,5
Investimento	9,5	9,5	9,5	9,5
Exportação de Bens e Serviços	1,14	1,01	2,44	2,76
Importação de bens e serviços	7,84	7,17	7,43	7,41

Tabela 11. Metas de crescimento do PIB, para 2008-2011, segundo a ótica da produção (taxa % ao ano)

Discriminação	2008	2009	2010	2011
PIB	5,0	5,0	5,0	5,0
Agropecuária	5,0	4,5	4,5	4,5
Indústria	4,8	5,2	5,4	5,5
Serviços	5,1	4,9	4,8	4,8

Demanda Agregada

O consumo das famílias deverá manter no período do PPA 2008-2011 um crescimento médio de 5,3% ao ano, convergindo para a taxa de crescimento do PIB. O aumento do consumo de bens e serviços será o resultado do crescimento do emprego e dos salários reais, devendo-se observar que o volume do emprego e da renda do trabalhador formal, na medida em que se expande pela incorporação de novos trabalhadores e de antigos empregados informais, tenderá a apresentar taxas de variação decrescentes, embora condizentes com a redução da taxa de desemprego. A formalização do emprego continuará trazendo importantes benefícios ao trabalhador, além dos decorrentes da inserção na previdência social, como o acesso ao sistema financeiro formal e daí a um crédito de menor custo. Deverá se registrar a continuidade do aumento do crédito para o consumo de bens duráveis e de serviços, particularmente, do crédito consignado.

O aumento da atividade econômica propiciará crescimento do emprego e a elevação de renda real dos trabalhadores permitirá um maior nível de consumo das famílias. Mas a melhor distribuição de renda virá da continuidade dos programas de transferência de renda do Governo Federal, e da elevação do salário mínimo, cuja regra adotada permite recompor a inflação passada e incorporar os ganhos reais de crescimento da economia. Estes são os dois principais fatores, que em conjunto, deverão aprofundar a tendência de queda do índice de desigualdade.

A estabilização do consumo do Governo Federal reflete a retomada dos investimentos públicos, no âmbito do PAC, e a estabilização dos demais gastos correntes.

No médio prazo, o crescimento do mercado interno propiciará um círculo virtuoso entre salários e lucros, de um lado, e investimento e consumo, de outro, o que irá gerar um aumento da produtividade e da lucratividade das firmas brasileiras, induzindo, desse modo, o aumento continuado do investimento.

O cenário para o comércio exterior de bens e serviços, nos próximos anos, deverá responder a dois elementos recentes que estão redefinindo o setor produtivo e principalmente a indústria nacional. Um fator é o novo patamar, mais baixo, da taxa de câmbio, resultado da melhora dos fundamentos da economia brasileira que, inclusive, a qualifica para ser

classificada como grau de investimento por agências especializadas. O outro fator é decorrente do aumento da concorrência, tanto no mercado externo quanto no doméstico, com produtos de economias altamente competitivas.

Esses dois fatores, em conjunto com o crescimento do investimento e do consumo, deverão resultar, por um lado, em um aumento nas importações para fazer frente à expansão da demanda por bens de capital e bens duráveis de consumo e, por outro, na menor taxa de crescimento das exportações, em decorrência do aumento da demanda doméstica e da maior concorrência em mercados externos.

Oferta Agregada

A evolução da economia durante o PPA 2008-2011 refletirá a recuperação e estabilidade da Taxa de Crescimento da Agropecuária, a nova fase de expansão da indústria, decorrente do aumento da taxa de investimento e da taxa de produtividade, e uma expansão da atividade de serviços próxima da taxa do PIB.

A capitalização da agropecuária e o quadro favorável no médio prazo para os preços internacionais têm permitido a modernização do setor, com a utilização de mais insumos e a ampliação e renovação da frota de máquinas e implementos agrícolas. Os ganhos de produtividade decorrentes desses fatores asseguram a projeção de uma taxa de crescimento próxima de 20% em todo o período do PPA.

A atividade industrial refletirá, principalmente:

- a) a continuidade da expansão da indústria de bens de capital, em resposta à maior taxa de investimento;
- b) a elevação da produção de bens duráveis, para atender os consumidores afluentes pelo aumento da renda;
- c) o crescimento do setor da construção civil, para atender à demanda do mercado imobiliário e aos investimentos em infra-estrutura;
- d) a manutenção do ritmo da indústria extrativa, particularmente, do setor de petróleo e gás, cujos projetos de expansão são fundamentais para o crescimento do País.

Esses são os principais fatores que, em conjunto, deverão gerar um crescimento acumulado no período de 22,6% para a indústria. Essa expansão, cerca de 1 ponto percentual acima daquela esperada para o PIB, refletirá, com maior intensidade, o aumento da taxa de investimento em cerca de 2 pontos no período, alcançando 20% do PIB em 2011, e a expansão de 23,1% no consumo das famílias.

O setor de serviços deverá apresentar um aumento acumulado de 21% no período de 2008-2011. Esse desempenho retratará, em grande medida, os efeitos da elevação do consumo doméstico sobre os serviços de comércio, de transporte e de comunicações. Por outro lado, a ampliação de recursos do Governo Federal direcionados para a prestação de serviços típicos de Estado e investimentos sociais para a redução das desigualdades terão impacto significativo para a elevação da oferta de serviços da administração pública.

Setor Externo

Nas relações comerciais com o exterior, a economia brasileira já alcançou uma redução substancial de sua vulnerabilidade a choques advindos dos fluxos de capitais e da variação de preços. A estabilização da economia e a melhora dos fundamentos também possibilitaram uma queda importante na volatilidade da taxa de câmbio, aumentando a previsibilidade das operações comerciais e financeiras. A acumulação de reservas internacionais atingiu nível recorde e coloca o País em posição privilegiada para enfrentar flutuações na atividade econômica internacional.

Diante desse quadro, os parâmetros de atuação do governo para o setor externo terão por base a manutenção do regime de câmbio flutuante e o livre fluxo de capitais. A estratégia para o período do PPA será pautada pela busca de saldos comerciais positivos, considerando o atendimento da demanda doméstica, tanto para o consumo quanto para o investimento e a continuidade da expansão do grau de abertura da economia, medido pela soma das exportações e importações em relação ao PIB.

O aumento da renda das famílias e o equilíbrio das contas públicas, particularmente com a redução da dívida pública em proporção do PIB, criarão as condições necessárias para a elevação da poupança doméstica. Ainda assim, a elevação em ritmo mais rápido da taxa de investimento poderá se beneficiar do investimento estrangeiro direto, particularmente em um período de elevada liquidez financeira internacional e da melhora na percepção de risco da economia brasileira pelos investidores estrangeiros.

O cenário de crescimento externo positivo, ainda que em ritmo menor do que o registrado nos últimos anos, em conjunto com o aumento da absorção doméstica, levará a uma estabilização das exportações de bens em relação ao PIB. Por outro lado, para atender à demanda doméstica por bens de consumo e de capital, as importações de bens manterão uma taxa de variação elevada, o que produzirá uma redução no saldo comercial de bens. Dada a trajetória deficitária do comércio de serviços, no qual transportes e aluguel de equipamentos são itens relevantes e tenderão a se elevar ainda mais com o crescimento do PIB, o saldo de bens e serviços deverá se manter positivo, porém em paulatina redução no período do PPA 2008-2011.

A tabela 12 apresenta o cenário para o saldo em conta corrente, em termos do PIB, consistente com as metas de crescimento do PPA 2008-2011.

Tabela 12. Projeção do saldo em conta corrente para 2008-2011 (em % do PIB)

Discriminação	2008	2009	2010	2011
Exportação de Bens e Serviços	13,1	13,2	13,2	13,2
Bens	11,5	11,6	11,6	11,5
Serviços	1,6	1,6	1,7	1,7
Importação de Bens e Serviços	11,3	11,8	12,2	12,4
Bens	9,0	9,4	9,7	9,9
Serviços	2,4	2,4	2,5	2,5
Saldo em Bens	2,5	2,2	1,9	1,6
Saldo em Serviços	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8
Saldo em Bens e Serviços	1,7	1,4	1,1	0,8
Rendas e Transferências Unilaterais Correntes	-1,3	-1,1	-0,9	-0,7
Saldo em Conta Corrente	0,4	0,3	0,2	0,1

Setor Público

A estratégia para o setor público no PPA 2008-2011 encontra-se consolidada no PAC e visa a compatibilizar três fatores fundamentais para a sustentabilidade desse ciclo de crescimento, consagrados pela responsabilidade fiscal:

- a) a ampliação do investimento social e em infra-estrutura;
- b) a continuidade da redução gradual da relação dívida do setor público-PIB;
- c) a desoneração seletiva da atividade produtiva e dos investimentos.

Como balizador para esses fatores, a Política Fiscal será guiada pela meta de superavit primário anual de 3,8% do PIB para o setor público consolidado durante o período de 2008-2011, pelas regras de variação dos gastos com pessoal em cada um dos três poderes - gastos que estarão limitados, em termos reais, a 1,5% ao ano - e pela Política de Valorização do Salário Mínimo, que mantém o seu poder de compra e adiciona um crescimento real dado pela taxa de variação do PIB dos dois anos anteriores.

Aceleração do crescimento proporcionada pelo aumento do investimento, juntamente com a redução da taxa básica de juros projetada para os próximos anos, possibilitará diminuir a relação dívida do setor público/PIB para pouco menos de 40% até o fim do período do PPA. O deficit nominal do setor público também continuará sua trajetória de queda até que seja zerado.

O aumento do investimento público será assegurado pela elevação da dotação orçamentária do Projeto Piloto de Investimento (PPI), que aumentará de 0,15% do PIB, conforme estabelecido em 2006, para 0,5% do PIB, por ano, durante o período de 2007-2010. O aumento do PPI e a contenção do crescimento do gasto corrente garantem a consistência fiscal do PPA.

Para estimular o aumento da atividade produtiva e a elevação do investimento privado, já em 2007, haverá uma redução da carga tributária no montante de aproximadamente R\$ 6,9 bilhões, beneficiando os setores industriais de bens de capital, edificação de infra-estrutura e construção civil e as atividades intensivas em mão-de-obra. O encaminhamento de uma proposta de reforma tributária que remova as distorções existentes permitirá uma maior eficiência na arrecadação, além de redução de custos operacionais do sistema e daqueles que atingem o contribuinte.

A tabela 13 apresenta a composição do orçamento primário do Governo Central, em termos do PIB, para 2008-2011.

Tabela 13: Orçamento Primário do Governo Central
(em termos do PIB, para 2008-2011).

Discriminação	2008	2009	2010	2011
I. Receita Total	24,87	24,82	24,95	24,74
I.1 Receita Administrada pela RFB	16,35	16,25	16,17	15,69
I.2. Arrecadação Líquida INSS	5,72	6,08	6,38	6,73
I.3. Demais	2,80	2,48	2,40	2,32
II. TRANSFERÊNCIA A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4,27	4,24	4,30	4,39
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	20,60	20,57	20,65	20,35
IV. DESPESAS	18,94	18,87	18,95	18,65
IV.1 Pessoal e Encargos Sociais	4,76	4,62	4,48	4,32
IV.2. Benefícios Previdenciários	7,24	7,32	7,57	7,79
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	2,21	2,29	2,45	2,52
IV.4.1 Legislativo/Judiciário/MPU	0,24	0,21	0,22	0,19
IV.4.2 Discricionárias - Executivo	4,48	4,42	4,24	3,83
V. AJUSTE CAIXA/COMPETÊNCIA	0,03	-	-	-
VI. PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE	1,70	1,70	1,70	1,70

A tabela 14 apresenta os principais parâmetros e as projeções utilizadas no cálculo do endividamento do setor público nos próximos quatro anos.

Tabela 14. Parâmetros e Projeções Utilizadas nas Estimativas do Endividamento do Setor Público

Discriminação	2008	2009	2010	2011
Inflação IPCA acumulada (% ano)	4,00	4,50	4,50	4,50
Inflação IGP-DI acumulada (% ano)	4,00	4,50	4,50	4,50
Taxa de juros nominal - Over/Selic - Média	10,10	9,51	8,94	8,54

Taxa de juros nominal - Over/Selic - final do ano	9,75	9,02	8,76	8,50
Taxa de juros real - Over/Selic - final do ano	5,86	4,80	4,25	3,86
Taxa de câmbio R\$/US\$ - final do ano	1,95	2,07	2,10	2,15
Taxa de câmbio R\$/US\$ - média	1,91	2,00	2,06	2,10

Investimento e Poupança

As metas macroeconômicas do PPA 2008-2011 deverão resultar em uma ampliação da parcela do PIB destinada ao consumo das famílias e ao investimento. O consumo do governo, por sua vez, refletirá o aumento do investimento público, o qual será compensado pela contenção dos gastos correntes, tendo como resultado uma estabilização do consumo final da economia, em termos do PIB.

A necessidade de se elevar o volume de investimentos no menor prazo possível resultará em um aumento da absorção doméstica, em proporção do PIB, em 1 ponto percentual entre 2008 e 2011. A poupança doméstica, por sua vez, deverá se elevar em 1,5 ponto percentual no período, aproximando-se de 20% do PIB em 2011, e sendo suficiente para financiar a expansão do investimento. Essa trajetória deverá levar a um saldo em conta corrente declinante, porém positivo, o que garantirá a solidez das contas externas, frente a eventuais flutuações no ritmo de crescimento da economia internacional.

A tabela 15 apresenta o conjunto de projeções de consumo, poupança e investimento consistente com as metas de crescimento do PPA 2004-2007.

Tabela 15. Projeções de Consumo, Poupança e Investimento em 2008-2011
(em % do PIB)

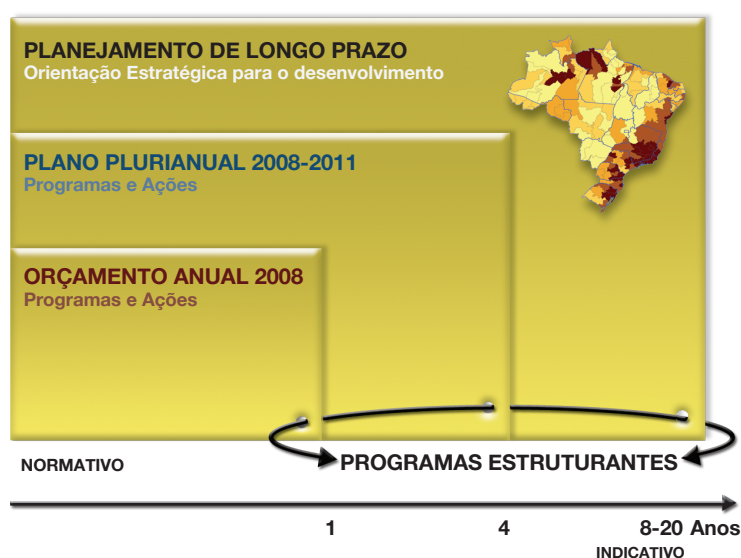
Discriminação	2008	2009	2010	2011
I - Absorção Doméstica	98,3	98,6	98,9	99,2
I.1 - Consumo Final	80,3	80,0	79,7	79,4
I.2 - Investimento	18,0	18,6	19,2	19,8
II - Saldo em bens e serviços	1,7	1,4	1,1	0,8
III - Renda e Transferências Unilaterais Correntes	-1,3	-1,1	-0,9	-0,7
IV - Saldo em Conta Corrente (I+III)	0,4	0,3	0,2	0,1
V- Poupança	18,0	18,6	19,2	19,8
V.1 - Poupança Interna	18,4	18,9	19,4	19,9
V.2 - Poupança Externa	-0,4	-0,3	-0,2	-0,1

O Modelo do PPA 2008-2011

Princípios

O planejamento da ação governamental no horizonte de curto, médio e longo prazos é uma exigência sem a qual a Estratégia de Desenvolvimento não se viabiliza. O PPA, como um dos instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal, organiza os principais objetivos, diretrizes e metas da Administração Pública Federal (APF) para o período de quatro anos e deve orientar os demais planos e programas nacionais, regionais e setoriais. Nesse sentido, o PPA é um instrumento de planejamento mediador entre o planejamento de longo prazo e os orçamentos anuais que consolidam a alocação dos recursos públicos a cada exercício.

Gráfico 3



O Brasil tem avançado, nos últimos anos, no que se refere ao planejamento da ação de governo, de modo a:

- organizar esforços rumo a objetivos de longo prazo;
- considerar os impactos futuros da ação presente;
- buscar integrar a visão do território na estratégia de desenvolvimento;
- incluir a participação da sociedade na definição e no acompanhamento do planejamento nacional;
- implementar um modelo de gestão por resultados.

Seguindo essa tendência, o PPA 2008-2011 se orienta pelos seguintes princípios:

- convergência territorial: orientação da alocação dos investimentos públicos e privados, visando a uma organização mais equilibrada do território;
- integração de políticas e programas, tendo o PPA como instrumento integrador

- das políticas do Governo Federal para o período de quatro anos, a partir de um horizonte de 20 anos;
- c) gestão estratégica dos projetos e programas considerados prioritários para a Estratégia de Desenvolvimento, de modo a assegurar o alcance dos resultados pretendidos;
- d) monitoramento, avaliação e revisão contínua dos programas, criando condições para a melhoria da qualidade e produtividade dos bens e serviços públicos;
- e) transparência na aplicação dos recursos públicos, mediante ampla divulgação dos gastos e dos resultados obtidos;
- f) participação social no acompanhamento do ciclo de gestão do PPA como importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão, para aperfeiçoamento das políticas públicas.

A Metodologia do PPA 2008-2011

O elemento organizativo central do PPA é o Programa, entendido como um conjunto articulado de ações orçamentárias, na forma de projetos, atividades e operações especiais, e ações não-orçamentárias, com intuito de alcançar um objetivo específico. Os programas estruturam o planejamento da ação governamental para promover mudanças em uma realidade concreta, sobre a qual o Programa intervém, ou para evitar que situações ocorram de modo a gerar resultados sociais indesejáveis. Os programas também funcionam como unidades de integração entre o planejamento e o orçamento. O fato de que todos os eventos do ciclo de gestão do Governo Federal estão ligados a programas garante maior eficácia à gestão pública. Os programas funcionam como elementos integradores do processo de planejamento e orçamento, ao estabelecerem uma linguagem comum para o PPA, a definição de prioridades e metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a elaboração dos Orçamentos Anuais e a programação orçamentária e financeira.

O êxito na execução do Plano é expresso pela evolução de indicadores, que possibilitam a avaliação da atuação governamental em cada programa, e do conjunto de programas por meio dos indicadores associados aos objetivos de governo. Dessa forma, pretende-se assegurar a convergência dos meios na direção dos objetivos a alcançar.

A gestão por programas implica, ainda, trabalhar de forma cooperativa, cruzando as fronteiras ministeriais, estimulando a formação de equipes e de redes com um fim comum, sem ignorar o ambiente organizacional em que as estruturas e hierarquias permanecem válidas. A transparência para a sociedade e a capacidade de instrumentalizar o controle social são também contribuições do modelo, o que faz do Programa o referencial ideal para a discussão pública das propostas de governo e a explicitação dos compromissos assumidos com o cidadão.

Gestão do Plano

A gestão do PPA tem por objetivo viabilizar os compromissos assumidos com a sociedade, por meio de uma ação decididamente voltada para resultados. Para que os resultados previstos no Plano sejam alcançados, é necessária a gestão eficiente dos programas, o que requer o desenvolvimento de competência gerencial para a implementação dos programas e das ações pelos órgãos setoriais. O processo de gestão do PPA é composto pelas etapas de elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos programas. Essas etapas formam o ciclo de gestão do PPA representado na figura abaixo.



O modelo de gestão do PPA 2008-2011, no âmbito dos órgãos e entidades responsáveis pelos programas, preserva a unidade de responsabilidade para todas as etapas do processo de gestão. Os agentes centrais na implementação, no monitoramento e na avaliação dos programas são os gerentes de programa e os coordenadores de ação.

A gestão do Programa é de responsabilidade do gerente de programa, que poderá contar com o apoio de um gerente-executivo. O gerente de programa é o titular da unidade administrativa, à qual o Programa está vinculado. Compete ao gerente de programa:

- a) gerenciar a execução do Programa, observando os seus objetivos e a execução eficiente dos recursos alocados;
- b) monitorar a execução do conjunto das ações do Programa;
- c) buscar mecanismos inovadores para financiamento e gestão do Programa;
- d) gerir as restrições que possam influenciar o desempenho do Programa;
- e) validar e manter atualizadas as informações da gestão de restrições e dos dados

- gerais do Programa sob sua responsabilidade, mediante alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);
- f) promover a avaliação do Programa quanto à sua concepção, implementação e resultados.

Assim como ocorre no nível do Programa, cada ação tem um responsável direto – o coordenador de ação. Compete ao coordenador de ação:

- a) viabilizar a execução e o monitoramento de uma ou mais ações do Programa;
- b) responsabilizar-se pela obtenção do produto expresso na meta física da ação;
- c) utilizar os recursos de forma eficiente, segundo normas e padrões mensuráveis;
- d) gerir as restrições que possam influenciar a execução da ação;
- e) estimar e avaliar o custo da ação e os benefícios esperados;
- f) efetivar o registro do desempenho físico, da gestão de restrições e dos dados gerais das ações sob sua responsabilidade no SIGPlan.

Este modelo de responsabilidade se completa, preferencialmente, na forma colegiada, exercida por meio de comitês gestores constituídos por representantes dos órgãos e entidades que possuem ações em cada Programa, do qual participam coordenadores de ação e gerentes de programa.

Qualificação do desenho dos programas por meio da análise do modelo lógico

O processo de revisão dos programas finalísticos será precedido de análise de seu modelo lógico, de modo a avaliar o desenho do Programa e ajustá-lo no que for necessário durante a execução para uma melhor gestão por resultados. Todo programa tem por base uma teoria que o sustenta. Conhecê-la significa aprofundar o conhecimento sobre a natureza, gravidade e extensão do problema ou demanda da sociedade que originou o Programa. Do mesmo modo se avança no conhecimento sobre o funcionamento do Programa, ou seja, como se pretende intervir e com que recursos, estratégias e ações. Além disso, a identificação das relações causais entre as ações dos programas e os resultados pretendidos cria condições para que se possam avaliar melhor os efeitos do Programa. Em suma, a análise do modelo lógico permite compreender como se origina o problema ou demanda, como se desenvolve, como se explica, como se propõe intervir de modo eficaz para mitigar suas causas, como monitorar sua execução e avaliar seus resultados. Todos esses elementos são necessários para um bom desenho de programa. Aprimorar a qualidade do desenho do Programa por meio da análise do modelo lógico possibilitará avançar na capacidade de gestão por resultados e criar entendimento comum entre os principais interessados no Programa quanto à sua estrutura e resultados;

Gestão de Riscos

Considerando que a gestão das políticas públicas ocorre em um ambiente em permanente mudança, sujeito a eventos imprevistos nem sempre sob a governabilidade do gestor responsável pelo programa ou ação pública, a gestão de riscos assume um papel fundamental na gestão do novo PPA. Uma ação com natureza de projeto, por exemplo, pode sofrer impactos na sua execução de natureza legal, técnica, orçamentária, financeira, política, dentre outras, capazes

de gerar atrasos no seu cronograma ou mesmo inviabilizá-la. Nesse caso, os prejuízos sociais são grandes, pois fica o Poder Público incapaz de cumprir com o planejado e gerar o bem ou o serviço a população beneficiária. O sistema de monitoramento das ações e dos programas do PPA incorporará a análise de risco para evitar que isso ocorra. A análise compreende a identificação, análise qualitativa (natureza, relevância e impacto potencial do risco), análise quantitativa (probabilidade do risco), plano de resposta e monitoramento da evolução do risco. Dessa forma, os programas e as ações do PPA contarão com um instrumento de gestão capaz de antecipar eventos que representem potencial ameaça à sua execução, além de gerar respostas tempestivas para assegurar o melhor nível de execução e efetividade dos programas;

Participação Social no processo de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do PPA

A participação social é uma das alavancas para o avanço da democracia, pois promove o compartilhamento das decisões sobre os rumos do País. Por meio da participação ativa, as demandas da sociedade podem ser incorporadas na definição do planejamento público, no aperfeiçoamento das políticas públicas e no controle social de sua implementação e resultados.

Nesse sentido, a atuação do Governo Federal tem sido a de valorizar os espaços de gestão participativa das políticas públicas. A criação e a consolidação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) formado por 102 representantes da sociedade civil e do Governo Federal, a contínua interlocução com conselhos setoriais, sindicatos, associações de empresários e organizações sociais, e a realização de conferências de âmbito nacional têm incorporado à agenda pública novos temas. As 39 conferências realizadas no período 2003-2006 mobilizaram mais de 2 milhões de pessoas na discussão e proposição de políticas e ações governamentais. Esse diálogo amplo tem estabelecido ao governo e à sociedade compromissos voltados à construção de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento inclusivo e sustentável do País.

O PPA 2008-2011 é canal fundamental para a ampliação e consolidação da participação social como mecanismo auxiliar nos processos decisórios do Estado. Representa a continuidade desse espaço de participação cidadã, já verificada na elaboração do PPA 2004-2007, com avanços que buscam induzir, na sociedade, o desafio de participar do monitoramento da implementação do PPA, dos processos de revisão anual e, assim, efetivar um processo de controle social da gestão pública. Para isso, é necessária a construção dos mecanismos institucionais de participação social que contemplem as expectativas da sociedade civil de exercer o direito democrático do controle social.

O PPA 2008-2011 é orientado pelas seguintes diretrizes para a participação social no processo de elaboração do Plano:

- a) incorporação da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), formulada no âmbito do CDES, nas Orientações Estratégicas de Governo para o período 2008-2011;

- b) valorização dos canais de participação social existentes e das propostas já construídas nesses espaços (conselhos, conferências, fóruns, etc);
- c) construção conjunta de prioridades pelos ministérios e conselhos setoriais;
- d) retorno de informações para os atores envolvidos em todas as etapas do processo.

Seguindo essas diretrizes, os ministérios foram orientados a promover consultas aos conselhos representativos da sociedade nas diversas áreas de abrangência do PPA, em particular na discussão dos Objetivos e Orientações Estratégicas Setoriais.

É importante ressaltar, ainda, que a participação da sociedade não se encerrará com o encaminhamento do PPA 2008-2011 ao Congresso Nacional. O desafio maior é a construção de mecanismos capazes de assegurar a participação e o controle social na gestão do Plano, especialmente nas etapas de monitoramento e avaliação dos programas e das ações do PPA.

O monitoramento e avaliação do cumprimento dos objetivos setoriais, por exemplo, deverão ser realizados pelos ministérios, com a participação dos diversos conselhos sociais. Assim, ao longo do período do Plano, os ministérios poderão debater com os segmentos representativos da sociedade os resultados das políticas setoriais, por meio da evolução dos indicadores, a partir da implementação do conjunto dos programas. Essa avaliação dos objetivos setoriais será utilizada como subsídio para a avaliação dos objetivos de Governo, atribuição do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Ainda nesse sentido, o Governo Federal organiza iniciativa inovadora na esfera pública federal, de criação de uma Rede de Controle Social dos Empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (REPAC). O grande volume de empreendimentos em execução no âmbito do PAC exige um esforço adicional do governo e da sociedade para que os recursos destinados ao Programa sejam executados com eficiência e gerem os resultados esperados para a sociedade brasileira.

A manifestação da sociedade, de entidades não-governamentais e atores interessados no acompanhamento dos empreendimentos do PAC permitirá a captação da percepção quanto aos resultados dos empreendimentos, seu grau de sustentabilidade e outras questões que poderão antecipar eventuais problemas na implementação dos projetos ou maximizar seu impacto.

Durante a avaliação dos resultados dos Programas do PPA, a ser realizada pelos órgãos responsáveis pela execução, está prevista, ainda, a utilização de mecanismos de participação social, de modo a incorporar visões dos beneficiários e parceiros sociais relevantes na gestão do Programa. A avaliação anual, com contribuições de atores sociais interessados, permite trazer para o cenário de revisão dos programas elementos relevantes para seu aperfeiçoamento e avanço de resultados.

O Governo Federal, desse modo, adotará mecanismos que permitam o acompanhamento do PPA com a colaboração da sociedade e a divulgação de seus resultados.

A Estrutura do Plano

A lógica de estruturação do PPA 2008-2011 se apresenta de modo a dar coerência às ações de governo, articulando a dimensão estratégica e tático-operacional do Plano. A dimensão estratégica inclui a Visão de Longo Prazo para o Brasil, expressa na AND, os 10 Objetivos de Governo e os Objetivos Setoriais. A dimensão tático-operacional é composta dos programas e ações do PPA, conforme representado na figura abaixo.

Gráfico 5. Programa de Governo



A Estratégia de Desenvolvimento para o PPA 2008-2011 é o eixo organizador do Plano e por meio dele se viabiliza. Passa a incorporar os resultados alcançados no período anterior e avança ao propor novos desafios para o período 2008-2011, a partir dos compromissos assumidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu Programa de Governo. As diretrizes e prioridades apresentadas no PPA propõem levar o Brasil na direção da Visão de Longo Prazo expressa na AND.

Os desafios a serem enfrentados no período do PPA 2008-2011, para fazer avançar a agenda de desenvolvimento, são expressos em 10 Objetivos do Governo Federal:

1. Promover a inclusão social e a redução das desigualdades;
2. Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda;
3. Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade;
4. Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos;
5. Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional;
6. Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional;
7. Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana;

8. Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica;
9. Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos;
10. Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização.

Ademais, para viabilizar esses objetivos, o Plano apresenta ainda objetivos setoriais que são estruturados em 215 Programas Finalísticos e 91 Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, totalizando 306 programas.

Tabela 16.

Objetivo de Governo	Programas Vinculados	%
Promover a inclusão social e a redução das desigualdades	21	6,9%
Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda	46	15,0%
Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade	13	4,2%
Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos	38	12,4%
Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional	42	13,7%
Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional	28	9,2%
Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana	28	9,2%
Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica	14	4,6%
Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos	21	6,9%
Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização	25	8,2%
Outros programas de governo	30	9,8%
Total	306	100,0%

Cada programa é composto por um conjunto de ações. Ao todo o Plano apresenta 5.081 ações, entre orçamentárias e não-orçamentárias, conforme tabela abaixo:

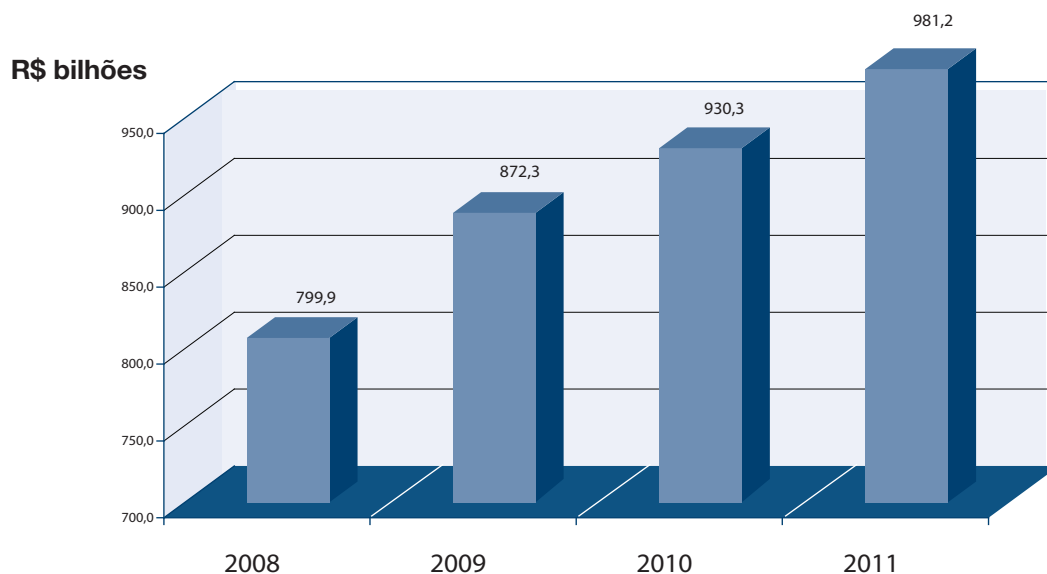
Tabela 17

Tipo de Ação		Número
Orçamentária	Projetos	1.436
	Atividades	2.798
	Operações Especiais	471
Total Orçamentária		4.705
Não-orçamentária		376
Total Geral		5.081

O PPA em Grandes Números

Os Objetivos de Governo, as políticas e os programas previstos no PPA 2008-2011 traduzem-se na alocação de recursos. Nos quatro anos do Plano estão previstos dispêndios da ordem de R\$ 3.583,7 bilhões. O gráfico a seguir mostra a previsão de dispêndios do PPA 2008-2011, ano a ano, consideradas todas as fontes de recursos.

Gráfico 6. Previsão de Dispêndios no Período do Plano - todas as fontes (R\$ bilhões)



Os recursos para o financiamento do PPA, detalhados na tabela 18, têm origem principalmente nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (65,8%), sendo também significativa a participação das Agências Oficiais de Crédito (19,7%) e dos Investimentos das Estatais (7,1%).

Tabela 18 - Fontes de Recursos do PPA 2008-2011

Fonte	R\$ bilhões	%
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.356,4	65,8%
Investimentos das Estatais	253,7	7,1%
Renúncia Fiscal	1,8	0,1%
Plano de Dispêndios das Estatais	12,7	0,4%
Fundos	146,5	4,1%
Agências Oficiais de Crédito	707,3	19,7%
Parcerias	105,2	2,9%
Total	3.583,7	100,0%

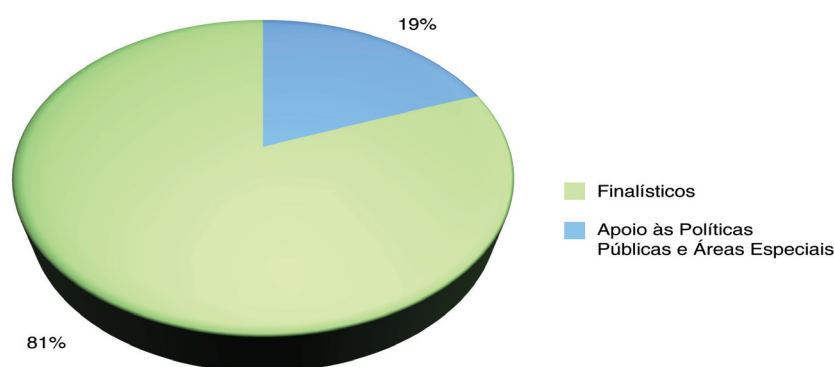
Dispêndio por tipo de programa

Os programas do PPA se agrupam em dois conjuntos, segundo sua finalidade:

- a) Finalísticos: pela sua implementação são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade e são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores.
- b) Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais: aqueles voltados para a oferta de serviços ao Estado, para a gestão de políticas e para o apoio administrativo.

Do total de recursos previstos no PPA, os Programas Finalísticos representam 81%, totalizando R\$ 2.911,1 bilhões nos quatro anos do Plano. Os Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais representam 19% do montante total de recursos, o equivalente à R\$ 672,6 bilhões.

Gráfico 7 - Recursos Alocados no PPA, por Tipo de Programa



Dispêndios Previstos por Função

Os dispêndios previstos para o período podem ser analisados sob a ótica da alocação por funções. Dessa perspectiva, destacam-se os recursos previstos para a função Previdência Social, que equivalem a R\$ 1.169,3 bilhões (32,6% do total), para a função Comércio e Serviços (R\$ 686,7 bilhões e 19,2% do total), para a Energia (R\$ 288,5 bilhões e 8,1% do total) e para a Saúde (R\$ 217,9 bilhões e 6,1% do total).

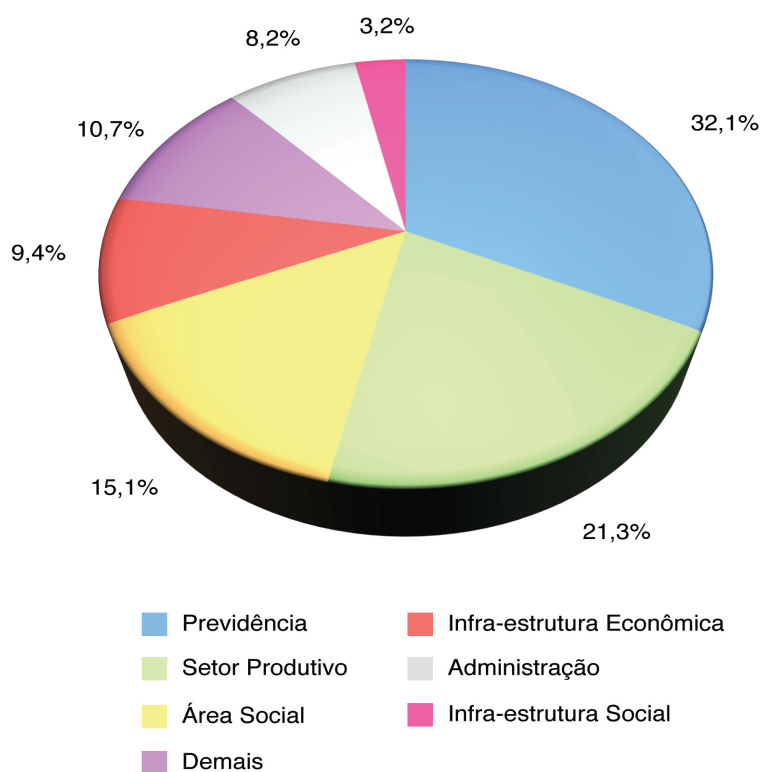
Tabela 19 – Dispendios por Setor

Função	R\$ milhões
Legislativa	23.848,00
Judiciária	86.848,54
Essencial à Justiça	17.854,91
Administração	125.907,05
Defesa Nacional	84.675,22
Segurança Pública	23.922,75
Relações Exteriores	7.664,07
Assistência Social	134.018,06
Previdência Social	1.169.295,76
Saúde	217.926,99
Trabalho	146.943,61
Educação	141.181,12
Cultura	4.042,97
Direitos da Cidadania	6.984,72
Urbanismo	16.197,07
Habitação	70.502,41
Saneamento	20.960,73
Gestão Ambiental	14.098,99
Ciência e Tecnologia	22.680,66
Agricultura	168.117,63
Organização Agrária	22.179,01
Indústria	16.803,18
Comércio e Serviços	686.691,44

Comunicações	7.879,23
Energia	288.528,41
Transporte	55.895,65
Desporto e Lazer	1.213,82
Encargos Especiais	831,03
Total	3.583.693,02

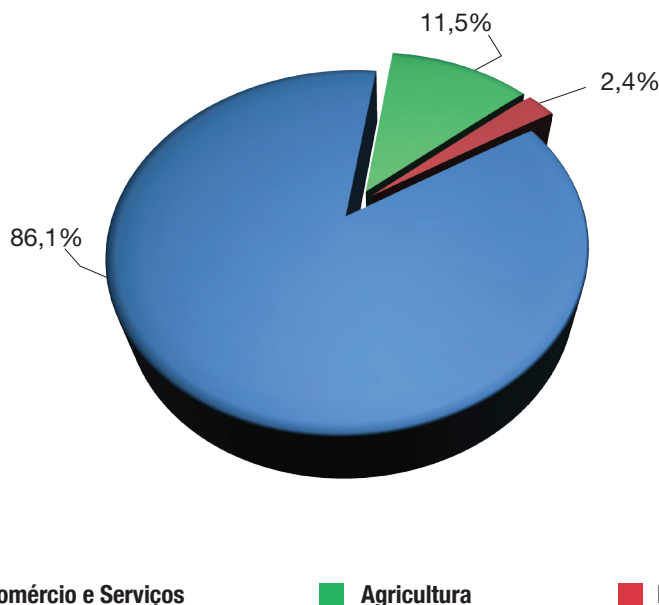
É possível, também, analisar esses números sob uma ótica ainda mais agregada, por grandes setores. Nessa ótica destacam-se os recursos alocados para a Previdência, correspondentes a 32,1% do total previsto no plano, para o Setor Produtivo (21,3%), para a Área Social (15,1%), para a Infra-estrutura Econômica (9,4%), para a Administração (8,2%) e os destinados à Infra-estrutura Social (3,2%).

Gráfico 8. Alocação Prevista por Grandes Setores (2008-2011)



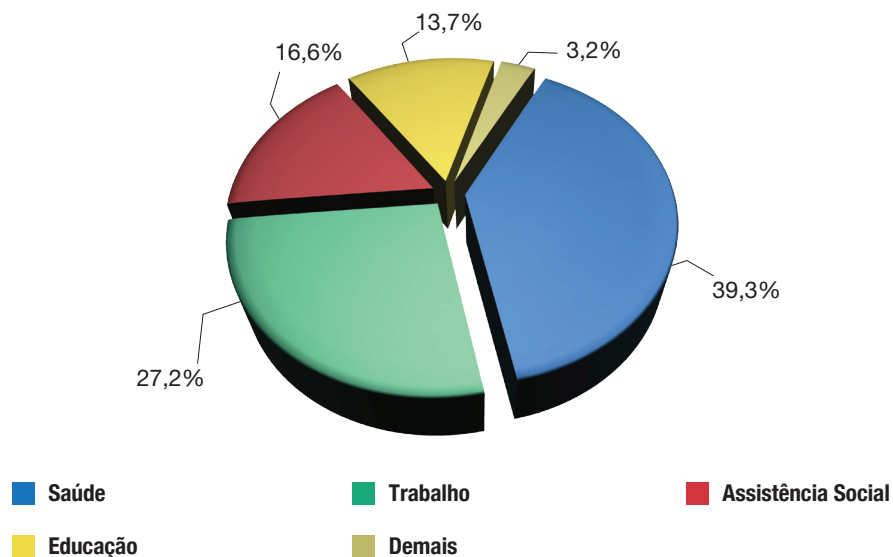
Dentre os recursos destinados ao Setor Produtivo, 86,1% (R\$ 656,3 bilhões) referem-se a despesas relacionadas a Comércio e Serviços, 11,5% a Agricultura (R\$ 87,5 bilhões) e 2,4% a Indústria (R\$ 18,5 bilhões).

Gráfico 9 - Alocação de recursos: Setor Produtivo (2008-2011)



Dos recursos referentes à Área Social (R\$ 540,3 bilhões), destacam-se os destinados à Saúde (39,3%), ao Trabalho (27,2%), à Assistência Social (16,6%) e à Educação (13,7%).

Gráfico 10 - Alocação de recursos Área Social (2008-2011)



No que se refere aos recursos destinados à Infra-estrutura Econômica (R\$ 337,6 bilhões), considerando-se todas as fontes de recursos do Plano, destacam-se os montantes destinados à Energia (77,9%) e aos Transportes (18,3%). No caso dos gastos previstos em Energia, destacam-se os recursos provenientes do Orçamento de Investimento das Estatais

(R\$ 202,9 bilhões) e os provenientes de parcerias (R\$ 52 bilhões). No caso dos Transportes, as fontes de recursos se dividem de forma equilibrada entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade e o Orçamento de Investimentos das Estatais (R\$ 29,4 bilhões e R\$ 24,4 bilhões, respectivamente).

Gráfico 11. Distribuição dos Recursos Destinados à Infra-Estrutura Econômica (2008-2011)

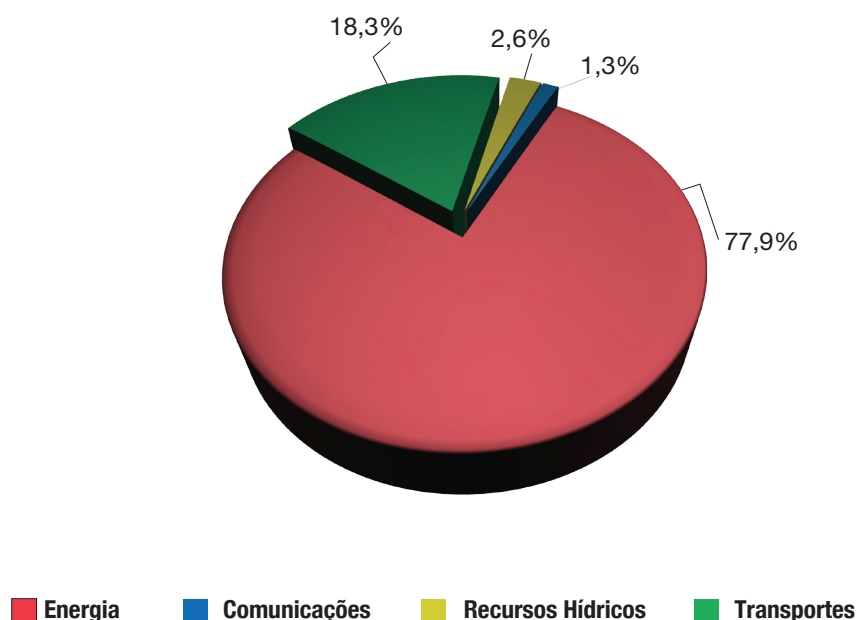


Tabela 20 - Distribuição dos Recursos Destinados à Infra-Estrutura Econômica por Fontes de Financiamento (R\$ bilhões)

Área	Recursos Orçamentários		Recursos Não-orçamentários	
	Fiscal e Seguridade	Investimentos das Estatais	Plano de Dispêndios das Estatais	Parcerias
Energia	0,56	202,86	7,46	52,01
Comunicações	2,25	2,14	-	-
Recursos Hídricos	8,62	-	-	-
Transportes	29,36	24,35	1,00	7,01
Total	40,79	229,36	8,46	59,03

Quanto aos recursos destinados à Infra-estrutura Social (R\$ 114,4 bilhões), considerando-se todas as fontes de recursos do Plano, destacam-se os montantes destinados à

Habitação Urbana (66,9% do total) e Saneamento Básico Urbano (19,6%). Dos gastos previstos em Habitação Urbana, destacam-se as fontes não orçamentárias, em especial recursos oriundos de Parcerias (R\$ 40,4 bilhões) e dos fundos geridos pelo governo (FGTS e FAR), com dispêndios previstos de R\$ 27,1 bilhões no período do Plano. Já no caso do Saneamento Básico Urbano, há um equilíbrio entre os recursos com origem no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (R\$ 10,8 bilhões) e os recursos oriundos do FGTS (R\$ 11,7 bilhões).

Gráfico 12. Distribuição dos Recursos Destinados à Infra-Estrutura Social (2008-2011)

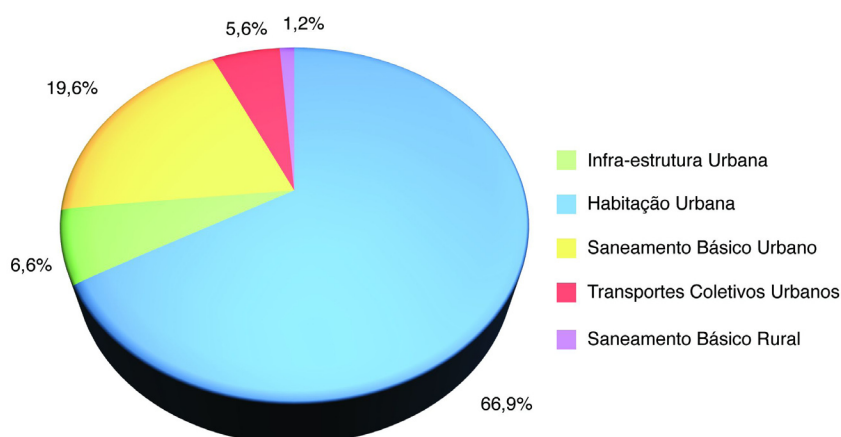


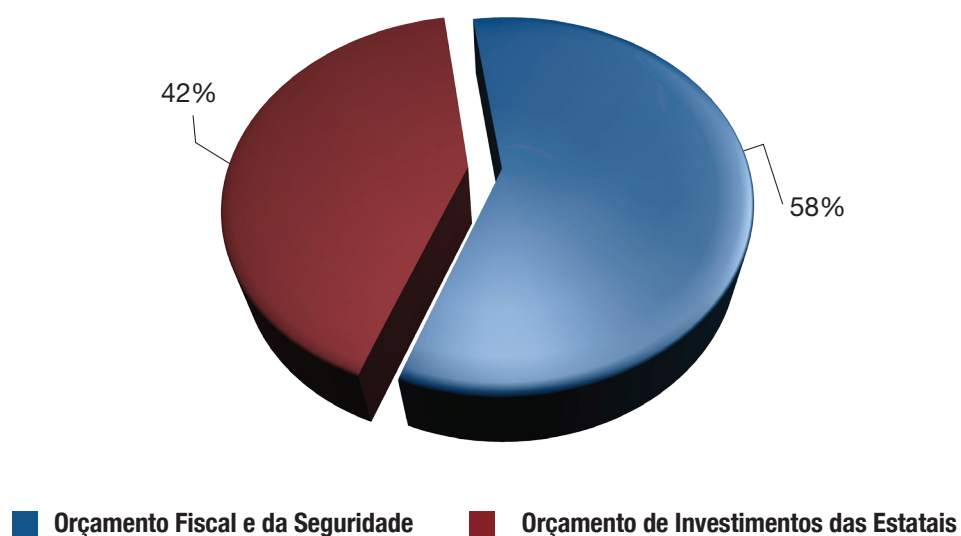
Tabela 21 - Distribuição dos Recursos Destinados à Infra-Estrutura Social, por Fontes de Financiamento (R\$ bilhões)

Área	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	Recursos Não-Orçamentários		
		Fundos	Agências Oficiais de Crédito	Parcerias
Habitação Urbana	2,81	27,10	6,22	40,40
Infra-Estrutura Urbana	6,40	-	1,13	-
Saneamento Básico Rural	1,40	-	-	-
Saneamento Básico Urbano	10,76	11,70	-	-
Transportes Coletivos Urbanos	2,86	3,60	-	-
Total	24,23	42,40	7,34	40,40

Investimentos

Considerando-se apenas os recursos orçamentários, os investimentos previstos no Plano Plurianual 2008-2011 são da ordem de R\$ 434,4 bilhões, dos quais 42% referentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e os demais 58% ao Orçamento de Investimentos das Estatais, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 13 - Distribuição dos investimentos entre os Orçamentos (2008-2011)



Metas Governamentais Prioritárias para o Período 2008-2011

1. Energia Elétrica

Tabela 22

Itens	Metas até 2011
Capacidade instalada de geração de energia elétrica	14.162 MW
Extensão total das linhas de transmissão	15.074 km

2. Petróleo, Gás, Biodiesel e Etanol

Tabela 23

Itens	Metas até 2011
Produção nacional de petróleo	2,4 milhões de barris/dia
Capacidade de refino de petróleo	2,3 milhões de barris/dia
Oferta de gás natural	105 milhões de metros cúbicos/dia
Capacidade da malha de transporte de gás natural	10.024 km
Produção nacional de biodiesel	2,678 bilhões de litros/ano
Produção de Etanol	27,7 bilhões de litros/ano

3. Transportes

Tabela 24

Itens	Metas até 2011
Extensão da malha rodoviária federal pavimentada	4.690 km
Extensão da malha ferroviária federal	2.110 km
Produção do transporte ferroviário nacional	50 bilhões de TKU
Rede hidroviária adequada	5.008 km
Movimento de contêineres de cargas em portos marítimos	3,5 milhões de TEU

4. Recursos Hídricos

Tabela 25

Itens	Metas até 2011
Revitalização e integração da bacia do Rio São Francisco com outras bacias hidrográficas	540 km
Transferências de gestão dos perímetros públicos de irrigação aos usuários	20 perímetros
Área ociosa incorporada ao processo produtivo nos perímetros públicos de irrigação já existentes	50 mil hectares

5. Exportações

Tabela 26

Itens	Metas até 2011
Exportação de bens e serviços	US\$ 230,0 bilhões
Participação das exportações brasileiras no total das exportações mundiais	1,3%

6. Saúde

Tabela 27

Itens	Metas até 2011
Aumentar o número de Equipes de Saúde da Família (equipe implantada)	14.502
Aumentar o número de Equipes de Saúde Bucal (equipe implantada)	9.346

7. Saneamento

Tabela 28

Itens	Metas até 2011
Serviço de Coleta de Esgoto	7,3 milhões de famílias beneficiadas
Serviços de Abastecimento de Água	7,0 milhões de famílias beneficiadas
Aldeias indígenas com cobertura de abastecimento de água	1.346
Oferta de rede de distribuição de água em Municípios de até 50 mil habitantes (número de Municípios)	1.200
Aldeias indígenas com solução adequada de dejetos (número de Municípios)	748
Oferta de rede coletora de esgoto, incluindo tratamento, em Municípios de até 50 mil habitantes (número de Municípios)	600
Oferta de coleta de resíduos sólidos urbanos, incluindo tratamento e disposição final adequados, em Municípios de até 50 mil habitantes (número de Municípios)	500

8. Assistência Social e Transferência de Renda

Tabela 29

Itens	Metas até 2011
Centros de Referência da Assistência Social com co-financiamento do Governo Federal (CRAS co-financiado)	4.442 *
Estender o benefício variável do Programa Bolsa Família aos adolescentes de 16 e 17 anos (adolescente atendido)	1,75 milhão
Bolsa Família (famílias atendidas)	11,1 milhões

* A linha de base é dezembro de 2006, com 3.248 CRAS. Portanto, os CRAS co-financiados em 2007 estão computados na meta.

9. Empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte

Tabela 30

Itens	Metas até 2011
Oferta de microcrédito produtivo orientado para empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte (operação realizada – acumulada)	3,8 milhão

10. Direitos de Cidadania

Tabela 31

Itens	Metas até 2011
Apoiar a municipalização das medidas sócio-educativas em meio aberto, segundo parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) – Município com mais de 100 mil habitantes apoiado	224
Serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (serviço disponibilizado)	764

11. Segurança

Tabela 32

Itens	Metas até 2011
Capacitação de Profissionais e Operadores de Segurança Pública (profissionais capacitados)	950 mil
Apoio à Criação de Vagas no Sistema Penitenciário (vagas criadas)	30 mil
Concessão de Bolsa-Auxílio para Policiais (bolsas concedidas)	900 mil

12. Desenvolvimento Agrário

Tabela 33

Itens	Metas até 2011
Pronaf (contratos realizados)	2,4 milhões, em 2011
Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares (famílias atendidas)	2,4 milhões, em 2011

13. Educação e Cultura

Tabela 34

Itens	Metas até 2011
Alfabetização (alfabetizando atendidos)	6,0 milhões
Rede de ensino profissional e tecnológico (novas escolas)	150
Criação de Educação Profissional a Distância no Ensino Médio (alunos beneficiados)	400 mil
Rede Federal de Ensino Superior (vagas criadas)	330 mil
Pontos de Cultura Implantados	1.085

14. Juventude

Tabela 35

Itens	Metas até 2011
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) – Urbano, Campo, Adolescente e Trabalhador (jovens beneficiados)	6 milhões

15. Inclusão Digital

Tabela 36

Itens	Metas até 2011
Telecentros instalados	8 mil
Novos usuários de Internet	20 milhões
Conexão de Escolas de Educação Básica em Banda Larga	134 mil

16. Habitação

Tabela 37

Itens	Metas até 2011
Melhoria/Construção de moradias e urbanização de assentamentos precários	3,96 milhões de famílias beneficiadas

17. Agricultura e Pecuária

Tabela 38

Itens	Metas até 2011
Safra de grãos	150 milhões de toneladas na safra 2010/2011
Exportação de carne	8,0 milhões de toneladas/ano
Erradicação da febre aftosa no Território Nacional	100%
Participação da agroenergia na matriz energética nacional	29,5%

18. Aeroportos

Tabela 39

Itens	Metas até 2011
Reforma/construção de pistas de pouso e decolagem	18 unidades
Reforma/construção de terminais de passageiros	17 unidades
Reforma/construção de terminais de cargas	4 unidades

19. Meio Ambiente

Tabela 40

Itens	Metas até 2011
Área de florestas públicas com manejo florestal sustentável	8 milhões de ha
Ampliação da área do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)	20 milhões de ha

Os Objetivos de Governo

“O nome do meu segundo mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade.”

(Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – 2006)

Com essa frase o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu os três pilares do seu Plano de Governo para o segundo mandato, de forma a consolidar, no Brasil, um novo modelo de desenvolvimento que seja economicamente próspero, ambientalmente sustentável e socialmente justo. A consolidação desse novo modelo de desenvolvimento passa por afirmar prioridades nacionais na área social, em especial na educação, e por conduzir políticas que, para além da manutenção da estabilidade econômica, conduzam a um novo padrão de crescimento, com distribuição de riqueza.

O Brasil ingressou em uma etapa de desenvolvimento sustentável, e caberá ao atual período de governo avançar mais aceleradamente rumo a esse novo ciclo de desenvolvimento. Um desenvolvimento de longa duração, com distribuição de renda, combate à exclusão social, à pobreza e às desigualdades sociais e regionais, respeito ao meio ambiente e à nossa diversidade cultural, emprego, segurança e bem-estar social, controle da inflação, ênfase na educação, democracia e garantia dos Direitos Humanos, presença soberana no mundo e forte integração continental.

Os três pilares do Plano de Governo se organizam no PPA 2008-2011 em torno das três agendas prioritárias: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a Agenda Social. Por meio dessa agenda de prioridades e o conjunto de programas e ações do PPA, o Governo Federal implementará as medidas necessárias para dar continuidade a estratégia de desenvolvimento e alcançar os 10 objetivos estratégicos descritos a seguir

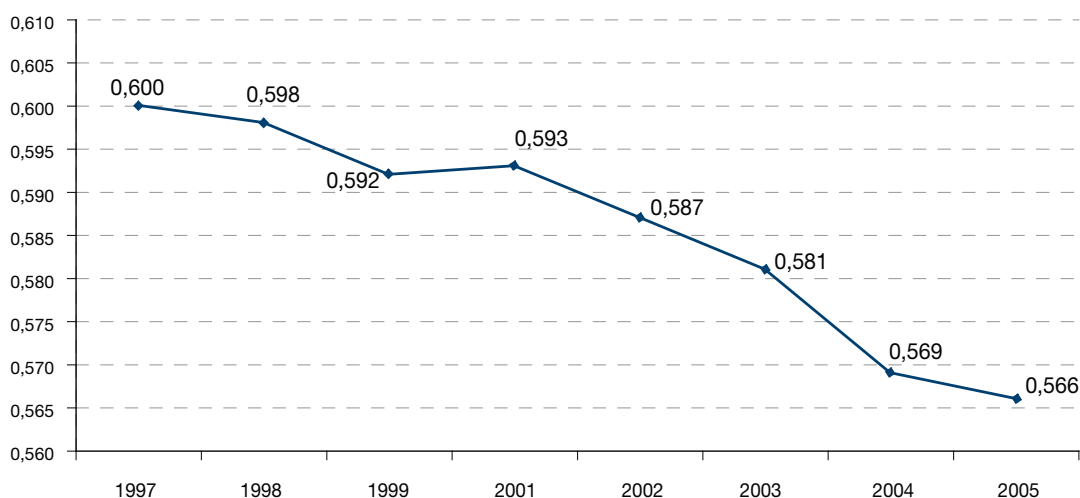
1) Promover a inclusão social e a redução das desigualdades

O Brasil historicamente figurou como um dos países de maior concentração de renda e, por decorrência, um dos que apresentam os maiores índices de desigualdade social do mundo, não obstante possuir uma das maiores economias do planeta. Nesse sentido, o Presidente Lula elegeu, dentre as prioridades de seu governo, a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades, a partir da consolidação de ações dirigidas à conquista de direitos básicos de cidadania pela população mais vulnerável e excluída socialmente.

Nos últimos anos, a transferência de renda com condicionalidades, associada a outros fatores, como o aumento da renda média do trabalhador e a valorização do salário mínimo, produziram melhorias nos indicadores sociais de pobreza e desigualdade. Dados da PNAD/

IBGE demonstram que, entre 2001 e 2005, houve elevação dos rendimentos para todos os décimos da distribuição, embora os aumentos tenham sido maiores para os mais pobres. Enquanto a renda per capita do décimo mais pobre cresceu 8%, os 10% mais ricos perceberam um aumento de 0,9% em sua renda nesse período. Esta melhoria da distribuição de renda repercutiu também sobre a pobreza e a extrema pobreza, que diminuíram significativamente. Deve-se destacar também os avanços expressos pela variação do Índice de Gini¹, que entre 2001 e 2005, declinou de forma contínua e acentuada, especialmente entre 2003 e 2005, quando a queda do índice foi de 2,6%.

Gráfico 15. Evolução do Coeficiente de Gini no Brasil



Fonte: PNAD/IBGE

Estudos baseados em dados da PNAD/IBGE demonstram que as fontes desta redução são variadas, mas residem, principalmente, na desconcentração da renda proveniente do trabalho e das transferências governamentais.

Neste último caso, merece destaque o volume crescente de pessoas e famílias atendidas pelos benefícios da Previdência Social, Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social e Programa Bolsa Família. Os dois primeiros, em junho de 2007, somavam mais de 24 milhões de benefícios, dos quais mais de 60% tinham o valor de um salário mínimo. Isto demonstra, também, a importância da política de valorização do salário mínimo executada nos últimos anos pelo Governo Federal. Vale lembrar que esta tem efeitos não apenas na recomposição do valor das transferências governamentais, mas também no mundo do trabalho, repercutindo sobre os rendimentos nos mercados formal e informal.

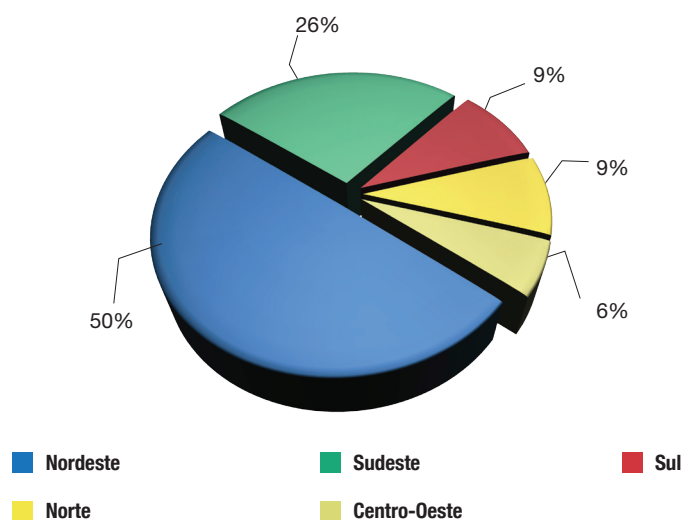
O Bolsa Família tem por objetivo contribuir para a redução da fome, da pobreza, da desigualdade e de outras formas de privação vividas pelas famílias mais excluídas, considerando três dimensões: o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres; a contribuição para a redução da pobreza da geração seguinte, por meio do reforço do direito de acesso aos serviços de saúde e de educação com

1. O coeficiente de Gini varia de 0 a 1. É igual a 0 quando todos apresentam a mesma renda. Por outro lado, quando um único indivíduo detém toda a renda existente, o índice é igual a 1.

o cumprimento das condicionalidades nestas áreas; e a articulação de ações complementares, de forma a desenvolver as capacidades das famílias beneficiárias em superar a condição de pobreza e exclusão social.

Em 2004, o Bolsa Família deu início a um processo de unificação dos antigos programas federais de transferência de renda, com o intuito de conferir maior racionalidade administrativa e aumentar a eficácia da política de enfrentamento da pobreza. Neste mesmo ano, o Programa atendeu a 6,6 milhões de famílias pobres, chegando, no fim de 2006, a transferir renda para 11 milhões de famílias, número correspondente ao universo de famílias com renda per capita de até R\$ 120,00, segundo estimativas baseadas na PNAD 2004. Das famílias beneficiadas 50% são da Região Nordeste, onde é maior o fenômeno da pobreza.

Gráfico 16. Participação relativa das grandes regiões no número de famílias atendidas pelo Bolsa Família



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan)

Vale mencionar que, em agosto de 2007, o valor dos benefícios foi reajustado em 18,25%. Desta forma, o benefício fixo destinado às famílias com renda per capita até R\$ 60,00, passou de R\$ 50,00 para R\$ 58,00, e o benefício variável, pago a famílias com renda per capita até R\$ 120,00, de acordo com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos, de gestantes e de nutrizes, até o limite de três, passou de R\$ 15,00 para R\$ 18,00. Em 2008, o Governo Federal ampliará o Programa para incorporar os adolescentes de 16 e 17 anos das famílias beneficiárias, como forma de incentivar a permanência dos jovens na escola.

O crescimento do Programa também foi acompanhado de melhorias em sua gestão e no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico). Como resultado da política de gestão descentralizada adotada, foi construído um pacto federativo em torno do Programa, que possibilitou o alcance de 97,74% de cadastros válidos na base nacional do CadÚnico.

Também no controle de condicionalidades de saúde e educação os resultados vêm melhorando significativamente. No primeiro caso, o número de famílias acompanhadas cresceu de 335 mil no primeiro semestre de 2005 para 3,2 milhões no segundo semestre de 2006. Na educação, no período referente a agosto-setembro de 2006, 5.389 Municípios registraram informação no sistema, significando 96,8% do total de 5.564 Municípios do País. Comparado ao primeiro período de coleta, quando 3.872 Municípios (69%) registraram informações no sistema, tem-se um crescimento de 39%.

Os efeitos do Bolsa Família se relacionam, também, com a situação alimentar e nutricional das famílias pobres. A Chamada Nutricional – pesquisa realizada em 2005 para avaliar a situação nutricional de crianças no semi-árido – mostrou que a participação das famílias no Programa reduz os riscos de desnutrição infantil crônica.

Sobre a segurança alimentar e nutricional, segundo dados da PNAD 2004, 39,5 milhões de pessoas sofreram alguma limitação de acesso quantitativo aos alimentos, com ou sem convívio com a situação de fome. É importante ainda mencionar que essa limitação não está associada a uma baixa produção de alimentos, mas à renda insuficiente para adquiri-los. Desta forma, as transferências governamentais têm grande importância para a erradicação da fome e a garantia do direito humano à alimentação adequada. O Governo Federal tem buscado integrá-las a um conjunto de outras iniciativas, como modo de garantir à população em situação de insegurança alimentar uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente.

A Alimentação Escolar atende diariamente a mais de 36 milhões de estudantes de educação infantil e ensino fundamental, de escolas públicas e filantrópicas e, a partir de 2008, será ampliada para o ensino médio. Nos últimos anos, a Alimentação Escolar passou por modificações, como o aumento dos valores de renda per capita repassados a Estados e Municípios, a inclusão das creches públicas e filantrópicas e o estabelecimento de valores diferenciados para escolas em comunidades indígenas e quilombolas, tal como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 41

Valores per capita/dia da alimentação escolar (R\$ 1,00)					
	2002	2003	2004	2005	2006
Ensino Fundamental	0,13	0,13	0,15	0,18	0,22
Pré-Escola	0,06	0,13	0,15	0,18	0,22
Creches Públicas e Filantrópicas		0,18	0,18	0,18	0,22
Escolas Indígenas		0,34	0,34	0,34	0,44
Escolas Quilombolas				0,34	0,44

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Criado em 2003, o **Programa Acesso à Alimentação** contempla ações como o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, que consiste na aquisição de alimentos, com dispensa de licitação, de agricultores familiares enquadrados no **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**, para destiná-los às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional ou à formação de estoques estratégicos. Foram beneficiados, no período de 2003 a 2006, 90 mil agricultores familiares. Estes alimentos propiciaram, em 2006, o atendimento a cerca de 7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Deve-se assinalar, também, os equipamentos de segurança alimentar e nutricional (bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias), que ampliam o acesso das pessoas vulneráveis à alimentação adequada e saudável. Até o fim de 2006, havia 167 equipamentos instalados com apoio do Governo Federal. Por fim, a construção de cisternas, voltadas à captação da água da chuva para famílias pobres do semi-árido, também apresentou resultados bastante expressivos. De 2003 a 2006, foram construídas 150 mil cisternas para captação de água no semi-árido, atendendo a 750 mil famílias pobres.

Ademais, ainda em 2006, mencione-se a aprovação da **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**, que estabelece princípios, diretrizes e objetivos do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Com base no SISAN, as ações desenvolvidas pelo setor público, em parceria com organizações da sociedade civil, voltadas à garantia do direito humano à alimentação adequada, passarão a ter garantias institucionais, baseadas em legislação específica.

O desafio para o próximo período é estabelecer condições para a continuidade da queda dos indicadores de pobreza e desigualdade por meio do aumento da renda e do consumo das famílias mais pobres. Para isso, são fundamentais os programas e as ações complementares à transferência de renda, voltados ao desenvolvimento social e econômico das famílias em situação de vulnerabilidade. Tais programas estão associados a várias áreas, em particular à educação, à qualificação profissional e à geração de trabalho e renda.

Na esfera da educação e conhecimento, merecem ênfase as seguintes iniciativas: o **Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)**, voltado a jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho. O Programa oferece oportunidades de elevação da escolaridade, de qualificação profissional e de participação em ações comunitárias de interesse público. Nos anos de 2005 e 2006, o ProJovem atuou em todas as capitais brasileiras, no Distrito Federal e em 34 cidades metropolitanas com mais de 200 mil habitantes. Nesse período, atendeu a 165 mil alunos. Outro programa fundamental, criado em 2004, é o **Programa Universidade para Todos (ProUni)**, cuja finalidade é a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Até 2006, o ProUni atendeu a 250 mil estudantes. Por último, é importante ressaltar o Programa Brasil Alfabetizado que promove a alfabetização de jovens e adultos com 15 anos de idade ou mais, que não tiveram acesso à educação básica ou dela se evadiram antes de concluírem a escolaridade obrigatória. Em 2006, foram atendidos 1,7 milhões de alfabetizando jovens e adultos em 3.090 Municípios.

Na área de geração de trabalho e renda, importa particularmente citar iniciativas relacionadas à inclusão produtiva das famílias pobres, como os **Programas Microcrédito Produtivo Orientado (PMPO) e Economia Solidária em Desenvolvimento**, criados, respectivamente, em 2005 e em 2003. No primeiro caso, trata-se de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, formais e informais, por meio da disponibilização de crédito (até o limite de R\$ 10 mil) associada à orientação técnica aos pequenos empreendedores. Os bancos que operam o microcrédito realizaram, apenas em 2006, contratos que envolveram o atendimento a 290 mil microempreendedores. Já o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento tem por objetivo apoiar a formação e o fortalecimento de empreendimentos autogestionários, a constituição de redes de economia solidária, a implementação de arranjos para a comercialização de bens e serviços e a transferência e adequação de tecnologia aos empreendimentos solidários e suas formas de articulação. O Atlas de Economia Solidária, de 2006, mapeou quase 15 mil empreendimentos de economia solidária existentes no Brasil, envolvendo 1,25 milhão de pessoas, o que mostra a relevância da Economia Solidária para a inclusão de pessoas, inicialmente excluídas do sistema produtivo, em formas alternativas de geração de emprego e renda.

Outra medida importante é a qualificação profissional dos trabalhadores. O **Programa de Qualificação Social e Profissional** tem exatamente esse objetivo. Por meio da formação inicial e continuada dos trabalhadores, em particular dos segmentos mais vulneráveis (mulheres chefes de família, afro e índio descendentes, desempregados de longa duração, pessoas portadoras de deficiência, etc), e ações integradas de certificação e de orientação do trabalhador, o Programa articula ações voltadas à elevação de escolarização com inserção no mundo do trabalho e desenvolvimento sócio-econômico-ambiental. Em 2006, 170 mil trabalhadores foram qualificados, com prioridade para o público mais vulnerável.

Também são fundamentais os programas de garantia dos direitos do trabalhador, como o **Programa de Erradicação do Trabalho Escravo**. Este último compreende um conjunto de ações destinadas a erradicar esta forma de exploração do trabalho humano e retirou, apenas

em 2006, mais de 3 mil trabalhadores da condição de trabalho análoga à de escravo. Além disso, 2,6 mil foram beneficiados com o pagamento do seguro-desemprego. De modo geral, a promoção do trabalho decente, entendido como trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho, é condição fundamental da inclusão social.

Ainda sobre a geração de trabalho e renda, é preciso mencionar as ações de inclusão social no campo, com destaque para a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar. A reforma agrária constitui, por meio do assentamento de trabalhadores rurais, ferramenta essencial para a mudança do modelo de desenvolvimento do País, na medida em que contribui para a alteração da estrutura fundiária e para a democratização do acesso à terra. De janeiro de 2003 a dezembro de 2006, foram assentadas 381, 4 mil famílias que passaram a ter condições de produzir e se desenvolver no campo, no lugar de se verem obrigadas a migrar para a cidade em busca de emprego e renda.

De forma complementar à reforma agrária, o Governo Federal implementa o Pronaf, que vem ampliando significativamente os montantes de crédito disponibilizados aos agricultores familiares. O crédito Pronaf evoluiu de R\$ 307 milhões na safra 1995-1996 para R\$ 7,5 bilhões na safra 2005-2006. Neste período, o número de contratos Pronaf passou de 184 mil para 1,9 milhão. Para a safra 2007-2008, foram disponibilizados R\$ 12 bilhões para atender a cerca de 2,2 milhões de famílias com linhas de crédito a taxas de juros que variam de 0,5% até 5,5% ao ano.

São também fundamentais, e complementares ao crédito rural, iniciativas como a Assistência Técnica e Extensão Rural, voltada a melhorias na produção agrícola, e o Seguro da Agricultura Familiar, criado em 2004, que minimiza as perdas do produtor derivadas de fenômenos naturais. Além destes, há a Política de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, criada em 2006, com o objetivo principal de garantir a sustentação de preços da agricultura familiar.

Um desafio fundamental para a inclusão social no campo se refere à produção de biocombustível. O Governo Federal lançou, em 2004, o **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)**. Além de ser menos poluidor do que outras fontes de energia, o biodiesel tem grande potencial de inclusão social, em razão da criação de milhares de empregos na agricultura familiar, particularmente, nas Regiões Norte e Nordeste, com especial ênfase no semi-árido brasileiro.

As desigualdades sociais também se fazem refletir nos indicadores de saneamento e habitação. O deficit habitacional quantitativo do País é estimado em 7,9 milhões de novas moradias, concentrado nas áreas urbanas e na população com rendimento familiar inferior a cinco salários mínimos. Já o deficit qualitativo, de 15 milhões de moradias inadequadas, é agravado pelo crescimento dos assentamentos precários.

Para enfrentar o deficit habitacional, o **Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários** realizará intervenções necessárias à segurança, à

salubridade e à habitabilidade das comunidades localizadas em áreas inadequadas à moradia por meio da regularização fundiária, melhorias habitacionais, obras de infra-estrutura para redução de riscos. Adicionalmente, o **Programa Habitação de Interesse Social** beneficiará as famílias com renda familiar de até cinco salários mínimos para aquisição ou construção de unidade habitacional ou lote urbanizado; reforma ou melhoria de unidade habitacional e aquisição de material de construção. Quatro milhões de famílias serão beneficiadas com os programas de habitação.

Com relação aos serviços de saneamento, verifica-se que o déficit de cobertura de abastecimento de água tratada (82,3%) e de esgotamento sanitário (48,2%) atinge de forma mais contundente a população de mais baixa renda. Para enfrentar esse problema o **Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto** implementará ações de ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que beneficiarão cerca de 7 milhões de famílias com abastecimento de água tratada e 7,3 milhões de famílias com esgotamento sanitário.

Embora as iniciativas implementadas pelo Governo Federal tenham contribuído significativamente para a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades nos últimos anos, não se pode perder de vista que muitos desafios ainda se colocam para o próximo período. A continuidade do modelo que conjuga crescimento econômico com inclusão social e redução das desigualdades passa pela consolidação e articulação das políticas sociais, que deverão atuar de forma cada vez mais integrada, promovendo, em conjunto com o crescimento econômico, a geração de empregos e a melhoria das condições de vida da população, especialmente, as mais vulneráveis, no que se refere a questões como educação, saúde, trabalho, renda, alimentação e nutrição, habitação, cultura, respeito à diversidade e outros.

2) Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda

O Brasil vivenciou, no período 2004-2007, um novo modelo de desenvolvimento econômico e social que combina crescimento econômico com melhoria das condições de vida da população e preservação do meio ambiente. Hoje, a economia brasileira reúne condições para uma aceleração do ritmo de expansão da atividade econômica, sem que isso signifique riscos para a estabilidade econômica ou para o meio ambiente.

No nível macroeconômico, os indicadores apresentam melhoras crescentes. As expectativas de inflação hoje apontam um patamar em torno de 4,5% ao ano para o próximo período. A forte expansão do saldo comercial verificada no primeiro mandato do Presidente Lula somada à redução do endividamento externo e ao forte acúmulo de reservas cambiais, que já alcançam cerca de 160 bilhões de dólares, colocam o País em uma situação muito menos vulnerável às crises externas. A política de responsabilidade fiscal e geração de superávits primários inverteram a trajetória da relação dívida líquida do setor público/PIB, que passou a ser declinante. As taxas de juros referenciais do sistema são cadentes. Os indicadores setoriais de crédito e de investimento têm apresentado evolução positiva e as sondagens empresariais apontam otimismo quanto à sustentabilidade temporal do quadro atual e disposição para

novos negócios. Percebe-se que os principais indicadores de desempenho da economia melhoram de forma consistente, permitindo que, no período 2008-2011, busque-se a aceleração do crescimento econômico, com mais geração de empregos e desconcentração de renda, melhorando as condições de vida da população.

Ao mesmo tempo, verifica-se o avanço do País na direção de um desenvolvimento ambientalmente sustentável na medida em que a sociedade e os governos se conscientizam do risco para as gerações futuras, bem como para o desempenho econômico do País, de uma má gestão dos recursos naturais. As ações do Governo Federal, no tocante aos investimentos, vêm seguindo a diretriz do uso sustentável dos recursos naturais e da redução dos impactos ambientais, sem comprometer, por um lado, o desenvolvimento, por outro, o compromisso ético com as gerações futuras.

O crescimento da economia brasileira é essencial para enfrentar os principais problemas relativos ao trabalho e à renda média do trabalhador. Entre os principais desafios a serem enfrentados estão: o desemprego; grande incidência de ocupações não-assalariadas e de assalariamento irregular; ocupações precárias; baixo nível médio de remuneração; alta desigualdade na distribuição dos rendimentos, tanto entre capital e trabalho como no interior da classe trabalhadora.

No que se refere ao desemprego, houve uma redução da taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas, do patamar de cerca de 13% durante 2003 para 10% em meados de 2007, segundo informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE). Cabe ressaltar que essa queda no desemprego ocorreu apesar do crescimento da população economicamente ativa, que se expandiu quase 15% entre maio de 2002 e maio de 2007; está, portanto, ligada à geração de novas ocupações, especialmente de empregos com carteira assinada, os quais cresceram 21,5% no mesmo período.

Embora a taxa de desemprego aberto não capte toda a população em busca de trabalho, há indicação de que mesmo formas de desemprego oculto estejam recuando. Em todas as regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (PED/DIEESE), observa-se, entre 2003 e 2006, redução na taxa de desemprego oculto por desalento ou por precariedade. O desemprego total medido por esta pesquisa ainda se situa em um patamar muito elevado, mas é inegável a redução do seu nível durante o período mencionado: em São Paulo, passou-se de 20% para 16%, em Salvador de 28% para 23,7% e em Porto Alegre de 16,6% para 14,4%.

Essa realidade não está circunscrita às regiões metropolitanas. Ao contrário, as áreas urbanas do interior têm demonstrado uma capacidade proporcionalmente maior de geração de empregos com carteira. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que acompanha as movimentações de mão-de-obra, registrou em todo o País a criação de 4,6 milhões de empregos com carteira assinada durante o período 2003-2006, dos quais mais de 2,7 milhões (cerca de 60%) fora das regiões metropolitanas. No primeiro semestre de 2007, foram criados mais de um milhão de novos empregos formais.

No referente ao grau de formalização das ocupações, importante indicador da qualidade do trabalho, houve no período 2003-2006, um incremento dos empregos com carteira assinada no total da ocupação (de 39,7% para 41,4%) nas regiões metropolitanas, e concomitante queda de participação dos empregados sem carteira (de 15,5% para 14,8%) e dos autônomos (de 20% para 19,1%). Como consequência, aumentou a contribuição previdenciária total (de 61,2% para 63,1%), fato ainda mais positivo quando se constata que isso se deu em ritmo mais intenso que o próprio crescimento da ocupação. Entre 2003 e 2006, a proporção de pessoas que contribuem para previdência aumentou 11,9% no Brasil metropolitano, contra uma taxa de expansão da ocupação total de 8,6% no mesmo período. Ainda assim, considerando-se a totalidade dos trabalhadores brasileiros, observa-se que cerca de metade ainda está desprovida de proteção previdenciária.

A redução da informalidade é elemento vital para que o crescimento econômico possa converter-se em mudanças concretas no dia-a-dia da população de mais baixa renda. A consolidação do regime tributário, previdenciário e trabalhista simplificado para as micro e pequenas empresas, aprovado em 2006, ao longo do período 2008-2011 será fundamental tanto para o estímulo ao empreendedorismo como para formalização das relações de trabalho nas micro e pequenas empresas, levando assim parcela significativa dos trabalhadores a ter acesso aos benefícios garantidos àqueles que tem suas relações formalizadas. Esse efeito tende a ser significativo, uma vez que as micro e pequenas empresas empregam a maior parte da mão-de-obra nacional.

O nível de renda média real dos trabalhadores ocupados, que experimentou queda constante entre 1997 e 2003, a partir de 2004 apresenta recuperação. Dados para as regiões metropolitanas confirmam que essa tendência de recuperação se manteve ao longo de 2006 e no início de 2007.

Houve melhora também na distribuição da renda nos últimos anos. Entre 2001 e 2004, a renda da metade mais pobre dos brasileiros teve ganho real de 7,3%. Com isso, os índices de desigualdade apresentaram queda consistente durante esse período. Em 2001, a soma dos rendimentos dos 20% mais ricos era 28 vezes maior que a dos 20% mais pobres. Em 2005, essa razão havia decrescido para 22,5.

Enquanto até 2004 a queda na desigualdade se devia, sobretudo, à perda dos segmentos de renda intermediária e alta, a partir de então ela vem diminuindo pelo crescimento relativamente superior dos rendimentos dos trabalhadores mais pobres, em um contexto em que se expande a totalidade das rendas do trabalho.

A melhora da distribuição de renda no País deve-se, de um lado, às políticas de geração de emprego e renda, de outro, aos benefícios e programas de assistência social e transferência de renda. Há que se destacar, ainda, a política de valorização do salário mínimo, com efeitos não apenas na recomposição do valor das transferências governamentais, mas também no mundo do trabalho, repercutindo sobre os rendimentos nos mercados formal e informal. Executada nos últimos anos pelo Governo Federal, essa política será mantida ao longo do período 2008-2011.

A expansão da renda propiciada por essas iniciativas, além de beneficiar diretamente as camadas menos favorecidas da população, impacta fortemente no consumo doméstico, que se elevou no período 2004-2007 e deve manter essa trajetória no 2008-2011. Essa elevação contribui para a alimentação de um círculo virtuoso de crescimento ao criar demanda efetiva que serve de estímulo a novos investimentos da iniciativa privada, contribuindo assim para a expansão da atividade econômica.

O grande desafio da política econômica no período do PPA 2008-2011 é, portanto, aproveitar o ganho acumulado no período anterior, verificado pela melhoria dos indicadores macroeconômicos, e estimular ainda mais o crescimento da economia, intensificando a inclusão social e a melhora na distribuição de renda no País. Neste sentido, a aceleração das taxas de crescimento que crie as condições para a ampliação do emprego, da renda e dos salários deve ser induzida pela elevação de investimentos que levem a ganhos de produtividade e eliminem os gargalos de infra-estrutura.

Os investimentos públicos nas áreas de infra-estrutura física e social estão previstos no PAC, que traz também um grupo de medidas de incentivo ao investimento privado. Os investimentos do PAC, associados à desoneração da produção e da cesta de bens de consumo popular, à redução da taxa de juros, à melhoria nas condições de oferta de crédito, à continuidade dos programas sociais de transferência de renda, ao aumento do salário mínimo e à estabilidade de preços intensificarão a expansão do mercado de consumo popular, atualmente em curso, o que proporcionará a inclusão de milhões de brasileiros no mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo de massa.

3) Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade

O processo de inclusão social, bem como o desenvolvimento sustentável do País são inviáveis sem educação universal e de qualidade. Nesse sentido, elevar a qualidade da educação nacional é estratégico e urgente, de modo a preparar em especial nossas crianças e jovens para os desafios da vida em sociedade, a inclusão cidadã e a inserção no mundo do trabalho.

Faz-se necessário elevar a escolaridade da população brasileira, atualmente de sete anos de estudo em média, pois enfrenta um conjunto de problemas associados entre si: o analfabetismo, a pressão sobre as crianças e jovens das famílias pobres na busca de fontes de renda; a qualidade insatisfatória do ensino público, a desigualdade de acesso à educação infantil, ao ensino médio, à educação profissional e à educação superior de qualidade.

Por se tratar de um sistema interligado, a estratégia de ação deve incidir sobre todos os níveis e modalidades da educação pública. Do mesmo modo, um olhar sobre as desigualdades educacionais entre as diversas regiões, o campo e a cidade, os diferentes segmentos de renda, bem como entre brancos e negros torna-se imprescindível para identificar os segmentos da população em desvantagem no acesso à educação de qualidade.

Nesse sentido, o Governo Federal trabalha para articular os muitos esforços pela educação pública de qualidade e fortalecer o papel da União em suas múltiplas dimensões:

como mantenedora das importantes redes de educação técnica e superior, como normatizadora e reguladora dos sistemas, corrigindo distorções e desequilíbrios regionais, como indutora de políticas e inovações e como avaliadora de processos e resultados.

Alcançada a inclusão de 97% das crianças de 7 a 14 anos na escola, impõe-se avançar no desafio da melhoria da qualidade do ensino em nossas escolas. Pactuar metas anuais progressivas de melhoria do desempenho dos alunos com escolas e sistemas de ensino, bem como envolver pais e comunidade no acompanhamento dos resultados e na gestão escolar são iniciativas que passam a fazer parte da estratégia do Governo Federal na busca da melhoria da qualidade. É necessário ainda dar continuidade às políticas de valorização e qualificação dos profissionais da educação, transformar a escola em espaço atrativo, apoiar a educação no campo, promover a inclusão digital, melhorar o desempenho e o rendimento escolar e equalizar as condições de frequência e permanência de alunos socialmente desfavorecidos.

Diante dos desafios da educação brasileira, o Governo Federal vem atuando no sentido de romper o círculo vicioso, caracterizado pela realimentação contínua entre vulnerabilidade social e fracasso escolar, de modo a equalizar as condições de acesso e permanência, assim como elevar substancialmente a qualidade do ensino. No âmbito da educação básica, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que prevê aporte adicional de R\$ 2 bilhões em 2007, R\$ 3 bilhões em 2008, R\$ 4,5 bilhões em 2009 e 10% do montante da contribuição dos Estados e Municípios a partir de 2010 aos sistemas públicos de ensino, com intuito de melhorar a qualidade da educação básica em geral, ampliar substancialmente o acesso à educação infantil e promover a progressiva universalização do ensino médio. Dessa forma, com o Fundo, serão atendidos 47 milhões de estudantes de creches, educação infantil, ensinos fundamental e médio, educação especial e de jovens e adultos; estendendo-se até 2020. Além disso, foi lançado, em abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que consiste numa abrangente e articulada medida de política voltada à melhoria da qualidade da educação pública brasileira.

Trata-se de uma iniciativa que tem como uma das metas elevar o desempenho médio dos estudantes brasileiros, em prazo de quinze anos, ao nível atual alcançado pelos estudantes dos países da OCDE. Para tanto, foi elaborado um novo indicador, o IDEB, cujo objetivo é monitorar o sistema de ensino do País por intermédio de um cálculo que combina informações do desempenho dos alunos obtidos em exames como o **Prova Brasil** e o **Sistema de Avaliação da Educação Básica** (Saeb) com informações sobre o rendimento escolar (aprovação). Esse indicador servirá de parâmetro para a ação supletiva da União junto a Estados e Municípios, já que permitirá o diagnóstico e o norteamto das ações no intuito de detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentam baixa performance e de monitorar a evolução do desempenho dos alunos. Nesse sentido, o **Programa Compromisso Todos pela Educação** conjugará esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atuando em regime de colaboração, com as famílias e com a comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. A partir de 2008, as escolas públicas que cumprirem as metas intermediárias do IDEB receberão, a título de incentivo, uma parcela extra das transferências de recursos do Programa Dinheiro Direto para Escola (PDDE), contribuindo para os objetivos

do Compromisso Todos pela Educação. Destaca-se ainda a **Provinha Brasil**, instrumento para verificação da alfabetização dos alunos dos anos iniciais dos sistemas públicos de ensino que permitirá que as escolas identifiquem dificuldades do processo de alfabetização das crianças nas fases iniciais.

A melhoria da qualidade da educação básica não se dará sem investimentos no professor. Para isso, o Governo Federal regulamentará o inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal que institui o piso salarial profissional nacional para profissionais da educação escolar pública. Investirá ainda na formação e capacitação de professores com a criação de 1.000 pólos da **Universidade Aberta do Brasil (UAB)** para formação inicial e continuada de 2 milhões de professores no Brasil. Também a formação continuada de professores da educação especial receberá atenção com investimento na formação de 40 mil professores, coordenadores e gestores da educação básica que realizam atendimento educacional especializado a alunos incluídos nas classes comuns do ensino regular. A educação especial contará ainda com investimentos para o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino na implantação de 1.600 salas multifuncionais de recursos, para atendimento educacional especializado a alunos incluídos nas classes comuns de ensino regular.

O desenvolvimento de tecnologias educacionais é outro componente que contribui para a melhoria da qualidade do ensino. Nesse sentido, o Governo Federal investirá na implantação de laboratórios de informática em todas as escolas públicas de educação básica por meio do **Programa Nacional de Informática na Educação** (Proinfo). Também serão produzidos e distribuídos vídeos do DVD Escola, objetos de aprendizado da **Rede Interativa Virtual de Educação** (RIVED), obras do portal Domínio Público, *softwares* e jogos educacionais, beneficiando 130 mil escolas públicas de educação básica. A implantação de conectividade nas escolas de ensino médio, urbanas e rurais a partir do Programa Governo Eletrônico-Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), proverá as escolas públicas de ensino médio com conexão à Internet em todos os Municípios, beneficiando os alunos de 17 mil escolas. A produção de conteúdo digital multimídia e publicação no Portal do Professor de conteúdos digitais para as disciplinas do ensino médio ampliará o acesso dos professores a recursos didáticos com cerca de 500 horas de programação.

Mas para que o uso da informática na educação seja difundido no País de forma equitativa é fundamental a universalização do acesso e uso de energia elétrica em todas as escolas públicas do País por meio do Programa Luz para Todos, que também facilitará a integração dos programas sociais, como o acesso a serviços de saúde, abastecimento de água, saneamento e inclusão digital.

O apoio aos sistemas estaduais e municipais para a melhoria da infra-estrutura e gestão escolar e da qualidade do ensino no âmbito do PDE inclui ainda diversas novas ações:

- a) **Programa Mais Educação:** capacitação de gestores, assistência técnica e apoio financeiro aos Estados e Municípios para integração dos programas sócio-educativos do Governo Federal, com o objetivo de ampliar o tempo do aluno na escola;
- b) **Programa Caminho da Escola:** cria incentivos para a renovação e ampliação da

- frota de uso escolar por meio de linha de crédito especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aquisição de cerca de 3 mil veículos novos, incluindo ônibus, microônibus e barcos, com padronização dos veículos para segurança dos alunos;
- c) Livro Didático do Ensino Médio: o **Programa Nacional do Livro do Ensino Médio (PNLEM)** será ampliado e beneficiará todos os 7,8 milhões de alunos da rede pública de ensino médio com livros didáticos das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Biologia, Física, Química, História e Geografia;
 - d) expansão do **Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE)**: inclusão da educação infantil e do ensino médio das escolas públicas de todo o País na distribuição anual de obras e demais materiais de apoio à prática educativa, beneficiando, além dos 30 milhões de alunos do ensino fundamental, mais 7,8 milhões de alunos do ensino médio e 5 milhões de alunos da educação infantil;
 - e) ampliação do **Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)**: ampliação do atendimento para 800 mil alunos da educação infantil e 210 mil alunos do ensino médio residentes em área rural, beneficiando um total de 7,4 milhões de alunos da educação básica pública residentes em área rural;
 - f) **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: extensão da merenda escolar a todos os 48,6 milhões de alunos da rede pública de educação básica;
 - g) implantação do **Educacenso**: o Censo Escolar será realizado pela Internet, inovando no processo e no conteúdo da coleta de dados do sistema educacional brasileiro. Será feito o levantamento de dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do País, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada. Com a inovação será possível conhecer, com detalhes, a realidade do sistema educacional brasileiro, além de criar novo instrumento para o monitoramento da condicionalidade do Programa Bolsa Família.

Atualmente, a educação infantil possui uma frequência de 36% na faixa etária de 0 a 6 anos, sendo necessário, portanto, ampliar sua oferta, principalmente para os segmentos mais pobres da população, pois estes apresentam índices menores de acesso a esse nível de ensino. A associação entre participação na pré-escola e desempenho no ensino fundamental reforça a importância dessa etapa da educação básica para o aprendizado futuro das crianças. O Governo Federal investirá na construção e melhoria da infra-estrutura física e de atendimento de escolas de educação infantil por meio do **Proinfância**, que alcançará 1.600 creches e escolas. Além disso, a inclusão da educação infantil na expansão do PNBE e a expansão do financiamento por meio do Fundeb são ações que promoverão a ampliação do acesso e melhoria da infra-estrutura para educação infantil.

O aumento da taxa de frequência no ensino médio, na faixa etária de 15 a 17 anos, será outra meta a ser perseguida. Em 2005, 82% dos brasileiros de 15 a 17 anos freqüentavam a escola, mas somente 45% deles cursavam o ensino médio. Entre os integrantes do grupo dos 20% mais pobres, a taxa de frequência líquida correspondia à metade da média nacional. A integração do ensino médio e a educação profissional, bem como a expansão da oferta de oportunidades de continuidade dos estudos em nível superior aliados à melhoria da qualidade

do ensino fundamental, são estratégias que favorecem o ingresso e a permanência dos jovens no ensino médio.

Em grande medida, a baixa escolaridade média da população brasileira deve-se ainda à elevada taxa de analfabetismo, na faixa etária de 15 anos ou mais, que está hoje em 11%, representando cerca de 15 milhões de jovens e adultos. Assim como se verifica nos demais indicadores educacionais, o analfabetismo também se distribui de forma desigual pelo País. Enquanto na Região Sul o índice é de 5,9%, no Nordeste atinge 21,9%. Em situação ainda mais desfavorável encontra-se a população rural, cuja taxa de 25% é cerca de três vezes maior que a da população urbana (8,4%). Entre pretos e pardos, 15,4% não sabem ler e escrever, mas a taxa cai a 7% entre os brancos. Para a população pertencente ao quintil de menor renda, o analfabetismo atinge 19,4%, ao passo que entre os com maior renda é de 5,9%.

No que concerne aos jovens de 15 a 24 anos de idade, a taxa de alfabetização atingiu 97,2%, em 2005, um incremento de 5,9 pontos percentuais em relação ao índice registrado em 1992. Também, neste caso, a média nacional encobre diferenças significativas. Enquanto nas Regiões Sul e Sudeste algo como 1% desse segmento populacional não estava alfabetizado, no Nordeste o índice atinge 6,3%. Portanto, o desafio de erradicar o analfabetismo nessa faixa etária requer iniciativas direcionadas aos jovens das regiões menos desenvolvidas do País.

A persistente e elevada taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais também está associada à baixa mobilização da população adulta, sobretudo, da idosa, pelos programas de alfabetização e a elevada evasão nos cursos de alfabetização. De acordo com estudo realizado pelo Ministério da Educação (MEC), nos cursos apoiados pelo Programa Brasil Alfabetizado, a taxa de evasão correspondia a 25%, em 2006. Ressalte-se, também, que o contingente de analfabetos, formado majoritariamente por aqueles que não tiveram acesso à escola na idade adequada, é engrossado anualmente por jovens estudantes, evadidos do ensino regular, que não conseguiram alfabetizar-se. Por fim, a reincidência do analfabetismo ocorre em virtude da insuficiência do exercício das habilidades adquiridas, sendo que a desarticulação entre os cursos de alfabetização e os de **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** constitui uma das principais causas dessa reincidência.

A partir do PDE e em face do diagnóstico acima, o **Programa Brasil Alfabetizado** muda sua estratégia. A alfabetização de jovens e adultos será, prioritariamente, feita por professores das redes públicas, no contraturno de sua atividade. Para isso, cerca de 100 mil professores das redes públicas estaduais e municipais receberão bolsas do MEC, compondo, no mínimo, 75% do quadro de alfabetizadores. O redesenho do Brasil Alfabetizado prevê a responsabilidade solidária da União com Estados e Municípios. Caberá ao Município mobilizar os analfabetos, selecionar e capacitar os professores; a União se encarregará de pagar bolsas aos professores e destinar recursos para material didático, merenda e transporte escolar dos alunos, para aquisição de óculos e supervisão das aulas. O Programa é para todo o Brasil, mas serão priorizados os 1.100 Municípios com taxas de analfabetismo superior a 35%. O Brasil Alfabetizado terá dois focos: o Nordeste, região que concentra 90% dos Municípios com altos índices de analfabetismo, e os jovens de 15 a 29 anos.

No que diz respeito à educação profissional, até o final de 2005, conforme estabelecia a Lei nº 9.649/98, o investimento da União em novas escolas de educação profissional estava restrito a financiar a sua construção, cabendo à entidade conveniente assumir todos os encargos decorrentes do funcionamento regular da instituição. Esse modelo praticamente retirou a União do esforço de ampliação da educação profissional do País, o que contribuiu para o lento crescimento das matrículas no período.

O Governo Lula, após alterar a lei que impedia a União de ampliar sua rede de educação profissional, criou 32 novas unidades federais de ensino técnico e profissionalizante e federalizou outras 18 unidades, totalizando uma ampliação de 50 unidades de ensino na rede federal. Essa expansão representará cerca de 75 mil novas vagas, significando um crescimento de 93% das matrículas oferecidas em 2006. Ainda em 2007, o Governo Federal iniciou a construção de outras cinco escolas e tem previsto, em projeto de lei, a criação de mais nove escolas.

Para o novo período do PPA 2008-2011, o desafio é ampliar ainda mais as oportunidades de ensino técnico e profissional aos jovens brasileiros. No Brasil, apenas um sexto dos alunos do ensino médio chega ao ensino superior, e há dois milhões de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola. A educação profissional no Brasil representa apenas 8,4% das matrículas do ensino médio e grande parte dos egressos do ensino médio procuram o mercado de trabalho. Esses fatores indicam a necessidade de expansão do sistema público de ensino profissional, hoje responsável por cerca de 45% das vagas oferecidas. Para isso, o Governo Federal investirá por meio do **Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional**, nas seguintes ações:

- a) criação de 150 novas escolas técnicas nas cidades-pólo abrindo 200 mil novas vagas até 2011;
- b) criação de uma rede de educação profissional e tecnológica a distância em escolas das redes públicas municipais e estaduais de modo a beneficiar 100 mil alunos por ano;
- c) reorganização da rede federal de educação profissional e tecnológica com a criação dos Instituições Federais de Ensino Tecnológico IFETs para a oferta de cursos profissionalizantes de nível médio, fortalecendo o ensino técnico integrado, a educação de jovens e adultos e a formação inicial e continuada de trabalhadores da educação. Os IFETs também oferecerão cursos de licenciatura em física, química, matemática e biologia para formação pedagógica de professores e especialistas nessas disciplinas;
- d) integração da educação profissional com todas as modalidades e níveis de ensino, em especial a educação de jovens e adultos;
- e) educação profissional voltada para o desenvolvimento econômico local e regional, criando alternativas para que o ensino regular se aproxime do mercado de trabalho;
- f) destinação de cerca de 30% das vagas do Sistema S (Sesc, Senai, Senac, Senart) de ensino para alunos oriundos de escolas públicas.

Na educação superior, constata-se que o acesso ainda é bastante restrito e desigual, em que pese a expansão das matrículas ocorrida a partir da segunda metade da década de 90.

O modelo de expansão da educação superior, adotado no período 1995-2002, orientado pela via privada, guardava em si mesmo limites de ordem econômica impostos pela decrescente capacidade de consumo da classe média brasileira, além de não ter associado expansão com qualidade. Isso pode ser corroborado pelo fato de a oferta de vagas ter crescido para além da demanda efetiva. Se, em 1995, 18% das vagas ofertadas no ensino superior privado não haviam sido preenchidas, em 2004, chegou a 50%. Trata-se, pois, de uma coexistência aparentemente paradoxal, entre a baixa inserção de jovens de 18 a 24 anos na educação superior e o elevado nível de ociosidade das vagas ofertadas pelo conjunto das instituições privadas.

O Governo do Presidente Lula assumiu o compromisso com a Nação de recuperar a universidade pública e democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil. A criação do ProUni permitiu oferecer 414,8 mil bolsas de estudo em 2005, 2006 e 2007 para o ensino superior, beneficiando jovens de baixa renda. Houve recomposição do quadro de pessoal das universidades desde 2003, com a contratação de 5,6 mil professores e 13 mil técnico-administrativos. Foram criadas quatro novas universidades, seis faculdades tornaram-se universidades e estão sendo implantados ou consolidados 48 campi em todo o País, concretizando a política de interiorização da universidade pública. Com a expansão, 30 mil novas vagas passaram a ser oferecidas nas universidades públicas na modalidade de ensino presencial. Soma-se ainda 97.210 vagas criadas pela UAB para formação superior na modalidade semi-presencial e 31.500 vagas do Programa de Formação Inicial para Professores do Ensino Fundamental e Médio **Pró-licenciatura** oferecidas para formação em nível superior de professores das séries finais do ensino fundamental e ensino médio.

O **Programa Brasil Universitário** irá manter e ampliar o acesso ao ensino superior. Nele, a Ação de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) permitirá dobrar o número de alunos nas salas de aula das universidades públicas federais num prazo de 10 anos, alcançando a meta de 330 novas vagas ao final de 2011 e modificar a relação professor/aluno, que hoje é de 10 estudantes por docente, para 18, até 2017. Para receber os recursos previstos, as universidades federais precisarão apresentar projetos de reformulação que incluam, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos, a criação de novas arquiteturas curriculares e ações de combate à evasão. O Prouni oferecerá 100 mil novas bolsas por ano e será permitido o financiamento de 100% das bolsas parciais do Prouni por meio do Financiamento Estudantil (FIES) que já beneficia cerca de 400 mil estudantes. Com a UAB, o Governo Federal está implantando um sistema nacional de ensino superior a distância que conta com a participação de instituições públicas de educação superior e em parceria com Estados e Municípios para a criação de cerca de 1.000 pólos em todo o Brasil.

Ademais, o **Programa Acessibilidade nas Universidades** cria fomento a projetos de promoção da acessibilidade nas universidades públicas federais, em comunicação, aquisição de equipamentos e materiais didáticos específicos, adequações arquitetônicas nas edificações, aquisição e adaptação de mobiliários, formação, elaboração e produção de material pedagógico, organização e/ou criação de programas e núcleos de acessibilidade.

Com intuito de valorizar a formação de pesquisadores e reter recém-doutores no País, o **Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD)** foi criado para absorver recém-doutores, formados no Brasil ou no exterior, no desenvolvimento de pesquisas por meio do oferecimento de 1.500 bolsas.

No tocante à **Cultura**, a acessibilidade aos bens culturais é premissa básica para o projeto de desenvolvimento nacional. O crescimento do acesso popular à cultura será promovido por meio do apoio a projetos sociais que utilizam a cultura como forma de inclusão, do barateamento dos custos de produção e da ampliação do alcance dos eventos artísticos a localidades que se encontram fora do circuito comercial tradicional. O acesso à música, ao teatro, à literatura e a outras expressões interfere diretamente na formação do cidadão e no conteúdo de suas vidas. O conhecimento da diversidade cultural nacional e o incentivo à sua expressão é uma das principais formas de valorização do cidadão e do seu espaço sócio-cultural, o que ainda constitui em desafio para a sociedade brasileira.

Nesse contexto, as políticas públicas do Governo Federal na área da cultura atuam em diversas frentes, com base em uma nova concepção que considera a cultura em três dimensões: produção simbólica, direito e cidadania e economia. Na área de inclusão social pela cultura, deve ser ressaltado o apoio à implementação de Pontos de Cultura, no âmbito do **Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania**, que atende a projetos já existentes desenvolvidos em comunidades diversas, particularmente nas mais carentes. Nos projetos de ampliação do acesso aos bens culturais, existem ações diversas direcionadas para o barateamento de ingressos e para a ampliação da capilaridade dos eventos artísticos por todo o Território Nacional, prioritariamente para as áreas fora do circuito tradicional de arte e cultura. Destacam-se, ainda, os eventos de inclusão de pessoas portadoras de deficiência por meio da cultura e de outras ações de fomento pontuais a segmentos sociais formadores da nossa diversidade cultural, promovidos pelo programa **Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural**.

A atividade cultural é geradora de emprego e renda, respondendo por 5,7% do pessoal ocupado no Brasil. Com essa visão, o **Programa Desenvolvimento da Economia da Cultura (Prodec)**, criado em 2007, trata do fortalecimento das atividades culturais enquanto atividades econômicas. Estrutura-se em três eixos – informação, capacitação e promoção de negócios – o Prodec já promoveu iniciativas para setores como a indústria musical, favorecendo a circulação e divulgação da produção musical brasileira.

4) Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos

Desde a promulgação da Constituição de 1988 a democracia brasileira vem se fortalecendo. No entanto, as enormes desigualdades que ainda persistem dificultam a construção de um ambiente efetivamente democrático, permeado por relações baseadas na equidade, sem preconceitos de gênero, raça e etnia, com oportunidades iguais para todos nos vários aspectos da vida social.

No campo dos direitos humanos, a atuação do Estado está voltada fundamentalmente para a ampliação do acesso de grupos mais vulneráveis da população, em especial aqueles que são vítimas de preconceitos e desrespeito a seus direitos de cidadão por meio do aprimoramento das instituições públicas e do fortalecimento do diálogo com a sociedade. Busca-se promover a cultura da paz, denunciar preconceitos e difundir a valorização da liberdade, da solidariedade e do respeito ao próximo.

Apesar de raízes e mecanismos de reprodução distintos, as desigualdades de gênero e de raça e o desrespeito a diversos grupos sociais ainda configuram-se como traços da nossa sociedade, que acabam por relegar grandes contingentes da população a papéis subalternos. Somente com a redução das discriminações baseadas no sexo e na cor/raça e a garantia do respeito à diversidade e aos direitos de todos os grupos sociais, será possível consolidar, de fato, a democracia no Brasil.

Desigualdade de gênero

Ao longo das últimas décadas, grandes avanços foram alcançados na redução das desigualdades e na ampliação do acesso aos direitos das mulheres. Mas, ainda subsiste hierarquização por sexo nos mais diferentes campos da vida social: no mercado de trabalho, na família, nas organizações, na política, as mulheres ainda são discriminadas sendo-lhes reservados espaços menos valorizados.

Considerando esta situação vivida pelas mulheres brasileiras, o Governo Federal tem buscado incorporar a perspectiva de gênero nas políticas públicas. Merece destaque o apoio à elaboração, à articulação e ao monitoramento do **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Em julho de 2007, o Plano já contava com 269 termos de compromisso, assinados por governos estaduais e municipais, com a implementação das ações previstas nos seus cinco eixos: educação inclusiva e não-sexista; autonomia e igualdade no mundo do trabalho e cidadania, saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra a mulher; e gestão e monitoramento do Plano.

No campo educacional, observa-se uma significativa melhoria da situação das mulheres nos últimos anos. Atualmente, elas estão mais presentes que os homens em todos os níveis de ensino e apresentam taxas de conclusão superiores. Todavia, as vantagens observadas em termos educacionais não se refletem no mercado de trabalho. As mulheres continuam

participando menos do mercado de trabalho e as diferenças salariais permanecem significativas em 2005, elas recebiam 85,7% do rendimento-hora dos homens.

Visando combater este tipo de discriminação, o Governo Federal vem implementando o **Pró-Equidade de Gênero**, cujo objetivo é promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no meio empresarial por meio da outorga de um selo às empresas que adotarem medidas concretas de promoção da equidade. A primeira edição (2005-2006) destinou-se às empresas públicas e recebeu a adesão de 16 grandes empresas, das quais 11 foram contempladas com o selo. A segunda edição do projeto, além de receber adesões de outras instituições públicas, passou a contemplar empresas do setor privado.

Vale destacar também a promulgação da Lei nº 11.324/06, que permite a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Física da contribuição patronal paga à Previdência Social referente às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos. Com essa lei, busca-se incentivar a formalização do trabalho doméstico, constituído em 94,3% por mulheres, assegurando-lhes os direitos trabalhistas, como férias anuais remuneradas de 30 dias, repouso semanal aos domingos e feriados e estabilidade para a gestante. Fica, ainda, proibido ao empregador descontar do salário do trabalhador doméstico despesas com alimentação, moradia e material de higiene.

Outra medida relevante para as mulheres trabalhadoras foi a alteração do salário-maternidade, que consiste de direito previdenciário de 120 dias de licença remunerada à mãe, a partir de oitavo mês de gestação ou do nascimento/adoção do filho. Com a edição do Decreto 6.122/07 as seguradas desempregadas terão direito ao salário-maternidade no período de graça. Esse período é uma proteção previdenciária que garante o recebimento do benefício, mesmo que as seguradas não estejam contribuindo. O período de graça, no caso do salário-maternidade, pode variar de 12 a 36 meses. O período de 12 meses vale para todas as seguradas, independentemente do tempo de contribuição. Atualmente, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concede diretamente, em média, cerca de 36 mil salários-maternidade por mês às trabalhadoras avulsas, domésticas, contribuintes individuais e seguradas especiais, sendo que para as trabalhadoras empregadas o salário-maternidade é pago pelas empresas, que deduzem o seu valor das contribuições efetuadas ao Instituto.

As mulheres também são mais vulneráveis à pobreza, especialmente por seguirem como as principais responsáveis pelo cuidado das crianças, dos enfermos e dos idosos, o que lhes dificulta o acesso ao mercado de trabalho e a postos de melhor remuneração, além de lhes trazer sobrecarga de trabalho e jornadas extensas tanto fora quanto dentro de casa.

O enfrentamento dessa situação tem se dado, por exemplo, com os programas como o **Bolsa Família**, que tem como responsável legal pelo recebimento dos benefícios, preferencialmente, a mãe e outros como a Qualificação Profissional que estabelece diretrizes claras de priorização de alguns segmentos sociais, dentre eles as mulheres.

De fato, muitas vezes, as mulheres têm maiores dificuldades de acesso aos bens e serviços públicos e, especialmente no meio rural, à propriedade da terra, ao crédito e à habitação e até

mesmo ao direito básico de cidadania de obtenção de documentação civil. Nesse sentido, vale destacar a criação de linha de crédito específica para as mulheres no âmbito do Pronaf, Pronaf-Mulher, que concedeu R\$ 56,2 milhões, em 8.835 contratos, na safra 2005-2006. E, ainda, o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural que permitiu a emissão de mais de 150 mil documentos, só em 2006.

As mulheres são também as vítimas mais freqüentes de violência doméstica. A cada ano, milhares de brasileiras sofrem de agressões físicas, sexuais e psicológicas dentro da casa onde residem. Trata-se de um fenômeno abrangente, que não escolhe cor, classe social ou nível de escolaridade. Pesquisa realizada em março de 2005, pelo **Serviço de Pesquisa de Opinião do Senado (DataSenado)**, aponta que 17% das entrevistadas já tinham sofrido algum tipo de violência doméstica, sendo que 66% destas responderam ser o marido/companheiro o autor da agressão e cerca de 50% afirmaram ter sofrido agressão quatro ou mais vezes.

Visando combater este tipo de crime, em 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340/06, conhecida como **Lei Maria da Penha**. Para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, uma das principais determinações da referida Lei é a criação de juizados específicos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Portanto, o maior desafio para uma mudança efetiva da realidade da mulher brasileira é o aprofundamento da inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas, de modo a garantir-lhes o exercício de sua cidadania plena com todos os direitos sociais, econômicos e culturais assegurados.

Desigualdade racial

As desigualdades raciais se expressam em praticamente todos os campos da vida social. Ainda hoje o racismo e a discriminação atingem homens e mulheres negros, que representam cerca de 45% da população brasileira, minorando seus direitos e restringindo sua cidadania.

Na área educacional, os negros apresentam os piores indicadores. Apesar da forte queda da taxa de analfabetismo registrada nos últimos anos, a população negra ainda apresenta taxa duas vezes maior que a verificada para a população branca. Com relação à diferença de escolaridade, apesar de se perceber uma tendência à convergência, a diferença entre negros e brancos ainda é de 1,5 ano de estudo.

Visando corrigir estas distorções, o Governo Federal tem adotado um conjunto de medidas que buscam promover a inclusão da população negra no sistema educacional, combater a discriminação e o preconceito nas escolas e valorizar a diversidade cultural brasileira. Dentre estas medidas, cabe destacar os **Programas Educação para Diversidade e Cidadania e Prouni**. O Programa Educação para Diversidade e Cidadania objetiva reduzir as desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar e tem ações de apoio à inserção das temáticas de cidadania, direitos humanos e meio ambiente no processo educacional. Já o Prouni tem por objetivo promover o acesso da população de baixa renda ao ensino superior por meio da concessão de bolsas de estudo

integrais e parciais para cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior. Embora seja dirigido a qualquer estudante pobre, há reserva de vagas para negros e indígenas, de forma proporcional à presença destas populações nas respectivas Unidades da Federação. Desde sua criação, em 2005, o Prouni atendeu 250 mil estudantes, sendo 63 mil negros.

O mercado de trabalho é o espaço onde a magnitude das desigualdades entre negros e brancos fica mais latente, apesar da redução das desigualdades entre esses dois grupos verificada nos últimos anos. Um trabalhador negro ainda recebe, em média, 53,3% do salário de um trabalhador branco. Para as mulheres negras, esses dados são ainda mais alarmantes, uma vez que elas recebem em média somente 32% do rendimento médio de um homem branco.

Entre as pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, a população negra apresenta uma concentração duas vezes maior que a população branca. Além disso, apresenta os menores níveis de acesso à habitação e ao saneamento adequados e a maior probabilidade de residir em favelas e outros assentamentos precários. Para se ter uma idéia do grau de desigualdade racial no acesso aos serviços de saneamento básico, por exemplo, enquanto menos de 20% dos brancos não possui acesso simultâneo a serviços adequados de água, esgoto e coleta de lixo, essa proporção sobe para quase 37% entre os negros e pardos.

Diante deste quadro marcado pela desigualdade, uma iniciativa governamental importante foi a criação do **Programa Brasil Quilombola**, que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável das 3.524 comunidades remanescentes de quilombos identificadas no Território Nacional, em concordância com as suas especificidades históricas e culturais. O Programa procura garantir o pleno exercício dos direitos da população quilombola à titulação e à permanência na terra, à documentação básica, à alimentação, à saúde, aos serviços de infra-estrutura e à Previdência Social. Estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) 1.170 comunidades remanescentes de quilombos. Entre os anos de 2003 e 2006, 31 territórios quilombolas receberam seus títulos, conferindo a 38 comunidades o direito de posse e domínio sobre a terra. Outro importante resultado foi a inclusão, até novembro de 2006, de 6.391 famílias quilombolas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, das quais 4.150 passaram a receber o benefício do Programa Bolsa Família.

Assim, dentre os vários desafios que se colocam para o enfrentamento efetivo da desigualdade racial e o combate ao racismo no País, de modo a acelerar o processo de inclusão social e econômica da população negra, merece destaque a ampliação e o aperfeiçoamento das medidas no campo educacional e aquelas voltadas para o mercado de trabalho. Ressalte-se também o **Programa Brasil Quilombola** voltado para o resgate da histórica dívida social com essas comunidades.

Crianças e adolescentes

As crianças e adolescentes brasileiros somam cerca de 59,5 milhões (32,3% da população) e encontram-se em situação de grande vulnerabilidade: quase metade (45,9%) é pobre, residindo em domicílios com renda per capita até meio salário mínimo. Esta condição

os expõe a uma série de riscos, como carência alimentar e moradia em condições precárias, que têm impacto direto sobre suas chances de sobrevivência e de desenvolvimento.

Na educação, 97% da população de 7 a 14 anos frequenta a escola, mas apenas uma parte (menos de 60%) conclui o ensino fundamental. Portanto, cerca de 40% das crianças e adolescentes brasileiros não cumprem a escolaridade mínima obrigatória estabelecida na Constituição de 1988. Além disso, as avaliações educacionais têm revelado a baixa qualidade do atendimento prestado nas escolas.

Nos últimos anos, o Governo Federal tem procurado atuar de forma articulada no atendimento aos direitos das crianças e adolescentes, estando em execução o **Plano Presidente Amigo da Criança**, que reúne um conjunto de ações do PPA com objetivo de alcançar quatro compromissos: promover vidas saudáveis; prover educação de qualidade; proteger contra o abuso, a exploração e a violência; e combater o HIV/aids.

No campo da educação, especificamente, merece destaque a aprovação do **Fundeb**, fundamental para o financiamento da educação básica; a ampliação e aperfeiçoamento das ações de apoio ao **transporte escolar**, ao **livro didático** e à **alimentação escolar**; além da criação de um sistema nacional de formação de professores e demais profissionais da educação que tem ofertado cursos de graduação e outros para mais de 200 mil profissionais.

No entanto, um número expressivo de crianças e adolescentes ainda são vítimas de violações aos seus direitos humanos, o que limita, quando não impossibilita, o efetivo exercício das garantias fundamentais de respeito à dignidade e à integridade física e psíquica. São exemplos disso o trabalho infantil, o abandono e a violência (a taxa de homicídio entre os adolescentes passou de 14,7 óbitos por 100 mil habitantes, em 1996, para 20,7, em 2004).

Dentre as iniciativas governamentais voltadas para o enfrentamento desta problemática está o **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**, que engloba ações de diferentes órgãos destinadas à fiscalização dos ambientes de trabalho e à concessão de bolsa e promoção de ações sócio-educativas para as crianças retiradas da condição de trabalho. Também merecem destaque as Ações do **Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes**, que são desenvolvidas por meio de um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes abusados ou explorados sexualmente, assim como seus familiares, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da sua auto-estima e o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária, sendo executadas nos **Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)**.

Ressalta-se ainda o **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**, aprovado em 2006, conjuntamente pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O Plano visa romper com a cultura de institucionalização em abrigos ao priorizar a prevenção do rompimento dos vínculos

familiares, a qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento e o investimento no retorno ao convívio com a família de origem.

Outro aspecto preocupante refere-se ao atendimento do adolescente em conflito com a lei. Pesquisa realizada pelo IPEA informou que, em 2002, existiam 9.955 adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de privação de liberdade no Brasil, sendo que o perfil desses adolescentes era tipicamente de exclusão social. Cerca de 90% eram do sexo masculino; 60% eram negros; 76% tinham idade entre 16 e 18 anos; apresentavam baixíssima escolaridade, e 66% viviam em famílias pobres cujo rendimento mensal variava entre menos de um até dois salários mínimos. Esses dados mostram relação entre o cometimento do ato infracional e a desigualdade social existente no País. Sobre as condições das instituições sócio-educativas, esta mesma pesquisa apontava que 71% não estavam adequadas à legislação.

Neste aspecto, é fundamental destacar o **Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo ao Adolescente em Conflito com a Lei (SINASE)**, criado em 2006, que institui diretrizes para a gestão dos programas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, incluindo o monitoramento e a avaliação, a ação sócio-pedagógica que deve ser implementada e a construção de unidades de acordo com parâmetros arquitetônicos adequados.

Assim, o maior desafio rumo a garantia dos direitos das crianças e adolescentes é dar seqüência às iniciativas de articulação das políticas públicas voltadas para elas, em especial aquelas na área da educação e do atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

Idosos

Estima-se que em 2020 os idosos¹ corresponderão a 14,2% da população brasileira, sendo que o crescimento se dará de forma ainda mais acentuada na faixa etária de 80 anos ou mais, ou seja, aquela que demanda maior atenção. Por isto, a preocupação com a manutenção da qualidade de vida das pessoas idosas tem crescido e as políticas de proteção e cuidado específicos para idosos vêm adquirindo relevância inédita na agenda pública.

Algumas conquistas em termos de melhoria das condições de vida dos idosos brasileiros já foram obtidas e, de modo geral, isso está relacionado aos efeitos da Seguridade Social, como maior acesso aos serviços de saúde, aos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensões; e ao benefício assistencial de prestação continuada, no valor de um salário mínimo, aos idosos maiores de 65 anos que vivem com renda domiciliar per capita inferior a um quarto do salário mínimo, e que atendia cerca de 1,3 milhão de idosos em dezembro de 2006 (incluindo a renda mensal vitalícia).

O acesso aos benefícios da seguridade social, contudo, não garante que os idosos brasileiros estejam afastados do mercado de trabalho. A PNAD/2005 aponta que 30,9% deles ainda trabalhavam ou procuravam trabalho e, apesar de a maior parte de sua renda provir da seguridade, a renda do trabalho representa algo em torno de 24% da renda total.

1. O Estatuto do Idoso (2003) define como idosa a população com 60 anos ou mais.

Quanto à atenção à saúde, segundo o Ministério da Saúde (MS), cerca de 75% dos idosos brasileiros dependem exclusivamente do **atendimento do SUS**. Nesse sentido, foi um avanço importante a criação de uma política específica para este segmento populacional, na qual se destacam: a vacinação contra influenza e pneumococos, a provisão de assistência médica em domicílio e a ampliação progressiva dos tratamentos de alta complexidade no âmbito do SUS.

Se o acesso aos **benefícios previdenciários e assistenciais** e aos serviços de saúde tem, de modo geral, contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos idosos brasileiros, a violência contra eles ainda compromete o usufruto de seus direitos. Os idosos enfrentam com frequência as negligências, os maus-tratos e os abusos verbais, físicos, psicológicos e financeiros. Embora as informações sobre violência contra idosos sejam difíceis, estudos internacionais têm mostrado que 90% dos casos ocorrem no seio da família, sendo os agressores os filhos e cônjuges dos idosos vitimados. O cuidado com o idoso continua a ser de responsabilidade quase exclusiva das famílias, que muitas vezes não têm preparo ou condições para atendê-los adequadamente. Assim, a política pública deve atuar de forma mais direta sobre o próprio ambiente familiar dos idosos para prevenir violências que muitas vezes comprometem sua saúde e segurança.

Nesse sentido, destaca-se a criação no PPA 2008-2011 do **Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa**, que atuará, dentre outras frentes, na implementação e monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa.

O desafio hoje é fazer com que as políticas públicas sejam capazes de promover aquilo que a Organização Mundial de Saúde (OMS) denomina envelhecimento ativo, ou seja, o envelhecimento com independência, qualidade de vida e atuação na sociedade.

Pessoas com deficiência

A informação disponível sobre deficiência no Brasil data de 2000, ano do Censo Demográfico. Neste ano, pessoas com alguma deficiência correspondiam a 14,5% da população brasileira. A deficiência visual é a mais significativa, sucedida pelas deficiências físicas ou motoras, a deficiência auditiva e a deficiência mental.

A taxa de ocupação das pessoas com deficiência, em 2000, estava em torno de 11% inferior à ocupação das pessoas sem nenhum tipo de deficiência e seu rendimento financeiro também era menor. Neste sentido, vale frisar a importância da atuação do MTE na fiscalização do cumprimento da **Lei de Cotas para Deficientes em empresas** com mais de 100 empregados (Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991) buscando garantir que a mesma tenha efetividade.

Em relação à renda domiciliar das pessoas com deficiência, do mesmo modo que na distribuição de rendimentos dos indivíduos, concentra-se na faixa de 1 a 3 salários mínimos, indicando a importância do recebimento do **benefício assistencial de prestação continuada** no valor de 1 salário mínimo na composição da renda domiciliar e, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida.

A maior proporção de domicílios que não têm pessoas com deficiência, com renda acima de 10, 20 e 30 salários mínimos, sugere que: a renda é fator de prevenção de deficiências na ausência de políticas governamentais, que a compensem nas áreas de saúde e alimentação; a existência de deficiência nas famílias compromete a possibilidade de maiores ganhos entre os seus membros, talvez pela dedicação exigida para a pessoa com deficiência, por parte de um dos membros da família, em geral a mãe, em concorrência com a dedicação ao trabalho.

Na área de educação, os últimos Censos Escolares vêm registrando aumentos significativos no número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais. Entre 1998 e 2006, houve crescimento de 107,6% no total das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, passando de 337 mil alunos para 700 mil. No atendimento inclusivo - realizado em classes comuns de escolas comuns - houve crescimento de 640% das matrículas, passando de cerca de 44 mil, em 1998, para 325 mil alunos, em 2006.

As ações de governo voltadas para o atendimento desta população têm sido marcadas por avanços, incluindo normatizações que buscam a inclusão das pessoas com deficiência nos vários campos da vida social. Aqui cabe destaque para o **Programa Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência** e para o **Programa Nacional de Acessibilidade**. No primeiro caso, busca-se assegurar os direitos e combater a discriminação contra as pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do País. O Programa Nacional de Acessibilidade visa a garantir: o direito de ir e vir de todos os brasileiros; seu acesso à informação, à comunicação e aos equipamentos, além de ajudas técnicas, que lhes assegurem autonomia, segurança e qualidade de vida. Assim, o maior desafio das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência consiste na ampliação e consolidação dos direitos da pessoa com deficiência, sempre em parceria com a sociedade, que tem papel fundamental na promoção de medidas inclusivas.

GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros)

Apesar de não haver dados oficiais sobre brasileiros gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, este constitui um grupo que ao longo da história vem sendo vítima de discriminação e preconceito, sem mencionar manifestações violentas e as dificuldades de acesso a serviços e bens públicos. As violações de direitos desse segmento da população são graves, incluindo casos de ameaças, torturas e assassinatos, o que implica vulnerabilidade e alto risco. A partir de 2002, o **Programa Nacional de Direitos Humanos** contemplou parcialmente as reivindicações desse grupo, de modo a garantir o direito à livre orientação sexual e a proibição de discriminação, além do aperfeiçoamento da legislação penal referente à violência e à discriminação, motivadas por preconceitos em relação à orientação sexual.

Em 2004, foi lançado o **Brasil sem Homofobia**, voltado para a promoção da cidadania homossexual e combate à discriminação e violência, que definiu ações de cooperação internacional e de promoção de direitos nas áreas de segurança, educação, saúde, trabalho, cultura e políticas específicas nas esferas da juventude, gênero, racismo e homofobia.

O principal desafio na defesa dos direitos do segmento GLBT continua sendo o combate à homofobia, o que requer a construção de uma nova cultura cidadã que reconheça seus direitos, valores, conhecimentos e práticas.

Transparência e diálogo social

O fenômeno da corrupção afeta praticamente todos os países do mundo, e o debate sobre os mecanismos para sua prevenção, repressão e controle vem se ampliando e mobilizando tanto instituições públicas quanto entidades privadas, em fóruns nacionais e internacionais. A luta contra a corrupção e o rigor no controle dos gastos públicos, para a constatação da aplicação correta desses recursos, são duas marcas essenciais do atual governo brasileiro.

Foi iniciada uma linha de atuação governamental consistente e sem precedentes no campo das medidas preventivas, capazes de assentar as bases para enfrentar o problema da corrupção, e dando, ao mesmo tempo, cumprimento aos compromissos assumidos pelo Brasil nos acordos internacionais. Nesse sentido, o Governo Federal a construção e o lançamento do Portal da Transparência, sítio na Internet, que apresenta a destinação dos recursos públicos de maneira detalhada e simples, com os valores e as finalidades da destinação, estimulando o controle social e o fortalecimento da cidadania.

No âmbito da Administração Pública Federal, a criação e implantação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, dotou cada Ministério de uma Corregedoria, ligada à Controladoria-Geral da União (CGU), para reverter uma tradição secular de inércia sancionatória também no âmbito disciplinar interno da Administração, que retroalimentava e potencializava a cultura da certeza da impunidade, garantida, no âmbito externo, pela lentidão dos processos judiciais.

A utilização de força-tarefa multidisciplinar é outra iniciativa para o combate ao crime de corrupção, e inclui a utilização de atividades de inteligência, com a identificação e o mapeamento das instituições e setores de maior risco de corrupção, o acompanhamento da evolução patrimonial atípica de agentes públicos, as sindicâncias patrimoniais, a identificação e o acompanhamento mais rigoroso das pessoas politicamente expostas (PEPs), o compartilhamento de dados com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e a Estratégia Nacional de combate à Lavagem de Dinheiro (Enccla).

O Programa de Fiscalização dos Recursos Federais Aplicados nos Municípios, lançado em 2003, atua mediante sorteios públicos, com o objetivo expresso de inibir a corrupção pela dissuasão que resulta da possibilidade sempre presente para o gestor municipal, de ser ele o próximo sorteado para ser fiscalizado.

Já em outra esfera, integram esse conjunto de iniciativas, de viés claramente preventivo, medidas legislativas que deverão ser implementadas durante o período de vigência do PPA 2008-2011, dentre as quais vale destacar os Projetos de Lei sobre enriquecimento ilícito, sobre conflito de interesses e sobre acesso à informação.

Para aprimorar as instituições democráticas, faz-se necessário aprofundar o diálogo com a sociedade, valorizando a participação e o controle social das políticas governamentais. Com este intuito, nos últimos anos, vêm sendo realizadas conferências nacionais sobre os mais diferentes temas, como segurança alimentar, educação, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, políticas para as mulheres, políticas de saúde, igualdade racial, desenvolvimento agrário e outras. O objetivo dessas conferências, nas quais participam delegados eleitos em todo o País, é o de aperfeiçoar o desenho das políticas públicas de acordo com as demandas da sociedade, bem como estreitar o diálogo entre governo e a sociedade civil organizada. Os conselhos municipais, estaduais e nacionais de políticas são espaços privilegiados para este diálogo.

Apesar da expansão do número de conselhos e da ampliação das conferências, ainda há muito a se avançar no aperfeiçoamento desses mecanismos. É preciso tornar compreensíveis e públicas, com acesso irrestrito, as informações acerca das realizações dos órgãos da administração pública, da execução física e financeira dos programas de governo, entre outras, que permanecem restritas a usuários cadastrados de sistemas, muitas vezes, de difícil utilização pelo cidadão. A divulgação de informações e a acolhida de reclamações e sugestões – por meio de Ouvidorias, por exemplo – devem ter seus mecanismos e canais ampliados de forma a garantir o acesso de todos.

5) Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional

A ampliação dos investimentos público e privado em infra-estrutura é uma âncora para promover o desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos para o crescimento da economia, aumento de produtividade e superação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais. Com essa finalidade, foi introduzido no PPA um conjunto de iniciativas com objetivo de fortalecer o planejamento público federal estratégico de médio e longo prazo, melhorar os mecanismos e marcos normativos de regulação, ampliar os instrumentos financeiros adequados ao investimento de longo prazo e fomentar as parcerias entre o setor público e o investidor privado, além da articulação entre os entes federativos.

Na área de transportes, o foco é superar limites estruturais e ampliar a cobertura geográfica da infra-estrutura. O retorno social e a ampliação das oportunidades produtivas dar-se-ão primordialmente pela condução de investimentos específicos para a redução de desigualdades regionais em áreas deprimidas, e para a integração do continente sul-americano. A ampliação da cobertura geográfica será relevante para induzir o desenvolvimento em áreas de expansão da fronteira agrícola e mineral. Também se há de tratar dos entraves à maior eficiência produtiva em áreas já consolidadas, promovendo-se investimentos com elevada expectativa de retorno sócio-econômico.

Entretanto, as metas não serão de fácil alcance sem que se promova eficaz modernização normativa e institucional, com a revisão de competências, estruturas, modelos de gestão e formas de financiamento do bem público.

A consolidação dos instrumentos para exploração da infra-estrutura e dos serviços de transportes permitirá complementar o investimento público no setor, de forma privada ou em parceria com o Poder Público, com modicidade no estabelecimento de tarifas e preços para os usuários e regulação que assegure apropriação coletiva dos benefícios gerados.

Os investimentos em energia precisam garantir o suprimento da demanda, promover a diversificação da matriz energética e estimular o desenvolvimento de energias renováveis e da eficiência energética, sem desperdiçar as vantagens competitivas que o País tem na geração hidrelétrica, priorizando a modicidade tarifária, a universalização do acesso aos serviços de energia elétrica e os investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Há grande potencial para a conservação de energia, diante da existência de processos industriais, equipamentos, veículos e prédios ineficientes. Faz-se necessário superar barreiras que ainda inibem a redução desse desperdício, como o custo elevado dos equipamentos mais eficientes e a falta de conhecimento das técnicas de uso racional eficiente de energia.

A auto-suficiência na produção de petróleo precisa ser preservada pela continuidade dos investimentos em tecnologia, conhecimento das bacias sedimentares e exploração e produção de petróleo e gás natural. A expansão do refino deverá reduzir a necessidade de importação de derivados. A regulação do transporte de gás é vital para viabilizar o necessário investimento na ampliação da malha de gasodutos.

A Política de Desenvolvimento da Produção e Uso de Biocombustíveis precisa ser consolidada. Esta é uma área em que o País tem enormes potencialidades ainda não adequadamente aproveitadas, inclusive aquelas relacionadas à diminuição das desigualdades regionais e à inserção social.

A ação de governo no setor de comunicações deve se orientar pela busca de soluções para a inclusão de significativa parcela da sociedade, aumentando o acesso à infra-estrutura de comunicações e seus serviços, buscando resolver a defasagem regulatória, que impede o uso sinérgico da convergência das tecnologias de produção e distribuição de dados-voz-imagem.

Os investimentos previstos em infra-estrutura econômica no quadriênio 2008-2011 contemplam a construção, adequação, duplicação e recuperação de estradas e ferrovias, ampliação e melhoria de portos e aeroportos, geração de energia elétrica, construção de linhas de transmissão, instalação de novas unidades de refino ou petroquímicas, construção de gasodutos, instalação de novas usinas de produção de biodiesel e de etanol, e a instalação, a ampliação e a modernização de telecentros voltados para a inclusão digital. Na área social, significativos investimentos trarão como resultado melhores condições de moradias, serviços de água e coleta de esgoto, com infra-estrutura hídrica para 23,8 milhões de pessoas. Na área de transportes, investimentos garantirão a ampliação e a construção de metrô em nossas cidades.

Energia Elétrica

O setor de infra-estrutura conviveu, em passado recente, com a presença do Estado desempenhando papel preponderante no seu desenvolvimento. A escassez de recursos no ambiente público e, conseqüentemente, a incapacidade do Governo Federal de garantir a expansão do setor nos patamares demandados pela sociedade, dentre outros fatores, exigiram novo ambiente institucional para o setor. As mudanças determinaram a redução do papel do Estado e, em contrapartida, forte aumento da participação privada.

A entrada de novos agentes no setor elétrico trouxe a necessidade de novo ordenamento regulatório e, nesse sentido, a criação do modelo setorial em 2004 permitiu que a transição fosse desenvolvida em cenário de estabilidade institucional, sem perda da segurança operacional do suprimento de energia elétrica.

A garantia e a segurança do suprimento da demanda, fator decisivo para o crescimento econômico, a universalização do acesso ao uso da energia e a modicidade tarifária configuraram-se como principais desafios do setor elétrico brasileiro.

Para a sua consecução, foi necessário o fortalecimento do MME, a retomada do planejamento setorial por meio da criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e a instituição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), órgão responsável pelo acompanhamento do equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica.

Nessa direção, o Governo Federal elencou um portfólio de investimentos na geração e expansão do sistema, acrescendo capacidade instalada e construindo novas linhas e subestações associadas.

Quanto à universalização, o Programa Luz para Todos entra numa fase que requer novas tecnologias para atendimento a áreas isoladas. Para tanto, deve garantir o cumprimento das metas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ou seja, levar a energia elétrica para cerca de 5 milhões de brasileiros que vivem em áreas rurais do País, e permanecem sem acesso a esse serviço.

Petróleo e Gás

As atividades referentes ao Setor de Petróleo e Gás visam a garantir o abastecimento do País, com ênfase na qualidade, modicidade dos preços e na participação equilibrada dos derivados de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis na matriz energética brasileira, assegurando o desenvolvimento sustentável dessas indústrias.

As atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural são caracterizadas pelo elevado índice de incertezas e pelo alto nível de investimentos exigidos para sua efetivação, especialmente quando se trata da prospecção em lâminas de águas profundas e ultraprofundas. A política nacional para este setor deverá, portanto, promover o aprimoramento constante do processo licitatório, propondo a configuração adequada de blocos mais atrativos do ponto

de vista exploratório, assim como no estabelecimento de condicionantes para exploração e produção das bacias sedimentares brasileiras.

Os investimentos em exploração e produção vêm sendo direcionados para águas cada vez mais profundas, dependendo, predominantemente, de equipamentos e serviços importados. Assim, serão necessárias ações que recomponham maior participação de bens e serviços nacionais nos investimentos da indústria do petróleo, mantendo-se a atual política de incentivo à indústria nacional nos projetos de exploração e produção.

As rodadas de licitações de blocos exploratórios, que têm ocorrido anualmente, passaram a contar com o planejamento voltado para permitir a oferta de áreas de elevado potencial em bacias sedimentares, de modo a obter, no horizonte de 10 anos, a incorporação de reservas proporcionais às necessidades do País, as quais permitam manter a auto-suficiência na produção de petróleo, bem como índices confortáveis para a relação entre Reserva e Produção.

A decisão de fixar percentual mínimo de conteúdo nacional para o fornecimento de bens e serviços utilizados na exploração e produção de petróleo e gás natural, ajustando-os permanentemente à evolução da capacidade de produção da indústria nacional e aos seus limites tecnológicos, proporcionou o aumento do conteúdo local de bens e serviços nas diversas plataformas para produção de petróleo e gás natural - atualmente em construção no País - e deverá permitir a fixação de empresas internacionais do setor petrolífero no Brasil, de modo a garantir o atendimento ao estabelecido nos contratos de concessões de blocos exploratórios, com relação aos valores ofertados como conteúdo local para o arremate de blocos.

É prevista a construção de cerca de 15 plataformas marítimas para a produção de petróleo e gás natural, a serem localizadas predominantemente nas bacias de Campos (RJ), Santos (SP) e Espírito Santo (ES). Tais instalações, associadas a outros projetos distribuídos nos Estados onde existe produção de hidrocarbonetos, deverão contribuir com novos 800 milhões de barris/ano para que se alcance a meta de produção de 2,6 milhões de barris/dia no ano de 2010.

O parque de refino nacional receberá investimentos em 10 refinarias existentes para ampliação da capacidade de refino em 100 mil barris/dia, o que permitirá melhorar a qualidade dos produtos, com conseqüentes ganhos ambientais, e elevar a parcela de participação do processamento de petróleo nacional pesado, em substituição ao importado.

Duas novas unidades de refino serão adicionadas às existentes: uma em Pernambuco, com capacidade de processamento de petróleo de 200 mil barris/dia, com operação projetada para 2011, outra no Rio de Janeiro, com capacidade de 150 mil barris/dia, produzindo petroquímicos de alto valor agregado.

A ampliação e a substituição da frota nacional de navios petroleiros incorporarão 21 novas unidades até 2011.

Transportes

Os principais problemas do setor que serão objeto da ação do Governo ao longo do PPA 2008/2011 são:

- a) acentuada concentração modal, com prejuízo para a eficiência nos fluxos de transporte;
- b) malha rodoviária com saturação de tráfego e alta densidade de veículos de carga, ocasionando congestionamentos e custos adicionais com combustíveis, manutenção e aumento dos tempos de viagem;
- c) malha ferroviária insuficiente, saturada e com forte interferência nos aglomerados urbanos;
- d) precariedade nas condições de navegação das hidrovias interiores, ainda mais obstada pelos conflitos no uso dos cursos d'água;
- e) incipiente navegação de cabotagem;
- f) isolamento de regiões com potencial turístico;
- g) pouca integração da infra-estrutura de transportes com os países da América do Sul.

Para enfrentar esses desafios os investimentos serão direcionados prioritariamente para a recuperação e a manutenção da infra-estrutura existente e para a diversificação dos modais de transporte.

No modal rodoviário, o objetivo é recuperar toda malha federal, conferindo-lhe adequada trafegabilidade, e expandir a capacidade de escoamento das rodovias estratégicas para o transporte da produção, para o turismo e para as de integração nacional e com a América do Sul.

No modal ferroviário, serão eliminados de pontos de estrangulamento decorrentes das interferências com os aglomerados urbanos. Novas ferrovias serão construídas e outras finalmente concluídas. A Ferrovia Norte-Sul deverá completar os trechos Araguaína-Palmas e Anápolis-Uruaçu em Goiás nos próximos anos. A ferrovia Transnordestina se constituirá em nova fronteira de desenvolvimento para o semi-árido nordestino.

O Brasil conta com somente 14.000 km de hidrovias em operação, dos 42.000 km de rios navegáveis. O transporte fluvial – cuja utilização é muito baixa, se comparada com o potencial das bacias hidrográficas brasileiras – possibilita significativas reduções nos custos de transporte em relação aos modais rodoviário e ferroviário, especialmente para médias e longas distâncias. Por esta razão, vem despertando o interesse para o transporte de produtos agrícolas, especialmente oriundos da Região Centro-Oeste.

Portanto, as hidrovias terão sua utilização potencializada pela realização de investimentos em sinalização e balizamento, e dragagem e derrocamento quando necessários, de modo a permitir a navegabilidade em condições econômicas e seguras. As melhorias na hidrovia do São Francisco, entre Ibotirama e Juazeiro, na Bahia, conjugado ao acesso ferroviário

ao porto de Juazeiro, permitirão o escoamento de parcela significativa da produção de grãos do oeste baiano. A navegação do Tocantins em direção aos portos de Belém será viabilizada com o término das eclusas de Tucuruí e de outras eclusas já em construção. Quarenta novos terminais portuários serão construídos na Amazônia e a hidrovia Paraná-Paraguai será viabilizada.

O transporte marítimo de cabotagem tende a crescer, impulsionado pela desburocratização dos processos aduaneiros, pela estruturação da exploração portuária e pela ampliação da capacidade de portos estratégicos. Também é projetada mudança no perfil da carga e, por conseguinte, na forma de armazenamento e transbordo em terminais portuários nacionais. O processo que vem se intensificando tende a consolidar as operações com contêineres no transporte marítimo e de cabotagem em razão, também, do vigoroso processo de recuperação das ferrovias e dos portos.

Comunicações

O setor de comunicações passou por profundas transformações na década passada, tanto no modelo de exploração quanto na adoção de inovações tecnológicas.

A transferência para o setor privado dos segmentos de telefonia fixa e móvel permitiu avanços significativos e, atualmente, mais de 90% dos domicílios brasileiros tem acesso ao telefone fixo e 55% da população tem telefone celular.

A televisão por assinatura ainda se restringe a uma fatia pequena da sociedade e o Sistema Brasileiro de Televisão Digital deverá iniciar sua implantação em 2008, com um cronograma de expansão que deve atingir toda área de cobertura até 2011.

Os desafios do setor são a universalização do acesso às telecomunicações e à comunicação eletrônica e a promoção da inclusão digital. A legislação do setor deverá ser adequada ao estado-da-arte das Tecnologias de Informação e Comunicação.

A competitividade nos segmentos de telefonia fixa, televisão por assinatura e Internet por banda larga será estimulada, de modo que os serviços sejam acessíveis a parcelas maiores da população.

6) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional

O desenvolvimento do Brasil tem sido territorialmente desigual. A atual configuração territorial da dinâmica econômica e social nos apresenta grandes desafios. O processo de desconcentração produtiva precisa ser impulsionado, com o lastro em uma rede policêntrica de cidades que dê suporte a uma interiorização do desenvolvimento brasileiro, de modo que atinja uma parcela cada vez maior da população e dê condições de acesso universal à cidadania.

O desequilíbrio na distribuição dos equipamentos no Território Nacional é fruto do processo histórico do desenvolvimento brasileiro, o qual sempre margeou a costa do País. E

hoje, em função desta demanda assimétrica litorânea, ajuda a fortalecer essa concentração. Uma análise da rede de logística instalada atualmente nos mostra que existe uma malha consolidada de transportes, energia e comunicações no Sul e Sudeste do País, enquanto há ainda grandes espaços condenados à lentidão, nos quais a oferta de infra-estrutura de base ainda não é o suficiente. O PAC tenta equacionar essas questões, dentro de seu escopo, ao prever grandes inversões em infra-estrutura, principalmente para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O combate às desigualdades, em todas as suas formas, sejam de renda, de gênero ou regionais, continuará no foco da atuação do Governo Federal. Assim, parte importante da estratégia de planejamento territorial implica a promoção do avanço das regiões menos desenvolvidas e menos dinâmicas do País.

Para o próximo período, faz-se necessário aprofundar a promoção de políticas públicas de maneira integrada, a partir das realidades regionais e locais, levando a um novo modelo de desenvolvimento, o qual alia objetivos de desenvolvimento econômico (eficiência e competitividade) a objetivos de desenvolvimento social, ambiental e territorial (equidade, sustentabilidade e coesão).

Nessa lógica, o aproveitamento pleno do território e a valorização da sua diversidade natural e cultural são fatores fundamentais para o desenvolvimento, e devem nortear-se pelos seguintes aspectos:

- a) conservação e uso sustentável dos recursos naturais;
- b) redução das desigualdades regionais;
- c) fortalecimento da inter-relação entre o urbano e o rural.

Dentre as ações implementadas pelo Governo Federal nos últimos anos, no sentido da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais, merecem destaque:

- a) a ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) para cerca de 11 milhões de hectares, a partir da criação de 21 unidades de conservação (UCs) federais, sendo 13 delas localizadas na região amazônica;
- b) a aprovação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) (Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006), o qual estabelece uma Política de Gestão Integrada do Conjunto das Áreas Protegidas Brasileiras, potencializando o esforço de conservação em todo o Território Nacional;
- c) a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), em 2006, o qual apresenta ações de revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco e o combate à desertificação em áreas de clima semi-árido e subúmidos, localizadas principalmente na Região Nordeste;
- d) a aprovação do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006), que cria o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e institui o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) e o Fundo de Desenvolvimento Florestal (Fundeflor). O primeiro PAOF estima que, até o final de 2008, 1 milhão de hectares de florestas públicas

- vão se tornar unidades de manejo destinadas à concessão para exploração de toras de madeira e outros produtos, de forma sustentável;
- e) o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Assim, a quantidade de licenciamentos passou de 145 empreendimentos para 225 por ano, permitindo o licenciamento de 2003 a 2006, por exemplo, de 21 hidrelétricas (4.880,6 MW); de três termelétricas capazes de produzir 744 MW; de 3.134 km de gasodutos; de trechos significativos de rodovias e ferrovias, como 840 km da Rodovia BR-163 e 637 km da ferrovia Transnordestina e a integração de bacias do São Francisco;
 - f) a implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, lançado em 2004 pelo Presidente da República, e que tem como objetivo diminuir as taxas de desmatamento na região amazônica, considerando fatores econômicos e sociais. Esse plano se diferencia das ações passadas, uma vez que não se limita a ações ambientais voltadas para a fiscalização, mas contempla também ações de ordenamento fundiário e territorial e de fomento às atividades sustentáveis. Os resultados do plano sobre o desmatamento já são muito positivos, tendo alcançado a redução de 31% no período 2004-2005, em relação ao período anterior. É o maior percentual de redução do índice de desmatamento na Amazônia dos últimos nove anos. Conforme previsão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a taxa de desmatamento de 2005-2006 será de 13.100 km² - segundo menor registro feito desde que o INPE iniciou o levantamento anual;
 - g) a instituição do Fundo Nacional de Compensação Ambiental (FNCA), em março de 2006, resultado de parceria entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a CEF. A partir da criação desse fundo, os responsáveis por empreendimentos licenciados que causem danos não mitigáveis ao ambiente devem, em contrapartida, contribuir financeiramente para esse fundo, destinado a financiar atividades e projetos em benefício das UCs do SNUC.

Para o período do PPA 2008-2011, o Governo Federal planeja:

- a) continuar o aprimoramento do licenciamento ambiental (Programa Nacional de Florestas – PNF - 0506);
- b) promover a queda contínua e consistente do desmatamento, o combate à desertificação e a conservação da biodiversidade em todos os biomas brasileiros (Programa Florescer – 0503);
- c) promover a disponibilidade de água com qualidade e a gestão dos recursos hídricos, o controle de poluição, a conservação e a revitalização de bacias (Programa Gestão da PNRH – 0497, Probacias – 1107, e Programa de Revitalização de Bacias – 1305);
- d) ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha, e das áreas protegidas no desenvolvimento nacional (Programa Recursos Pesqueiros Sustentáveis – 0104, Programa Áreas Protegidas do Brasil – 0499, Programa Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da

- Biodiversidade – 0508, Programa Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros – 1332);
- e) promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais (Programa ZEE – 0512, Programa Agenda 21- 1102, Programa Comunidades Tradicionais – 1145, Programa Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade – 1426, Programa Resíduos Sólidos Urbanos);
 - f) No que tange ao enfrentamento das desigualdades regionais, é importante ressaltar que a atuação do Governo Federal abrange um amplo espectro de iniciativas, abarcando desde ações do Ministério da Integração Nacional (MI), até ações implementadas pelo MDS.

Assim, entre as ações levadas a cabo pelo MI, vale ressaltar:

- a) a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (Decreto nº 6.407/2007), com o objetivo de reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e promover a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, mediante a implementação de planos macro e mesorregionais;
- b) a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), da Sudame e da Sudene;
- c) o aumento dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste. Comparando-se o ano de 2004 com o ano de 2003, verifica-se um aumento de mais de 20% nos Fundos do Centro-Oeste e do Norte (22,99% e 20,04%, respectivamente) e de mais de 200% no Fundo do Nordeste – neste último caso, o valor disponível para financiamento saltou de R\$ 1.089.432,00 para R\$ 3.359.521,00. Em termos globais, os recursos dos fundos passam de R\$ 3.240.721,00 em 2003 para R\$ 5.971.544,00 em 2004, o que representa um aumento de 84,26%. Em 2005, o valor dos três fundos atinge o montante de R\$ 6.765.013,00. Cabe ressaltar que o aumento dos fundos tem repercussões importantes no PIB dessas regiões: o PIB do Centro-Oeste cresce em 5,61% entre 2003 e 2004, o PIB da Região Norte aumenta em 11,52% e o PIB do Nordeste tem um acréscimo de 7,02%.

Outras ações e políticas que têm fortes impactos territoriais são:

- a) a implementação de Programas de Transferência de Renda com Condiionalidades (PTRC), ampara as famílias em situação de pobreza. O Programa Bolsa Família, em dezembro de 2006, atendia a cerca de 11 milhões de famílias por meio da transferência de renda associada a condicionalidades nas áreas de educação e saúde, representando crescimento de 26% em relação a dezembro de 2005. Com isso, o Programa praticamente alcança o número de famílias pobres (com renda per capita mensal de até R\$ 120) definido pela PNAD/IBGE 2004. A distribuição da cobertura por grandes regiões demonstra a ênfase do Programa na região em que é maior o número de famílias pobres: o Nordeste. Segundo estudo do IPEA esse tipo de ação governamental gerou uma redução de 21% no Coeficiente de Gini brasileiro na última década;

- b) a concessão dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC);
- c) a valorização do salário mínimo, uma vez que mais de 40 milhões de brasileiros o tem como referência de seus rendimentos, e que cerca de 58% dos trabalhadores do Nordeste e aproximadamente 38% das pessoas ocupadas na Região Norte ganham até um salário mínimo. Nesse sentido, a proposta que hoje tramita no Congresso, para efeitos de cálculo, tem por base a taxa de crescimento do PIB, defasado em dois anos, além da taxa de inflação anual. Ademais, propõe-se que a cada quatro anos, a depender do ritmo de crescimento da economia, seja possível a revisão de seus parâmetros, para aumento real do salário mínimo;
- d) aumento dos recursos para financiamento de habitação para população de baixa renda, entre 2003 e 2006, tendo em vista que, historicamente, o extrato onde se concentra o déficit habitacional corresponde às famílias com renda familiar de até cinco salários mínimos, e que a participação destas famílias é maior nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País.

Para o PPA 2008-2011, o Governo Federal planeja:

- a) ampliar a infra-estrutura e a disponibilidade hídrica, como meio para o desenvolvimento regional (Programa de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada – 0379, Proágua Infra-Estrutura – 0515, Programa de Integração de Bacias Hidrográficas – 1036);
- b) promover o desenvolvimento regional, mediante o aproveitamento das potencialidades das regiões e a convergência das iniciativas multisetoriais e interministeriais (Programa Promeso – 1025, Programa Conviver – 1047, Programa Desenvolvimento Macrorregional Sustentável – 1430);
- c) recuperar as perdas inflacionárias do valor pago pelo Bolsa Família (PTRC – Bolsa Família – 1335);
- d) implementar a política habitacional, visando a ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais, e a melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários (Programa Qualidade e Produtividade do Habitat – 0810, Programa Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários – 1128, Programa Habitação de Interesse Social – 9991).

Já no que diz respeito ao fortalecimento da inter-relação entre o urbano e o rural, é importante destacar as ações implementadas pelo Ministério das Cidades (MCID), no sentido de estruturar o planejamento e a gestão territorial urbana, e as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), direcionadas à reforma agrária, à agricultura familiar e ao desenvolvimento dos territórios rurais.

Na área de planejamento e gestão urbana, o Governo Federal busca construir uma nova ordem urbanística, redistributiva e incluyente, com a incorporação de processos participativos na elaboração e implementação de planos diretores. No ano de 2006, a campanha Plano Diretor Participativo – Cidade de Todos gerou um movimento inédito de apoio ao planejamento municipal, alcançando mais de 1.500 dos 1.682 Municípios que tinham a obrigatoriedade de

elaborar seus planos diretores, até outubro daquele ano. O resultado da campanha é animador: 79% (1.325) dos Municípios que tinham obrigação de elaborar seus planos diretores já os transformaram em lei ou encontram-se em tramitação nas Câmaras Municipais, 17,7% (297) encontram-se em elaboração pelas prefeituras e apenas 60 Municípios (3,6%) não tomaram nenhuma providência neste sentido. Ainda em 2006, o Governo Federal investiu mais R\$ 4 milhões no apoio a 64 Municípios para a elaboração de planos diretores, além da viabilização do apoio a prefeituras, por intermédio de 40 grupos de extensão universitária, para suporte técnico às prefeituras na elaboração de seus planos.

Outro aspecto a ser considerado na questão territorial urbana diz respeito aos assentamentos informais, vilas, loteamentos clandestinos e favelas, que se constituem em espaços irregulares, vulneráveis e inseguros, onde vive grande parte da nossa população. Com base nos dados do Censo 2000, estima-se que ao menos 12 milhões de domicílios urbanos são irregulares. Considerando estes fatos, o Governo Federal formulou uma Política Nacional de Regularização Fundiária em Áreas Urbanas. Essa política concretizou-se com o Programa Papel Passado, que apóia Estados, Municípios, associações civis sem fins lucrativos e defensorias públicas, na promoção da regularização fundiária sustentável de assentamentos informais nessas áreas.

No ano de 2006, esse Programa ampliou o apoio direto às ações de regularização desenvolvidas por prefeituras, governos estaduais, entidades sociais e defensorias públicas, além de realizar um grande esforço de capacitação de agentes locais, no qual se destaca a realização do curso virtual de regularização fundiária, que atendeu a 900 técnicos de todo o Brasil. Até novembro de 2006, as ações de regularização acompanhadas pelo Programa envolveram 2.162 assentamentos em 283 Municípios de 26 Unidades da Federação. São 1,35 milhão de famílias com processo de regularização fundiária iniciado, das quais 300,33 mil receberam o título de posse ou propriedade do seu imóvel. Do conjunto de títulos concedidos, 87.850 foram objeto de registro em Cartórios de Registro de Imóveis.

Para 2008-2011, o Governo Federal planeja continuar o esforço de capacitação institucional, democratizar o acesso à informação para o planejamento e gestão urbana, e incentivar a implementação do Estatuto da Cidade (Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano - 0310) além de implementar a política habitacional visando a ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais, e a melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários (Programa Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários – 1128).

Quanto ao desenvolvimento rural, destacam-se as iniciativas do MDA direcionadas à reforma agrária, à agricultura familiar e ao desenvolvimento dos territórios rurais. Entre 2003 e 2006, foram assentadas 381,41 mil famílias, que passaram a ter condições de se desenvolver no campo, ao invés de se verem obrigadas a migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida. Avanços fundamentais foram obtidos no Pronaf, que ampliou os volumes de crédito de R\$ 2,376 bilhões na safra 2002-2003 para R\$ 7,507 bilhões na safra 2005-2006. Neste período, o número de contratos Pronaf passou de 904 mil para 1,904 milhão. Responsável por aproximadamente 11% do PIB nacional e um terço do agronegócio brasileiro, a agricultura

familiar fornece os alimentos e as matérias-primas utilizados no campo e na cidade. O fortalecimento do desenvolvimento rural contou ainda com o apoio ao desenvolvimento das capacidades locais, humanas e institucionais de 118 territórios rurais, dentre os quais 96 já concluíram pelo menos a primeira etapa de elaboração dos seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e iniciaram a sua implementação, articulando os atores locais em torno da construção do futuro desejado para o seu território.

Para o PPA 2008-2011, está previsto o assentamento de 100 mil famílias por ano, fortalecendo a atuação do Governo Federal na promoção da qualidade dos assentamentos. Quanto ao Pronaf, continua a trajetória de ampliação do crédito disponibilizado aos agricultores familiares, com previsão de 12 bilhões de reais para atender a cerca de 2,2 milhões de famílias na safra 2007-2008, em linhas de crédito com taxas de juros que variam de 0,5% até 5,5% ao ano. Foi criado também um programa específico para assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar (Programa 1427), visando ao fortalecimento desta vertente fundamental para a melhor utilização do crédito pelos agricultores familiares. No que se refere aos territórios rurais, permanece o apoio à diversificação de atividades econômicas e agregação de valor à produção. A médio e longo prazos espera-se que os territórios rurais se encontrem cada vez menos dependentes da demanda por *commodities* agrícolas e atividades monocultoras, ampliando suas alternativas de produção e incorporando as atividades industriais e de serviços ao meio rural.

7) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana

O Brasil ocupa o 5º lugar em território no mundo, com uma superfície de 8.547.403 km². Sua população compreende 184 milhões de habitantes - também a 5ª maior do mundo. O PIB brasileiro soma R\$ 2,1 trilhões, o 9º no *ranking* mundial.

Na América do Sul, é o maior em território e população, e o mais desenvolvido economicamente. Essas características, comparadas às de seus vizinhos, levam a uma situação de assimetrias, que deve ser enfrentada com parcimônia, de modo a não constituir obstáculo ao processo de integração, pois, uma América do Sul integrada é fundamental para a inserção de todos os seus países na arena global.

Contribuições importantes estão sendo alcançadas, com a gradual institucionalização da União Sul-Americana de Nações (Unasul), a coordenação política dos países sul-americanos nos mais variados foros internacionais e a expansão dos fluxos de comércio com outras regiões.

A estratégia internacional do Brasil está ancorada em sólida base regional, a começar pelo fortalecimento e aprofundamento do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul). O Brasil ocupa 47% da superfície territorial do continente sul-americano e faz fronteira com 10 vizinhos. A integração regional é uma decorrência natural dessa realidade.

Uma das principais vertentes dessa aproximação é a integração física entre os países da

região. O Brasil tem dado forte importância à execução dos projetos de infra-estrutura viária, os quais o integram ao continente sul-americano, sendo alguns exemplos:

- a) a ponte sobre o rio Acre, inaugurada em 2006;
- b) a ponte sobre o rio Tacutu, em Roraima, na divisa com a Guiana, com inauguração prevista para 2008;
- c) a segunda ponte sobre o rio Paraná, unindo Brasil e Paraguai, em processo final de licitação;
- d) a ponte entre Jaguarão e Rio Branco, ligando o Rio Grande do Sul ao Uruguai;
- e) a ponte sobre o rio Oiapoque, ligando o Amapá à Guiana Francesa;
- f) a duplicação da BR-101 entre Palhoça (SC) e Osório (RS), rodovia central para a ligação entre o Brasil e a Argentina;
- g) a duplicação de cerca de 30 km da rodovia do Mercosul (BR-116), entre São Paulo e Curitiba, sob responsabilidade do futuro concessionário;
- h) construção de trecho da BR-174, entre Boa Vista e Pacaraima, no Estado de Roraima;
- i) construção de trecho da BR-282, em Santa Catarina, melhorando as ligações com o nordeste argentino;
- j) construção do Ferroanel de São Paulo, importante gargalo logístico para o Brasil e outros países da América do Sul.

Além disso, o Brasil continuará atuando no financiamento das exportações de empresas brasileiras, que prestam serviço de engenharia aos países sul-americanos por meio do BNDES. O banco, de janeiro de 2003 até o primeiro semestre de 2007, contratou financiamentos voltados à América do Sul, no montante de US\$ 1 bilhão. Há previsão, com base nos financiamentos já contratados, de mais US\$ 1,3 bilhão para os próximos três anos.

Ainda com relação à esfera comercial, o Brasil tem procurado aumentar as suas importações dos países sul-americanos, para diminuir os impactos do desequilíbrio comercial, que ainda apresenta com a maioria dos seus vizinhos, atuando por meio do Programa de Substituição Competitiva de Importações da América do Sul (PSCI).

O Programa se fundamenta na premissa de que o estímulo às importações da região substitua, competitivamente, importações procedentes de outras partes do mundo, contribuam para o crescimento dos países vizinhos e, conseqüentemente, promovam um círculo virtuoso, que estreite os laços de integração. O PSCI contempla um conjunto de medidas pontuais, destinadas a prover governos e empresários dos países da América do Sul com informações qualificadas sobre as potencialidades e oportunidades objetivas de negócios com o Brasil, e a promover contatos entre importadores brasileiros e exportadores dos países sul-americanos.

O Brasil estuda, com responsabilidade e interesse, as alternativas de integração energética com seus vizinhos. Na área de comunicações, tem prestado cooperação técnica, que pretende ampliar durante a vigência do próximo PPA, no que se refere ao projeto de exportações via remessas postais para micro, pequenas e médias empresas. Ademais, prevê-se a realização de ações que estimulem a ampliação das possibilidades e do alcance das

operações de *roaming* internacional, com reduções de custos, para os usuários de telefonia celular na América do Sul, facilitando a realização de negócios e o fluxo de pessoas e informações entre os países da região.

No que diz respeito à saúde, uma importante iniciativa de aproximação dos países sul-americanos é o Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras), voltado para a integração de ações e serviços de saúde na região fronteira do Brasil. Da mesma forma, na área de saúde animal, o Brasil atua, e continuará dando atenção especial à implantação de ações integradas de combate à febre aftosa, por doação de vacinas, transferência de tecnologia e fiscalização e contra-provas de vacinas.

No que tange à área de ciência, tecnologia e inovação, uma ação nesse sentido é o **Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia (Prosul)**, cujo objetivo é apoiar atividades de cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre grupos dos países sul-americanos, mediante a geração e a apropriação de conhecimento em temas estratégicos e a elevação da capacidade tecnológica dos países.

Estão em andamento algumas iniciativas relacionadas ao meio ambiente, voltadas à integração sul-americana. Entre elas, pode-se citar o **Projeto CyMA (Competitividade e Meio Ambiente)**, cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável do setor produtivo do Mercosul, inserindo-o em uma política de integração regional que contenha estratégias e programas fomentadores da gestão ambiental e de uma produção mais limpa. Além dessa ação, existem ainda algumas diretrizes para promoção da gestão da qualidade do ar no âmbito do Mercosul, bem como para o desenvolvimento de um sistema de informação ambiental compartilhado, que envolve os quatro países do bloco. Ademais, pode-se citar a elaboração do relatório nacional da Iniciativa Latino Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC), que trata de estatísticas e indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável.

No caso da educação, considerada ferramenta fundamental da integração sul-americana, o País tem atuado nas áreas de educação superior, tecnológica-profissional e de educação básica, no âmbito do Setor Educacional do Mercosul (SEM). Nesse contexto, pode-se citar a atuação do MEC para a concretização do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (Imea), entidade que tem o objetivo de qualificar recursos humanos para atuar na região, atendendo a demandas nos setores ambientais, recursos hídricos, integração regional, arqueologia e desenvolvimento agrícola. Criado em 2006, o instituto é a contribuição brasileira à construção do espaço regional de educação superior do Mercosul.

Fazendo fronteira com 10 países na região, incluindo o território ultramarino francês da Guiana Francesa, o Brasil desenvolve, no âmbito do MI, um programa para o desenvolvimento da faixa de fronteira por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul.

O Brasil luta por uma ordem internacional mais justa e solidária. Uma das iniciativas na busca dessa ordem foi o lançamento, em 2004, da Ação contra a Fome e a Pobreza, que tem propiciado resultados concretos na forma de programas sociais dirigidos a países subdesenvolvidos, sobretudo, os africanos - os mais afetados pelos efeitos negativos da globalização.

O País defende a formação de uma nova geografia comercial, que atenda à diversidade de sua economia e de seu comércio exterior. As empresas brasileiras exportam desde *commodities* até produtos de alta tecnologia. Do total das exportações, 18% vão para os Estados Unidos (EUA), 10% para o Mercosul, 22% para a União Européia (UE) e 15% para a Ásia. No âmbito da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), a atuação do G-20, criado por iniciativa brasileira, tem sido de particular importância para a obtenção dos objetivos do País.

Da mesma forma, é defendida pelo País a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo, do Conselho de Segurança desta entidade, já que esta ainda espelha a realidade internacional do segundo pós-guerra, e precisa se tornar mais representativo. Nesse contexto, a articulação brasileira, no âmbito do G-4, tem sido de especial relevância para o pleito de obtenção de um assento permanente.

Outra iniciativa de grande importância no âmbito da ONU tem sido a participação na Missão para a Estabilização do Haiti (Minustah). A capacidade de liderança e a sensibilidade para os problemas daquele país têm possibilitado ao Brasil atuar com êxito em um quadro de enorme dificuldade.

O Brasil procura dar impulso à cooperação Sul-Sul, diversificando suas parcerias. A criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), o incremento das relações com a África e a aproximação com o mundo árabe são iniciativas importantes para o adensamento do diálogo político, do comércio e dos investimentos entre países em desenvolvimento.

Tais iniciativas são complementadas com a intensificação do relacionamento com a Ásia, novo centro dinâmico da economia internacional, e com o aprimoramento das relações com os EUA e a UE.

Desafios globais, como a degradação ambiental, a mudança do clima e a segurança energética exigem uma postura ativa da diplomacia brasileira. O uso de fontes renováveis e limpas – como os biocombustíveis – é parte do projeto de desenvolvimento do Brasil, com benefícios a serem compartilhados com outros países.

8) Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica

O panorama contemporâneo de acirramento da competição internacional, marcado pela ampliação da demanda por produtos e processos diferenciados, exige que o Brasil agregue cada vez mais valor à sua pauta de exportação, como forma de garantir inserção mais dinâmica no mercado mundial. Em um cenário de desenvolvimento acelerado, de novas tecnologias e

de novas formas de organização da produção, a rapidez de aprendizagem e a capacidade de inovação tecnológica e de aumento da produtividade são vantagens competitivas a serem perseguidas pelos setores produtivos do País.

Nesse sentido, o Governo Federal vem realizando esforços contínuos para elevar a competitividade sistêmica da economia, com base nas diretrizes e medidas estabelecidas pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que visam ao aumento da eficiência da estrutura produtiva, ao aumento da capacidade de inovação das empresas e à expansão das exportações brasileiras.

Foram implementadas ações efetivas, que culminaram com a consolidação de um novo ambiente institucional para a política industrial brasileira. Diversas ações previstas na PITCE puderam ser instrumentalizadas, tais como:

- a) a Lei de Inovação;
- b) a regulamentação da Lei de Biossegurança;
- c) a chamada Lei do Bem;
- d) a introdução de um novo modelo de gestão integrada dos Fundos Setoriais;
- e) a reestruturação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI);
- f) as linhas de financiamento para a inovação do BNDES, entre tantos outros avanços.

Cabe destacar, também, por seus impactos positivos sobre a atividade de inovação no Brasil, a definição do padrão de TV digital e os incentivos às indústrias de equipamentos a ele associadas; a revisão e o aperfeiçoamento da Lei de Informática e a promulgação da chamada Lei Rouanet de Ciência e Tecnologia, com incentivos tributários às parcerias entre empresas, universidades e centros de pesquisa.

Em consonância com a PITCE, o apoio financeiro do governo à inovação nas empresas brasileiras foi expandido, para estimulá-las a ampliar seus investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. O financiamento a projetos de inovação realizados pelo BNDES superou R\$ 3 bilhões. Os fundos setoriais de ciência e tecnologia aportaram montante superior a R\$ 1 bilhão em projetos de pesquisa e desenvolvimento somente em 2006. Neste mesmo ano, a Finep implementou o Programa de Subvenção Econômica a Empresas com o objetivo de desenvolver novas tecnologias em semicondutores e *software*, fármacos e medicamentos, mobilizando R\$ 145 milhões. Foram também fortalecidas ações da Finep e do BNDES na área de capitais de risco (capital semente e *venture capital*). Ademais destes investimentos em inovação, os esforços para modernização da estrutura produtiva também receberam apoio expressivo do BNDES: entre 2004 e 2006, foram liberados R\$ 3,6 bilhões no âmbito do Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modernaq).

Os resultados alcançados pela PITCE já podem ser refletidos em exportações de produtos industriais considerados de alta e média-alta tecnologias. O montante exportado na indústria classificada como de alta tecnologia alcançou US\$ 9,3 bilhões em 2006, representando 6,8% do total exportado pelo País, que chegou a US\$ 137,4 bilhões, e 8,7% do total exportado pela indústria de forma global.

Considerando também as exportações de bens considerados de média-alta tecnologia, o total exportado em 2006 atingiu US\$ 41,7 bilhões, representando 30,4% do total exportado pelo País. Os dados mostram que os produtos tecnologicamente avançados fabricados localmente já são representativos nas exportações brasileiras.

No setor de bens de capital mecânicos, visto como estratégico por conta da capacidade de difusão tecnológica em todo o sistema produtivo, o Brasil exportou, em 2006, US\$ 9,6 bilhões, reduzindo a apenas US\$ 188 milhões o déficit comercial do País neste setor. Ressalte-se que o déficit, no ano 2000, era de aproximadamente US\$ 3 bilhões, elevando-se a US\$ 3,6 bilhões em 2001.

No que diz respeito ao agronegócio, as exportações, em 2006, totalizaram US\$ 49,422 bilhões, um recorde histórico para o setor, com uma taxa de crescimento de 13,4% em relação ao ano de 2005. O agronegócio responde por cerca de 28% do PIB, 36% das exportações e 37% dos empregos, e conta com reconhecimento internacional de sua eficiência e competitividade.

No entanto, da mesma forma que na indústria, a competitividade e sustentabilidade do agronegócio exigem investimentos contínuos em avanços científicos e tecnológicos, com respectiva transferência para o mercado e a sociedade, de modo que ocorra a inovação. Isso é particularmente verdade para o Brasil, que alcançou níveis de competitividade que o coloca entre os líderes mundiais do setor de tecnologia agropecuária, em função de sua capacidade de gerar e transferir conhecimento científico e tecnológico próprio.

Não obstante, os resultados e avanços obtidos, ainda há importantes desafios a serem superados para aumentar a competitividade sistêmica da economia, a saber: a ampliação da participação do investimento do setor privado em pesquisa e desenvolvimento e a implementação de um efetivo Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), capaz de articular empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores.

Atualmente, tanto os investimentos globais quanto os investimentos do setor produtivo ainda se encontram em níveis insuficientes, quando comparados ao que acontece nos países industrializados, que investem entre 2% e 4% do seu PIB em pesquisa e desenvolvimento, com participação majoritária do setor produtivo. De fato, embora os investimentos governamentais em pesquisa e desenvolvimento no Brasil (cerca de 0,6% do PIB) sejam comparáveis aos realizados naqueles países, verifica-se que o setor produtivo brasileiro investe apenas 0,4% do PIB, resultando num investimento global em pesquisa e desenvolvimento aquém das necessidades do País.

Alterar este quadro é fundamental para o fortalecimento da capacidade tecnológica e de inovação das empresas. O apoio público à atividade de pesquisa e desenvolvimento nas empresas, prática usual nos países desenvolvidos, deverá ser ação estratégica também no Brasil. Por meio de financiamentos que combinem recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis, o governo deverá induzir o esforço de investimento em pesquisa e desenvolvimento privado, levando-as a aumentar a parcela de seu faturamento anualmente aplicada em inovação.

O desafio para aprimoramento do SNCTI assenta-se na integração, coordenação e cooperação entre os diversos atores que o compõem. O Brasil dispõe de um sistema acadêmico de significativas proporções e de institutos de pesquisa de excelência em várias áreas. No entanto, a articulação com o setor produtivo ainda é pequena e somente nos últimos anos, em especial no período do PPA 2004-2007, foram estabelecidos instrumentos adequados para estimular esta integração. Serão necessários, no horizonte do PPA 2008-2011, esforços adicionais para que o processo de absorção e geração de inovações pelas empresas seja estimulado e fortalecido pelas iniciativas e pesquisas realizadas pelas instituições públicas de ensino e pesquisa existentes e em expansão no País.

Com a implementação do **Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**, pretende-se atingir um patamar de investimentos compatível com as necessidades e os desafios de uma economia extremamente competitiva, fortalecendo e viabilizando o SNCTI como principal instrumento de apoio à inovação tecnológica do setor produtivo. O Programa enfatizará não só a capacidade de gerar inovações tecnológicas de produtos e processos produtivos, mas também a capacidade gerencial das empresas brasileiras e, ainda, estimulará a formação de parcerias entre os diversos atores do SNCTI. Essas parcerias contribuirão para o incremento da competitividade dos bens e serviços produzidos no País, o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação, da nanotecnologia, da biotecnologia e outras áreas de fronteira vitais, estruturantes do futuro. Entre os mecanismos de estímulo à inovação nas empresas, destacam-se:

- a) o fomento a projetos de cooperação entre instituições de ciência e tecnologia e empresas;
- b) a subvenção econômica;
- c) o apoio a incubadoras de empresas e parques tecnológicos;
- d) a oferta de crédito equalizado para inovação;
- e) os fundos de capital empreendedor (capital de risco), para aplicação em empresas inovadoras.

De fundamental importância para o desempenho do SNCTI é a formação de recursos humanos qualificados, foco do **Programa Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação**. O Programa visa a ampliar o número de bolsas de formação, de pesquisa e de extensão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com foco nas áreas prioritárias da PITCE e em setores estratégicos para o desenvolvimento autônomo do País, bem como realizar implementação integrada de bolsas de pós-doutorado e fixação de doutores, para ampliar a absorção de pesquisadores qualificados pelo SNCTI.

Paralelamente, o Programa **Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico** buscará ampliar e aperfeiçoar a infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento existente no País, além de apoiar a execução de pesquisas nas mais variadas áreas do conhecimento. O Programa também expandirá a implantação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), interligando em alta velocidade todas as universidades e centros de pesquisa públicos do País, escolas técnicas e agrotécnicas federais e outras entidades do SNCTI e de educação, para desenvolver a ciência e a educação a distância.

O Programa **Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio** tem caráter estruturante, no sentido de incrementar a oferta de conhecimentos científicos e tecnológicos necessários para propiciar, de forma sustentável, o progresso técnico e a competitividade das cadeias do agronegócio brasileiro. Serão implementados projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas prioritárias como agroenergia, controle de pragas, melhoramento genético de animais e plantas e lançamento de novos cultivares adaptados às diversas regiões do País. Os conhecimentos e as tecnologias desenvolvidos serão disponibilizados também às atividades e aos espaços produtivos da agricultura de base familiar, dos assentamentos de reforma agrária, de comunidades tradicionais e de empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte por meio do Programa **Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social**.

Além de investimentos em ciência, tecnologia e inovação, a elevação da competitividade sistêmica da economia exige medidas e investimentos adicionais voltados ao aumento da capacidade e da produtividade das empresas, e à melhoria da qualidade e da inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Nesse sentido, o Programa **Competitividade das Cadeias Produtivas** visa ao desenvolvimento das principais cadeias produtivas do País, com ênfase às principais cadeias relacionadas aos setores prioritários da PTICE, mediante o financiamento à ampliação da capacidade e à modernização da estrutura produtiva da economia, vinculado ao aumento da competitividade e à substituição de importações.

As microempresas e empresas de pequeno porte também terão atenção especial, tendo em vista a sua capacidade de geração de emprego e renda. Esse segmento representa cerca de 98% das empresas do setor produtivo nacional, e responde por 80% da força de trabalho e 42% da massa salarial do País. O Programa **Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas** visa a fortalecer essas empresas por meio do desenvolvimento de ações de capacitação técnico-gerencial, acesso a informação e tecnologia, comércio exterior e acesso ao crédito, além de promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, aumentando a competitividade dos produtos e a inserção comercial destas.

O Programa **Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade** tem como objetivo elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade das empresas nacionais nos mercados interno e externo. As ações desenvolvidas pelo Programa têm papel decisivo na promoção da competitividade dos produtos no mercado interno e externo, ao fortalecer o controle sobre os produtos nacionais e importados, no que se refere a requisitos de qualidade e segurança. O Programa buscará facilitar e incentivar o acesso das microempresas, empresas de pequeno e médio porte aos instrumentos de avaliação da conformidade, informação e serviços de metrologia, além de colaborar com a superação de barreiras técnicas, para aumentar a competitividade interna e externa das pequenas e médias empresas.

Outro importante instrumento de promoção da competitividade econômica é o Sistema de Propriedade Intelectual. A concessão e a proteção dos direitos à propriedade intelectual

contribui diretamente com os esforços para a geração e absorção de tecnologia e agregação de valor aos produtos e serviços nacionais. Um sistema de propriedade intelectual eficiente também contribui para a repressão à concorrência desleal, em especial no combate à pirataria, aumentando os negócios das empresas estabelecidas, o número de postos de trabalho e o nível de arrecadação de impostos no País. Para tanto, foi criado o Programa **Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual** com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual, de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação e promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas.

O **Programa Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora** contribuirá para a inserção competitiva das empresas, mediante a disponibilização de informações estratégicas, orientação e capacitação técnica e gerencial para exportadores e demais agentes de comércio exterior. Também faz parte do escopo do Programa o monitoramento e a proposição de soluções para a superação de barreiras técnicas impostas a produtos brasileiros, bem como a defesa comercial das empresas brasileiras contra práticas desleais de comércio internacional.

Cabe ressaltar, ainda, que as políticas e os programas voltados ao fortalecimento do setor produtivo nacional serão potencializados pelos investimentos em infra-estrutura logística previstos no PAC, o objetivo de à consecução do objetivo de elevar a competitividade sistêmica da economia brasileira.

9) Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos

A sociedade brasileira é historicamente desigual e excludente. No fim do século passado, o avanço da democracia tornou ainda mais prementes a redução da desigualdade e a inclusão social. No entanto, a persistência dessa desigualdade, juntamente com o fortalecimento do tráfico de drogas e de armas, afora as limitações do sistema de justiça criminal, contribuíram para a formação de um ambiente propício para o crescimento da criminalidade urbana.

Outro fator determinante para a expansão da criminalidade urbana foi a proliferação de áreas caracterizadas por infra-estrutura inadequada nas cidades. Espaços muitas vezes fora do controle do Poder Público, com extrema carência de equipamentos e serviços públicos e com escassez de postos de trabalho, condições propícias para a reprodução da violência.

Neste início de milênio, o Brasil possui uma das maiores taxas de homicídio do mundo. Apesar do elevado crescimento durante a segunda metade dos anos 90 e início desta década, a partir de 2003, a taxa de homicídio teve sua tendência revertida e passou a diminuir lentamente. Tanto a Campanha do Desarmamento quanto o Estatuto do Desarmamento contribuíram para esta redução. Apesar das quedas recentes, a última taxa apurada em 2005 registrou 26,1 homicídios por 100 mil habitantes. O número é ainda mais alarmante entre os jovens de 15 a 29 anos: 51,4 jovens em cada 100 mil, nesta faixa etária, foram mortos naquele ano, vítimas de homicídio.

O perfil dos agressores, a partir de dados de ocorrências registradas pelas polícias civis do País, é de homens com idade entre 12 e 34 anos, enquanto o das vítimas varia conforme o crime, sendo as mulheres entre 12 e 17 anos as principais vítimas de crimes sexuais e os homens de 18 a 24 anos os mais vitimados por homicídios e tentativas de homicídio.

Esses dados confirmam que a situação da violência em nosso País é das mais graves, atingindo diretamente os direitos fundamentais dos cidadãos à vida, à integridade física, à liberdade de ir e vir e à segurança. Paralelamente, ao lado do que pode ser chamado de criminalidade comum, há, ainda, um extenso conjunto de violências que estão presentes em nosso cotidiano. Trata-se da violência no campo, no trânsito, da violência policial e de outras violências contra grupos específicos, como mulheres, crianças e adolescentes, GLBT, indígenas, idosos, defensores de direitos humanos e trabalhadores rurais.

O aumento da criminalidade e da sensação de insegurança é reforçado pelos graves problemas existentes na atuação do sistema de justiça criminal, que se encontra sobrecarregado. Além das limitadas ações de prevenção existentes fora do âmbito policial-penal, o sistema sofre com a incapacidade de ressocializar os apenados. O sistema penal e o de atendimento em medidas sócio-educativas – destinado a crianças e adolescentes em conflito com a lei – constituem peças fundamentais para o bom funcionamento do sistema de justiça criminal. Esses órgãos têm um papel de grande relevância na prevenção da criminalidade, na medida em que seus objetivos são reinserir e ressocializar o indivíduo que cometeu algum crime ou ato infrator, evitando a reincidência e a perpetuação do ciclo da violência. Contudo, o Brasil continua tendo um sistema de execução penal concentrado nas penas restritivas de liberdade e no regime fechado - o qual apresenta superpopulação em penitenciárias e cadeias públicas. Em 2006, por meio do Programa Aprimoramento da Execução Penal, 7.720 vagas foram conveniadas com os Estados.

Apesar disso, há no Brasil várias experiências locais de projetos de prevenção à violência, que o Governo Federal busca disseminar por meio do **Sistema Único de Segurança Pública (Susp)**. No entanto, ainda falta uma política nacional para a difusão dessas experiências e, especialmente, uma efetiva integração entre essas políticas e as demais, de caráter social na esfera da segurança pública. Para superar tais entraves, diversas iniciativas serão orientadas à luz do **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)**, destinado a prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando nas raízes sócio-culturais do crime e da violência, articulando ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, Estados e Municípios, em atendimento às diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública. O governo pretende incrementar a integração entre as políticas a fim de reduzir a vulnerabilidade social e criminal de crianças, adolescentes e jovens, sedimentando os novos paradigmas de segurança pública na sociedade.

Ademais, no País ainda se convive tanto com marcas da atuação das forças de segurança que, por vezes, ainda recorrem ao uso ilegal ou indevido da violência, como com o grave problema da corrupção existente no sistema de justiça criminal. A solução passa pela atuação do Governo Federal em duas frentes: formação e conscientização dos operadores de segurança e repressão à corrupção. No âmbito do Susp, será consolidado o **Sistema Integrado**

de Educação e Valorização Profissional por meio do qual o governo já está formando um novo tipo de agente de segurança pública, comprometido com a segurança cidadã.

Para combater a criminalidade, o Governo Federal promoveu, desde 2003, uma série de medidas destinadas a fortalecer a Polícia Federal (PF), sobretudo, com o **Programa Prevenção e Repressão à Criminalidade**. Merece destaque a recomposição do quantitativo de recursos humanos no órgão, que passou de 9.289 servidores em 2002, para 13.040 em 2007 - um aumento superior a 40%, em consequência da realização de concursos públicos. Como resultado do fortalecimento institucional, a PF vem realizando centenas de operações inéditas no Brasil, com a cooperação do Ministério Público Federal (MPF), do Poder Judiciário do Brasil e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O Governo Federal irá fortalecer ainda mais suas instituições, especialmente a PF e a PRF a fim de dar continuidade às operações especiais integradas de combate à corrupção, nas quais o objeto central é a desestruturação das organizações criminosas, punição de agentes públicos em conduta antiética, investigação de empresas fraudulentas, combate a crimes ambientais, lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas, exploração sexual de crianças e adolescentes, pirataria e violação da propriedade intelectual, formação de cartéis, etc. Em 120 operações especiais desde 2003, foram detidas 2.233 pessoas por suspeita de corrupção, das quais muitas eram políticos, empresários, juízes, policiais e servidores públicos.

Aos sérios problemas referentes ao combate à criminalidade, somam-se aqueles ligados ao funcionamento da justiça como um todo, que tem papel primordial na pacificação da sociedade, por se constituir em canal institucionalizado para a resolução de conflitos e para a garantia de direitos. Relacionados ao acesso iníquo e sem efetividade à justiça, observam-se problemas tanto no que tange à demanda quanto à oferta de serviços jurisdicionais, sem mencionar importantes questões referentes às normas jurídicas em vigor.

A demanda por direitos civis, econômicos, sociais e políticos aumentou significativamente ao longo dos últimos anos. Entre os vários indicadores desse fenômeno, pode-se destacar o número de ações judiciais apresentadas anualmente ao Poder Judiciário do Brasil. Entre 1990 e 2005, esse número passou de 5,1 milhões para 17,7 milhões – a demanda tornou-se 3,5 vezes maior em uma década e meia².

Essa demanda por direitos não envolve apenas o Poder Judiciário do Brasil, mas também o Ministério Público, a Defensoria Pública da União (DPU), a advocacia pública e a privada. Ou seja, a efetivação de direitos envolve um sistema de justiça composto por diversas instituições independentes, mas necessariamente relacionadas em sua atuação. Importante destacar que esse sistema se defronta com uma demanda iníqua. Enquanto a maior parcela da sociedade brasileira não o aciona para garantir seus direitos, uma parcela reduzida procura o sistema de maneira repetida e, às vezes, abusiva.

Por trás desse quadro, há diversos problemas. Em primeiro lugar, há aqueles que se referem à própria demanda do sistema de justiça. O reduzido acesso da maior parte da

2. Ações que deram entrada no 1º grau de jurisdição, nas justiças estadual e federal – comum e trabalhista.

sociedade ao Judiciário decorre de fatores como a ausência de informações sobre seus direitos. Em paralelo, deriva de circunstâncias como a insuficiência de recursos financeiros, pois, via de regra, o sistema de justiça possui custos significativos e imediatos para seus usuários. Muitas vezes, a população carente não pode arcar, portanto, faz-se necessário garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão. Perspectiva que é objetivo do **Programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita**.

Diante desse quadro, o Governo Federal promoveu um amplo debate na sociedade e particularmente no Judiciário a fim de discutir a efetividade do sistema de justiça brasileiro. Frutos desse trabalho foram a publicação da Emenda Constitucional nº 45, conhecida como Reforma do Judiciário, e a aprovação de diversas outras leis infraconstitucionais, visando a conferir celeridade aos processos judiciais, dentre outros objetivos. Talvez o principal resultado de todo esse processo tenha sido a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão do Poder Judiciário do Brasil encarregado de controlar a atuação administrativa e financeira do Judiciário, bem como supervisionar a atuação dos magistrados. O CNJ é responsável pela padronização de diversos procedimentos, que estão criando condições para aferição dos resultados do sistema de justiça.

Após o enfoque na Reforma do Judiciário e nas reformas infraconstitucionais, que ainda devem prosseguir, será iniciada uma nova fase de reformulação da Justiça brasileira. A idéia é priorizar a democratização do acesso à Justiça por meio da promoção da conscientização dos cidadãos sobre os seus direitos, do fortalecimento das defensorias, e da disseminação de experiências bem-sucedidas em meios alternativos de resolução de conflitos.

Tudo isso deve ser realizado concomitantemente a uma campanha permanente em prol de uma cultura de paz, do fim da banalização da violência e da morte, e do combate sistemático aos preconceitos, com o intuito de difundir os valores básicos referentes à vida, à liberdade, à solidariedade e ao respeito ao próximo.

10) Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil instituiu seu sistema de seguridade social, caracterizado como sistema de proteção social, em que a sociedade garante a seus cidadãos um conjunto de direitos que lhes assegure salvaguardas contra as privações econômicas e sociais. Sejam decorrentes de riscos sócio-biológicos - enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, enfermidade profissional, invalidez, velhice e morte, sejam decorrentes de situações sócio-econômicas - como desemprego, pobreza ou violação de direitos, as privações econômicas e sociais devem ser enfrentadas com a oferta pública de serviços e benefícios que permitam a manutenção de uma renda mínima, assim como o acesso à atenção médica e sócio-assistencial.

As políticas sociais que se executam sob a égide do conceito de seguridade social perseguem, assim, a proteção social aos indivíduos e respectivos grupos familiares. Estes são

atendidos diferenciadamente por um sistema de previdência social de caráter contributivo, por um sistema de assistência social de caráter não contributivo - destinado a quem dela necessitar - e por um SUS, de caráter universal e gratuito.

A regulamentação do sistema de seguridade social brasileiro, no entanto, está pautada em uma certa independência administrativa, financeira e gerencial das três áreas, apoiada em forte legislação infraconstitucional, que sucedeu a promulgação da Carta Magna.

Da **Previdência Social** se espera, para os próximos anos, a consolidação de um sistema de proteção social que seja justo e sustentável, hoje e no futuro. Considerando a PNAD 2005, os benefícios previdenciários permitem uma queda na proporção de pobres de 1:3 para 1:4. Ou seja, retiram 21 milhões de pessoas da condição de pobreza.

Outro movimento que deverá ser reforçado é a ampliação da cobertura previdenciária. A participação de segurados contribuintes sobre a população ocupada, na faixa etária de 16 a 59 anos, passou de 48,9%, em 2002, para 50,7%, em 2005. Processo que, ademais, se fez acompanhar da queda nas taxas de desemprego. Parte dessa melhora na cobertura previdenciária se deve às mudanças na legislação, cabendo destacar:

- a) a desoneração da contribuição previdenciária do autônomo, do segurado facultativo e dos microempreendedores;
- b) a facilitação e desoneração do recolhimento de tributos pelas pequenas e médias empresas (o chamado Super Simples);
- c) a permissão aos empregadores de descontar no IRPF o recolhimento previdenciário dos trabalhadores domésticos.

Há que se destacar ainda que o Brasil, entre os países em desenvolvimento, apresenta um dos mais elevados índices de proteção social da população idosa, com 82% das pessoas com mais de 60 anos de idade, sendo beneficiários da Previdência Social ou dos benefícios estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Não obstante, as melhorias expressivas na cobertura previdenciária, ainda resta muito a se perseguir, tendo em conta o fato de os anos 80 e 90 terem sido marcados pela desfiliação previdenciária, consequência do incremento do desemprego e da precarização das relações de trabalho. Assim, o grande desafio é que o ciclo recente de formalização do trabalho e, por conseguinte, de filiação previdenciária tenha continuidade, sendo condição imprescindível o alcance de taxas anuais de crescimento da economia da ordem de 4% a 5%, acompanhadas de medidas que permitam o aumento da filiação previdenciária, dentre as quais se encontram a simplificação e a desoneração das contribuições previdenciárias voltadas para os trabalhadores autônomos e com baixa remuneração.

No campo da gestão, a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) fez com que as atividades de administração das receitas previdenciárias deixassem de ser atribuições do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e a melhoria da qualidade do atendimento e dos serviços prestados aos cidadãos assumissem papel de destaque na Previdência Social.

Assim, o INSS teve alterações na sua estrutura organizacional para melhor se adequar à nova política focada no aumento da qualidade do atendimento, tais como:

- a) a criação da Diretoria de Atendimento e de Gerências Regionais;
- b) a reestruturação das carreiras e a ampliação do corpo de médicos peritos e a normatização de suas gratificações;
- c) a implantação do Programa de Gestão do Atendimento que, entre outros avanços, ampliou o horário de atendimento nos postos do INSS e aumentou os canais de atendimento remoto através do número de telefone 135 e da Internet.

Cabe destacar também o Censo Previdenciário, iniciado em outubro de 2005, que está realizando atualização cadastral do banco de dados de benefícios, com o intuito de reduzir a possibilidade de fraudes e desvios de recursos. Até junho de 2007, houve o recadastramento de 16,5 milhões de pessoas receptoras de benefícios, com suspensão ou cessação de 0,4% de benefícios irregulares, implicando uma economia anual da ordem de R\$ 230 milhões.

Por fim, e muito importante, foi a instituição do Fórum da Previdência Social e a busca por mudanças no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que venham a consolidar uma proteção social universal, distributiva e de solidariedade intergeracional, e a atacar as alterações demográficas e os problemas de gestão que ainda persistem.

Na **Assistência Social**, o desafio se refere à efetivação da **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS), aprovada em 2004, como política pública de proteção social, para garantir direitos e condições dignas de vida a todos os que dela necessitem, independentemente de quaisquer contribuições. As diretrizes desta política são:

- a) a descentralização político-administrativa;
- b) a participação da população na formulação das políticas e do controle social;
- c) a primazia da responsabilidade do Estado em cada esfera de governo;
- d) a centralidade na família para sua concepção e execução.

A PNAS previu os princípios e diretrizes para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja Norma Operacional Básica (Nob), aprovada em 2005, estabeleceu um pacto de gestão envolvendo as três esferas de governo com responsabilidades no financiamento, planejamento e sistema de informações, avaliação e monitoramento.

O SUAS organiza as ações da assistência social em níveis de proteção: proteção social básica e proteção social especial. A primeira está voltada para a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos das comunidades, famílias e pessoas. A proteção social especial é destinada a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, encontrando-se em situação de risco pessoal e social.

A implementação do SUAS já traz avanços importantes. No campo da proteção básica, deve-se citar a expansão dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), que são espaços físicos situados em áreas de vulnerabilidade social, onde se desenvolvem ações e serviços assistenciais continuados destinados às famílias, especialmente àquelas beneficiárias

do Programa Bolsa Família. Em 2006, já eram 3.248 Cras em 2.630 Municípios, significando evolução anual média, de 2004 a 2007, de 25% no número de centros. Para o próximo período, o desafio, deliberado pela V Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2005, foi o de instalar, ao menos, um Cras por Município.

Outra iniciativa de suma importância da proteção social básica são os BPC, direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais, e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho. Em ambos os casos, a renda per capita familiar tem de ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Em 2006, foram 1.18 milhão de pessoas idosas beneficiadas, com crescimento, em relação a 2005, de 11%. No caso das pessoas com deficiência, foram emitidos, em 2006, 1.29 milhão de benefícios, significando um crescimento, com relação a 2005, de 6,75%. Vale destacar que cerca de 35% dos benefícios de prestação continuada, emitidos em 2006, foram direcionados para a Região Nordeste.

Com relação à proteção social especial, tem destaque o **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**, que atendeu a 1,04 milhão de crianças/adolescentes no ano de 2006 por meio da concessão de bolsas e de atividades sócio-educativas e de convivência. Neste mesmo ano, o PETI passou por modificações, dada a integração com o Programa Bolsa Família, que passou a executar o componente de transferência de renda do PETI. Desta maneira, até o fim de 2006, mais de 800 mil crianças/adolescentes já haviam sido incluídas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal. O desafio colocado para o próximo período se refere à continuidade da integração dos programas, conferindo maior racionalidade e efetividade à política social.

Ainda sobre a proteção social especial, vale mencionar os desafios referentes a adequação e estruturação dos serviços da rede sócio-assistencial aos parâmetros legais e normativas específicas, através da implementação de modalidades alternativas de serviços que propiciem a garantia da convivência familiar e comunitária, tais como:

- a) Programa Famílias Acolhedoras para Crianças e Adolescentes;
- b) repúblicas para jovens egressos de abrigos;
- c) casas-lares e repúblicas para idosos e pessoas adultas com deficiência;
- d) moradias provisórias para população de rua;
- e) abrigos para acolhimento de mulheres ameaçadas de morte ou traficadas, e seus filhos;
- f) centros-dia para idosos e pessoas com deficiência.

É fundamental mencionar o desafio da política de assistência social de dar continuidade à sua articulação com as demais políticas sociais. Em especial, a integração com as políticas de Transferência de Renda com Condiionalidades e de Segurança Alimentar e Nutricional, visando a consolidar uma rede articulada de promoção e proteção social, voltada às famílias mais vulneráveis.

No campo da **Saúde**, o principal desafio é avançar na melhoria do SUS, observando os princípios determinados pela Constituição Federal. O acesso universal e o atendimento

igualitário, integral e gratuito são basilares para o SUS que presta serviços com notável abrangência, ofertando de vacinação a transplantes de órgãos e tecidos. O SUS envolve a atuação pactuada das três esferas de governo e cerca de 75% da população brasileira depende exclusivamente desse sistema.

Vários foram os avanços obtidos pelo SUS em seus 18 anos de existência, entre eles a eliminação da segmentação outrora existente entre previdenciários urbanos, rurais e indigentes. O acesso dos brasileiros aos serviços públicos de saúde foi ampliado significativamente nesses anos. A produção anual de serviços do SUS dá uma idéia do seu tamanho atual: são cerca de 11 milhões de internações e mais de 460 milhões de consultas - das quais aproximadamente 170 milhões são atendimentos especializados.

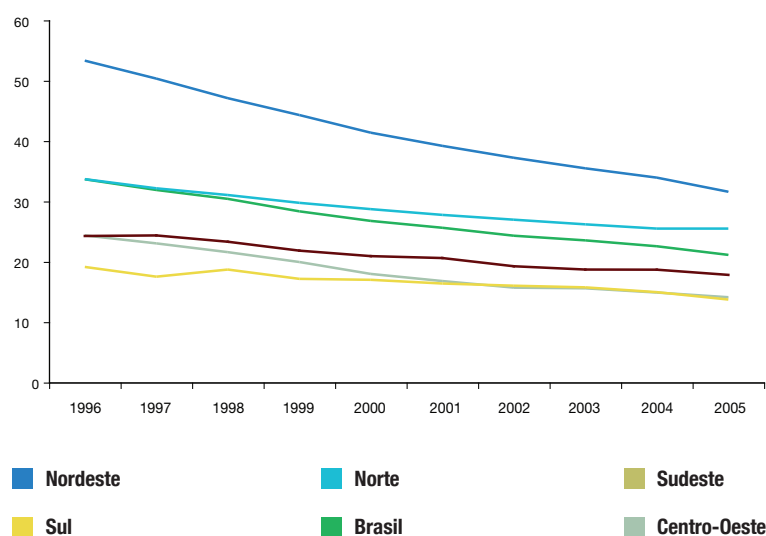
Ademais, com a mesma finalidade de ampliação do acesso da população às ações e serviços públicos de saúde, foi dada ênfase à reorganização da atenção, com a substituição do modelo hospitalocêntrico e de livre demanda pela Estratégia de Saúde da Família (ESF), incluindo-se a atuação dos agentes comunitários de saúde. Em 2006, havia 26,7 mil equipes de saúde da família (ESF), com cobertura estimada de 86 milhões de habitantes, e 220 mil agentes comunitários de saúde, com cobertura estimada de mais de 100 milhões de habitantes.

Com o objetivo de ampliar o acesso à saúde bucal, o Governo Federal lançou, em 2004, o Programa **Brasil Sorridente** composto por várias ações, incluindo o aumento do número de equipes de saúde bucal de 2,2 mil equipes, em 2001, para 15 mil equipes em 2006, com cobertura estimada de 74 milhões de habitantes.

De todo modo, a continuação da ampliação do acesso com qualidade e de forma integral permanece sendo um dos maiores desafios do SUS. Entre os obstáculos está a desigualdade na distribuição dos serviços entre regiões do País. Em 2005, enquanto na Região Sudeste a média era de 2,9 consultas por habitante, a cada ano, na Região Norte a média era menor que duas consultas.

Na Região Norte, dos nascimentos ocorridos em 2005, 6% das mães não tinha realizado consulta pré-natal, enquanto esse percentual era de 1% na Região Sul. Mesmo com reduções em todos os Estados, as taxas de mortalidade infantil no Nordeste e Norte ainda estão bem acima daquelas apresentadas pelas demais regiões (ver gráfico 17). Vale registrar que a Taxa Nacional de Mortalidade Infantil passou de 33,2 por mil nascidos vivos em 1996, para 21,1 em 2005.

Gráfico 17– Taxa de Mortalidade Infantil, Brasil e macrorregiões – 1996 a 2005



Com relação à mortalidade geral, as tendências de causas de óbito mostram a crescente importância das doenças crônicas não-transmissíveis e das seqüelas da violência. De fato, o Brasil, como outros países em desenvolvimento, vem enfrentando um duplo encargo no convívio de doenças infectocontagiosas e crônicas não-transmissíveis, requerendo medidas de controle das enfermidades e dos agravos à saúde.

Comparando a mortalidade proporcional em 2005 com aquela observada em 1990, verifica-se que as doenças do aparelho circulatório continuam respondendo por mais de 30% das mortes, ocupando o primeiro lugar como causa de óbito. Por outro lado, as neoplasias (cânceres), que são a segunda maior causa, ascenderam de 12,4% para 16,3%. Essas duas causas, somadas às doenças do aparelho respiratório, responderam por quase 60% dos óbitos em 2005. Chama atenção, também, a elevada proporção de óbitos por motivos externos, que representaram 14,1% das causas de óbitos em 2005.

Tabela 42 - Brasil: 1990, 2000, 2004 e 2005. Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas

	1990	2000	2004	2005*
Doenças infecciosas e parasitárias	6,23	5,49	5,13	5,17
Neoplasias	12,42	14,86	15,69	16,34
Doenças do aparelho circulatório	34,34	32,14	31,83	31,46
Doenças do aparelho respiratório	10,59	10,90	11,39	10,79
Afecções originadas no período perinatal	5,72	4,52	3,46	3,30
Causas externas	15,05	14,60	14,21	14,14
Demais causas definidas	15,64	17,50	18,29	18,79
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Ministério da Saúde/RIPSA/DATASUS e SIM 2005.

Apesar do peso cada vez menor das doenças transmissíveis e da grande importância das doenças crônicas não-transmissíveis, não se pode deixar de completar esse quadro com uma análise de algumas doenças pertencentes ao grupo de infecciosas e parasitárias. Nesse período, vale destacar a importância do controle da aids e a nova emergência de doenças como a tuberculose, esta última com 80 mil novos casos anuais, muitos dos quais como doença oportunista associada à aids. É importante observar como o acesso universal e gratuito ao tratamento anti-retroviral levou a uma redução significativa da mortalidade por aids. Nessa linha, outra iniciativa para a ampliação do acesso a medicamentos essenciais básicos foi a implantação das farmácias populares - **Programa Farmácia Popular do Brasil (FPB)** - e o credenciamento de farmácias da rede privada.

A realidade epidemiológica brasileira, portanto, faz com que seja necessário dar continuidade às ações de controle das doenças transmissíveis, envolvendo tanto as doenças que vêm de longa data (malária, dengue, tuberculose e hanseníase), como as de recente emergência (aids, principalmente). Faz-se necessário, também, ampliar a resolutividade da atenção básica, evitando mortes por problemas que poderiam ser resolvidos nesse nível de atenção, como as mortes por doenças infecciosas, diarreicas agudas, dentre outras, que afligem principalmente as crianças, dentre elas, particularmente, as residentes no Norte e no Nordeste do Brasil.

De outro lado, as doenças crônicas não-transmissíveis destacam a importância da ação intersetorial. As elevadas taxas de mortalidade por violência e acidentes de trânsito constituem exemplo de problema de saúde, em que a ação específica neste setor, no atendimento adequado às vítimas, precisa ser somada a iniciativas preventivas, que são da responsabilidade de outros setores de governo. Assim, a atuação sobre as causas vai muito além da possibilidade das políticas setoriais de saúde e exige esforço coordenado de vários órgãos governamentais e da sociedade - políticas de inclusão social, de educação, de segurança no trabalho, de esportes e cultura, de segurança pública, de organização do espaço urbano, de trânsito e transporte.

**Ministério do
Planejamento**



www.planejamento.gov.br